



## SUMÁRIO

<b>34569 - PERCEÇÃO DOS ASSOCIADOS PERANTE AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DESENVOLVIDAS NA COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA</b> Daniela Colombo Vitalli Gonçalves, João Vitor Fratoni, Manuel Vilsionei Menegali, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Kátia Aurora Dalla Libera Sorato <sup>1</sup> .....	2
<b>35242 - O AMBIENTE INSTITUCIONAL E O DILEMA “PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA”: UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS CONTÁBEIS PARA O GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO ISOMORFISMO</b> Natanael de Freitas Pacheco <sup>1</sup> , Sílvio Parodi Oliveira Camilo <sup>2</sup> .....	24
<b>35243 - PRESSUPOSTOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA: ANÁLISE DOS DETERMINANTES DE LONGEVIDADE NAS EMPRESAS FAMILIARES</b> Claudia Savi Pereira <sup>1,3</sup> , Sílvio Parodi Oliveira Camilo <sup>2,3</sup> .....	49
<b>34922 - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC: DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL</b> Maíke Bordignon Mandelli, Ludmila Daros Gonçalves, Eduardo Tramontin Castanha, Carolina Cittadin Milaneze, Anderson Correa Benfatto, Andréia Cittadin, Manoel Vilsonei Menegali, Dourival Giassi, Milla Lúcia Ferreira Guimarães <sup>1</sup> .....	72
<b>35469 - O PROGRAMA DE EXTENSÃO EM GESTÃO CONTÁBIL: OS PRIMEIROS PASSOS DE SUA TRAJETÓRIA</b> Carolina Cittadin Milaneze, Anderson Corrêa Benfatto, Eduardo Tramontin Castanha, Júlia Pereira Constante, Maíke Bordignon Mandelli, Dourival Giassi, Manoel Vilsonei Menegali, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Andréia Cittadin <sup>1</sup> .....	94

## Trabalho Completo de Pesquisa

### 34569 - PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS PERANTE AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DESENVOLVIDAS NA COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA

**Daniela Colombo Vitalli Gonçalves, João Vitor Fratoni, Manuel Vilsionei Menegali, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Kátia Aurora Dalla Libera Sorato<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Curso de Ciências Contábeis Universidade do Extremo Sul Catarinense

Por meio do cooperativismo é possível unir o desenvolvimento econômico e social, com melhores oportunidades para todos. Este estudo visou identificar a percepção dos associados da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA, localizada no sul de Santa Catarina, diante das ações de responsabilidade social que esta desenvolve. A metodologia aplicada caracteriza-se quanto aos objetivos como descritiva, abordagem do problema, como qualitativa e quantitativa, e em relação aos procedimentos, estudo de caso e levantamento. Por meio da pesquisa, evidenciou-se os diversos projetos de caráter social que a Cooperativa desenvolve em prol dos associados e da comunidade onde encontra-se inserida. Dentre eles destacam-se: a revistinha superxoke que leva para as crianças, informações sobre cooperação e preservação do meio ambiente; e o projeto cooperjovem, onde realizam-se capacitações de professores, visando que estes desenvolvam atividades colaborativas com as crianças e também procurando difundir o cooperativismo na comunidade. Quanto à visão dos associados sobre as ações realizadas pela Cooperativa, verificou-se que a maioria tem conhecimento, ao menos de alguns dos projetos, valorizam e avaliam positivamente o que a organização pesquisada faz em relação aos projetos sociais. Mas, ainda existem alguns associados que não conhecem nenhum dos projetos e 44,45% não tem conhecimento sobre o balanço social publicado pela instituição pesquisada. Conclui-se que a Cooperativa desenvolve várias ações de cunho social e que estas são bem avaliadas, mas nem sempre conhecidas. Por isso, percebe-se a necessidade de melhor divulgação das práticas de responsabilidade social pois as ações desenvolvidas são importantes e devem ser valorizadas.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, Cooperativa de eletrificação, Responsabilidade social.

## 1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade relata que desde os primórdios do surgimento da sociedade humana, já se compreendia a força da cooperação, quando os homens das cavernas se juntavam para caçar em grupo. Por meio da ajuda mútua, trabalhavam unidos para assegurar sua sobrevivência (OCB, 2016).

O cooperativismo é uma filosofia de vida e, por meio dele é possível unir desenvolvimento econômico e social, transformando o mundo em um lugar mais justo, e com melhores oportunidades para todos. Tudo inicia quando as pessoas se reúnem em



função de um mesmo objetivo, em uma organização, onde todos são donos do próprio negócio (OCB, 2017).

Para conduzir os cooperativistas no mundo, foram estabelecidos sete princípios do cooperativismo, dentre eles o 5º caracterizado como a educação, formação e informação e o 7º descrito como o interesse pela comunidade, que representa a relação que a cooperativa deve ter com a comunidade, desenvolvendo ações sociais e atendendo os interesses da população.

Atuando deste modo, acabam desenvolvendo ações de responsabilidade social, colaborando para melhorar a qualidade de vida tanto dos colaboradores, associados e seus familiares, como também da sociedade, contribuindo no aspecto social, cultural e ambiental. Sendo que, os projetos sociais são uma das formas mais eficazes de desenvolver a responsabilidade social nas cooperativas.

Diante disso, é importante tornar essas ações públicas, e para isso é necessário buscar meios que forneçam essas informações aos interessados, pois algumas instituições realizam ações, mas nem sempre conseguem identificar se seus associados sabem e o que pensam a respeito delas.

Neste contexto, o objetivo geral do presente trabalho consiste em identificar qual a percepção dos associados da Cooperativa de Pioneira de Eletrificação - COOPERA, localizada no sul de Santa Catarina, diante das ações de responsabilidade social que esta desenvolve. Para atingir o objetivo geral têm-se como objetivos específicos: a) descrever, por meio da literatura, aspectos relacionados à responsabilidade social; b) identificar estudos correlatos sobre o tema; c) levantar as ações de responsabilidade social desenvolvidas pela Cooperativa em estudo; e d) apontar, por meio de questionário, o reconhecimento dos associados perante as ações de responsabilidade social realizadas pela pesquisada.

A responsabilidade social é transformadora, pois reflete a ação da organização em prol da cidadania, contribui para o desenvolvimento social, respeito ao ser humano, propicia melhores condições de trabalho para os colaboradores. Por ela, implementa-se projetos que visam o desenvolvimento cultural, educacional e comunitário (DARÓS, 2017).

Deste modo, este trabalho tem como contribuição teórica aprofundar conhecimentos sobre responsabilidade social e proporcionará aos gestores da Cooperativa



pesquisada, uma noção mais real, quanto ao reconhecimento dos associados perante as ações de responsabilidade social que esta realiza.

E, quanto à contribuição social, tanto os cooperados, como os colaboradores e a sociedade se beneficiam, pois, de posse das informações levantadas com o estudo, outros projetos de cunho social podem ser desenvolvidos, ou mesmo os que já existem podem ser reavaliados e melhorados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 COOPERATIVISMO E COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO

A principal característica de uma sociedade cooperativa é a finalidade de apresentar aos seus cooperados melhores qualidades sociais e econômicas, já que não possui finalidade lucrativa. Para a Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul – FECOERGS (2017), o cooperativismo ocorre com a união de várias pessoas em função de um mesmo objetivo e que não visam lucros. Sua maior intenção é solucionar problemas por meio da ajuda mútua e união, atendendo as necessidades coletivas e não individuais.

A organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2017), relata que o cooperativismo transforma o mundo em um lugar mais justo e com oportunidades para todos, onde é possível unir o desenvolvimento econômico e social.

Segundo a OCB (2017), os conceitos que dão identidade ao Cooperativismo são: cooperação; transformação; e equilíbrio. E, de acordo com Meinen (2016), os valores antecedem os princípios do cooperativismo, sendo eles: solidariedade; liberdade; democracia; equidade; igualdade; responsabilidade; honestidade; transparência; e consciência socioambiental.

Por meio desses valores é possível desenvolver uma cooperativa edificada com bases que aceitam a promoção e melhorias para os associados, através de atividades e obras positivas desenvolvidas pela instituição.

Os princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras nas quais as cooperativas exercitam os seus valores. Foram aprovados na época em que foi fundada a primeira cooperativa do mundo, na Inglaterra, em 1844 (OCESC, 2017).



Para melhor compreender o que são as sociedades cooperativas, é indispensável o entendimento dos sete princípios que as regem, a fim de conduzir os cooperativistas ao redor do mundo (OCB, 2017). São eles:

**1º - Adesão voluntária e livre:** está aberta a todos que são capazes de assumir responsabilidades, sem discriminações de sexo, social, racial, política e religiosa;

**2º - Gestão democrática:** são organizações democráticas controladas por seus membros, onde os mesmos participam na tomada de decisões;

**3º - Participação econômica dos membros:** os membros contribuem para o capital das suas cooperativas e o controlam-no democraticamente;

**4º - Autonomia e independência:** são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros;

**5º - Educação, formação e informação:** promovem a educação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos colaboradores, de modo que possam contribuir para o desenvolvimento das suas cooperativas;

**6º - Inter Cooperação:** as cooperativas têm mais força trabalhando em conjunto; e

**7º - Interesse pela comunidade:** as cooperativas trabalham para o desenvolvimento das suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Os princípios representam os embasamentos de uma cooperativa, com o desígnio de dar assistência ao seu desenvolvimento, comprometimento e consolidação no mercado em que está implantada.

Cooperativa é uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de uma organização de propriedade coletiva e democraticamente gerida (OCB, 2016).

Conforme definição da Lei nº 5.764/71, cooperativa é uma sociedade de pessoas que presta serviços aos associados, tem natureza jurídica própria e não está sujeita a falência. É diferente das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;



- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

A cooperativa existe com a finalidade de prestar serviço aos seus associados, sem intuito de lucro. Atuam em vários setores da economia, e foram divididas em 13 ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infraestrutura, habitacional, produção, mineral, trabalho, saúde, turismo e lazer, transporte (OCB, 2017)

Neste trabalho o foco é a cooperativa do ramo de infraestrutura que fornecem garante o acesso dos cooperados e condições para seu desenvolvimento (OCB, 2017).

A Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural de Santa Catarina (FECOERUSC) possui 22 (vinte e duas) filiadas, onde, por meio delas, são favorecidas com energia elétrica, 171.000 propriedades, com cerca de 22.000 km de redes, que as cooperativas são responsáveis por operar e dar manutenção (FECOERUSC, 2017).

As cooperativas de eletrificação são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sendo esta uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que foi criada para regular o setor elétrico brasileiro, por meio da Lei nº 9.427/1996 e do Decreto nº 2.335/1997 (ANEEL, 2017).

Esta agência tem como missão proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade (ANEEL, 2017).

A ANEEL (2017) iniciou suas atividades em dezembro de 1997, tendo como principais atribuições: (1) regular a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (2) fiscalizar as concessões, permissões e os serviços de energia elétrica; (3) programar políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica; (4) estabelecer tarifas; (5) promover as atividades de outorgas de concessão,



permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, por delegação do Governo Federal.

Além disso, a ANEEL (2016) fiscaliza as concessionárias e permissionárias para garantir que estão prestando serviços de qualidade, e fiscaliza para que não façam cobranças indevidas perante o consumidor. Caso as empresas descumprirem as normas e leis do setor elétrico podem sofrer punições como, por exemplo, multas.

## 2.2 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS COOPERATIVAS

A responsabilidade social é um conjunto de ações que beneficiam as organizações e a sociedade. Essas ações se constituem em programas sociais que acarretam benefícios mútuos as mesmas, significando um diferencial de mercado, uma vez que a sociedade vem se preocupando com mais intensidade em relação aos aspectos sociais (DARÓS, 2011).

As organizações que são socialmente responsáveis têm consciência de que suas obrigações não devem se ater apenas aos interesses financeiros, mas, também, que precisam contribuir para o bem-estar e a qualidade de vida de seus colaboradores e realizar ações sociais na comunidade na qual estão inseridas. Em complemento ao exposto, Pinto e Ribeiro (2005) ressaltam que a empresa não pode visar apenas lucros, tendo diversas obrigações com a sociedade, entre elas, a utilização adequada dos recursos naturais, a criação e manutenção de empregos, dentre outros.

A responsabilidade social, no caso das cooperativas, não é algo que tem por objetivo o *marketing*, pois é a sua própria razão de ser, uma vez que os princípios que regem o cooperativismo remetem a prática da responsabilidade social. Conforme Darós (2011), as cooperativas são entidades solidárias, onde as pessoas se reúnem com a finalidade de ajuda mútua.

As cooperativas devem agir de maneira ética e transparente com toda a sociedade, mas em especial com os cooperados, fornecedores e clientes, além de realizar ações que contribuam para reduzir os impactos negativos causados na sociedade e ao meio ambiente. (DARÓS, 2011).



Para o autor, a maneira mais eficaz de desenvolver a responsabilidade social nas cooperativas é realizando projetos sociais, especialmente por meio da educação cooperativista, visando entre outras ações, reunir esforços para difundir entre os associados, seus familiares e a comunidade, os conceitos e os princípios do cooperativismo.

Uma vez realizadas as ações, estas devem ser difundidas, para que os interessados tenham conhecimento do que é realizado por estas organizações.

### 2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Realizando pesquisas visando identificar estudos correlatos a este, constatou-se que, os pesquisadores Chaves *et al.* (2009) realizaram um estudo para compreender as ações que derivam do projeto de responsabilidade social, desenvolvido por uma cooperativa, observando ações de responsabilidade social e obrigações cooperativistas. Foram realizadas entrevistas com pessoas envolvidas no projeto social da cooperativa para entender que suposições fazem sentido no discurso de responsabilidade social e que tem relação com o cooperativismo. Os resultados mostraram que quando as cooperativas praticam um projeto de responsabilidade social fortalecem o próprio cooperativismo.

Eyng (2011) desenvolveu um estudo na Cooperativa Pioneira de Eletrificação para avaliar se o suporte informacional divulgado no balanço social consegue demonstrar as ações de responsabilidade social para a sociedade que esta desenvolve. Aplicou-se uma entrevista com cinco gestores da entidade e 173 associados. Os resultados apontaram que segundo os gestores, há possibilidade de demonstrar as ações sociais desenvolvidas pela organização, por meio do balanço social. E, conforme o resultado das entrevistas com os associados, verificou-se que os mesmos se interessam em conhecer as práticas de responsabilidade social da Cooperativa.

Recco (2013) realizou um estudo de caso na Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado, COOPERJA, identificando seus princípios e relacionando com responsabilidade social. O principal objetivo da pesquisa foi identificar os processos de cooperação em prol da comunidade. Após entrevista com o administrador e com a responsável pelos projetos sociais da entidade verificou que a COOPERJA tem



preocupação com a comunidade e que os gestores acreditam que a responsabilidade social aproxima a comunidade da cooperativa e fortalece o cooperativismo.

Os estudos anteriores tiveram como principal enfoque a responsabilidade social em cooperativas, sendo estes desenvolvidos por meio de estudos de caso, entrevistas realizadas com gestores e comunidade. Os estudos apontam que praticar a responsabilidade social fortalece a relação entre a entidade e a comunidade.

### 3 METODOLOGIA

Considerando-se os objetivos elencados para este trabalho, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, visto que para alcançá-los são descritos aspectos relacionados à responsabilidade social, as ações sociais desenvolvidas pela cooperativa em estudo, e ainda, o reconhecimento dos associados perante tais ações. Segundo Gil (1999) essa tipologia tem como objetivo definir as características de uma determinada população ou acontecimento ou estabelecer relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos utilizados, classifica-se como bibliográfica, estudo de caso e levantamento, com uso de questionário para a coleta de dados. A pesquisa ocorreu em um posto de atendimento da Cooperativa Pioneira de Eletrificação (COOPERA), de Forquilha/SC que encontra-se localizado no Caravaggio, Nova Veneza/SC.

A pesquisa bibliográfica realizou-se por meio de revisão de artigos científicos, livros, materiais disponíveis em *sites*, entre outros. Conforme Parra Filho e Santos (2000), esse tipo de pesquisa refere-se a bibliografia já publicada e objetiva aproximar o pesquisador aos materiais disponíveis sobre o assunto que está pesquisando.

O estudo de caso é refere-se ao aprofundamento em relação a determinado objeto, que possibilita conhecimento extensivo e especificado do mesmo (GIL, 1999).

Para Gil (1999), o levantamento refere-se à pesquisa que envolve o questionamento das pessoas cujo comportamento de deseja conhecer. O que, neste estudo ocorreu com a aplicação de um questionário aos associados. O questionário é uma forma de coletar dados por meios de perguntas. (LAKATOS; MARCONI, 2010).

No que se refere à análise dos dados, utilizou-se a abordagem qualitativa e quantitativa. Para Joaquim Junior (2008), a pesquisa qualitativa observa, compreende e descreve o problema em questão. Sua finalidade é analisar e interpretar aspectos com mais



profundidade, fazendo uma descrição de comportamento. Já, na pesquisa quantitativa a análise ocorre por meios estatísticos.

Para avaliar e identificar os projetos e ações sociais praticados pela COOPERA em prol do desenvolvimento da sociedade, foi aplicado um questionário aos associados que procuraram o escritório da COOPERA em busca de serviços, entre os dias 15 e 25 de maio de 2017.

O questionário contém 02 questões abertas, sendo uma de múltipla escolha e 02 questões fechadas. A questão 01 do questionário refere-se aos projetos sociais que a COOPERA realiza, onde os respondentes puderam assinar quais projetos conhecem. Não foram incluídos todos os projetos que estão descritos no trabalho, pois alguns são projetos internos e os associados não tem conhecimento.

A Cooperativa conta com 22.107 associados e 23.237 unidades consumidoras, dos quais 1.668 pertencem ao Distrito de Caravaggio, Nova Veneza, onde encontra-se localizado o posto de atendimento pesquisado. No período estabelecido para a aplicação do questionário, foi possível obter 22 respostas, pois nem todas as pessoas que transitaram pelo estabelecimento aceitaram responder

## 4 RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se dados referentes as ações de responsabilidade social que a COOPERA desenvolve internamente e na comunidade e o resultado de questionamentos realizados com associados da cooperativa pesquisada.

### 4.1 COOPERA

No dia 27 de janeiro de 1959 surgia a primeira Cooperativa de Eletrificação Rural de Santa Catarina (CERFOL), com sede na cidade de Forquilha, Santa Catarina, na época distrito de Criciúma. Inaugurou, tendo 60 associados, sendo o primeiro presidente o Sr. Alfredo Michels (COOPERA, 2017).

Sua fundação teve como finalidade atender as comunidades agrícolas, comércio e pequenas indústrias rurais da região, fornecendo energia elétrica de boa



qualidade e baixo custo aos associados dos municípios de Forquilha, Nova Veneza e posteriormente parte de Criciúma (COOPERA, 2017).

Ao longo dos anos, cumprindo seu papel no desenvolvimento da agricultura, e visando melhor absorver a própria produção e comercializá-la, diversificou suas atividades e neste período, além do fornecimento de energia elétrica, passou a atuar no setor agropecuário com as seguintes atividades: secagem e armazenagem de grãos; sistema de irrigação e drenagem; posto de recepção e resfriamento de leite; produção; beneficiamento e comercialização de sementes; comercialização de insumos agropecuários e assistência técnica. Deste modo, em 21 de julho de 1985, passou a ser denominada como Cooperativa Mista Pioneira Ltda (COOPERA), tendo como presidente o Sr. Bruno Back (COOPERA, 2017).

Em novembro de 2003 voltou a atuar somente no setor elétrico, mas manteve a sua razão social como Cooperativa Mista Pioneira. Porém, em 19 de agosto de 2006, após Assembleia para reforma estatutária a adequação de nome e atividades, mudou a razão social para Cooperativa Pioneira de Eletrificação (COOPERA), o qual mantém nos dias atuais (COOPERA, 2017).

Atualmente sua sede está localizada na Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, nº 2801, Bairro Santa Cruz, em Forquilha - SC e possui três postos de atendimento, que se encontram localizados: no Centro de Forquilha; 4º Linha, Criciúma; e no Distrito de Caravaggio, Nova Veneza.

A COOPERA distribui energia elétrica para 22.107 associados e 23.237 unidades consumidoras, nos municípios de Maracajá, Forquilha, Nova Veneza e Criciúma. (COOPERA, 2017).

Pessoa jurídica de direito privado, a COOPERA rege-se pela lei cooperativista, que estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativistas, pelas disposições legais vigentes e suas regulamentações, bem como demais disposições legais que determinam a distribuição de energia elétrica em regime de direito público específico para as sociedades cooperativas (COOPERA, 2017).

A COOPERA tem como Missão, “Distribuir energia de qualidade, com segurança, contribuindo para o desenvolvimento sócio econômico sustentável da sociedade, promovendo o cooperativismo.” (COOPERA, 2017).



Tem como Visão de “Ser a melhor cooperativa do Brasil e a maior de Santa Catarina em distribuição de energia elétrica.” Os valores são “Pessoas, Cooperação, Excelência e Sustentabilidade.” E seu lema é “Força a quem produz, confiança em quem trabalha.” (COOPERA, 2017).

Deste modo, seguindo sua missão, visão, valores e seu lema, a COOPERA, vem ao longo dos anos, cumprindo seu compromisso, gerando emprego e renda, desenvolvimento social e econômico.

#### 4.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL NA COOPERA

A cooperativa pesquisada possui vários projetos de caráter social e promove ações em prol dos associados e da comunidade. Tanto que recebeu pelo terceiro ano consecutivo, o certificado do Prêmio de Responsabilidade Social, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sendo a única cooperativa do ramo de infraestrutura do Estado a receber a honraria.

Na sequência, apresenta-se uma síntese das ações realizadas pela COOPERA, que atendem aos princípios do cooperativismo, especialmente ao quinto que se refere à educação, formação e informação e ao sétimo que trata do interesse pela comunidade:

**a) COOPERA em comunidade (projeto contínuo):** tem por objetivo, integrar o associado à cooperativa por meio de encontros nas comunidades, dentro da área de atuação, apresentando os seus direitos e deveres para com a cooperativa e inserir o cooperativismo na comunidade, além de estreitar laços e trocar informações e sugestões (COOPERA, 2017).

**b) Programa Mulheres Cooperativistas:** visa promover a sustentabilidade da cooperativa e do cooperativismo, por meio do desenvolvimento de atitudes, habilidades e competências necessárias à melhor atuação das mulheres no quadro social das cooperativas. Este projeto é desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/SC (COOPERA, 2017).



**c) Núcleo Feminino:** este projeto busca reunir mulheres em encontros e capacitá-las para formar núcleos femininos. Ocorre mensalmente com: palestras; cursos; e reuniões. Visa à integração da mulher associada ou esposa do associado proporcionando aproximação com a Cooperativa levando informações entretenimento e o cooperativismo (COOPERA, 2017).

**d) Encontro de Casais:** proporciona aos associados momentos de reflexão relacionados à vida conjugal e familiar. A ideia dos encontros foi sugerida pelas mulheres integrantes do núcleo feminino (COOPERA, 2017).

**e) Encontro Juventude Cooperativista (projeto contínuo):** é um evento de acolhimento e sensibilização para convidar os jovens para participarem do Programa JOVEMCOOP que tem os seguintes objetivos: (1) ajudar os jovens a compreenderem e participarem da Cooperativa; (2) fortalecer a imagem da Cooperativa na Comunidade; (3) propiciar a participação efetiva dos jovens nas discussões e decisões da cooperativa; (4) fortalecer a doutrina cooperativista; (5) promover a organização social e participação; (6) mobilização e liderança; (7) governança e sucessão; (8) empreendedorismo e protagonismo cooperativista e entre outros (COOPERA, 2017).

**f) Programa COOPERJOVEM (projeto contínuo):** promovido pelo SESCOOP, o objetivo é implantar uma capacitação colaborativa nas escolas municipais e por meio dela difundir o cooperativismo na comunidade. A capacitação é direcionada aos professores para que estes desenvolvam atividades com as crianças. A COOPERA é parceira do projeto pelos benefícios sociais e de cooperação que ele representa (COOPERA, 2017).

**g) Revistinha Superxoke (projeto contínuo):** divulgar a cooperação, a conscientização acerca da economia de água e energia elétrica, bem como a preservação do meio ambiente. O projeto prevê a entrega de revistinhas tipo gibi para os alunos do ensino fundamental (1º ao 5º ano) das escolas municipais, estaduais, particulares e APAES pertencentes à área de atuação da Cooperativa (COOPERA, 2017).

**h) Cursos EAD via *site* da COOPERA:** ainda não tem uma data de lançamento, pois a COOPERA está buscando parcerias. Este projeto visa oferecer cursos *online* aos



cooperados e colaboradores, sendo extensivo aos seus familiares, sobre: cooperativismo; cursos técnicos; de extensão; graduação; pós-graduação; e afins. Como premissa para ter direito aos cursos o aluno terá que fazer um curso *online* de cooperativismo, antes de aderir ao curso preferido (COOPERA, 2017).

**i) Projeto Orientação Profissional (projeto contínuo):** este projeto proporciona acompanhamento de psicóloga nas turmas do último ano do ensino médio das escolas na área de atuação da COOPERA para facilitar a escolha profissional dos filhos dos associados, uma vez que diante do amadurecimento pessoal podem vir a se sentir inseguros em relação do futuro profissional (COOPERA, 2017).

**j) COOPERA em Ação + Dia C (projeto contínuo):** em comemoração ao dia do cooperativismo, o evento intitulado “Coopera em ação”, procura integrar o associado por meio de encontros nas comunidades dentro da área de atuação, levando serviços de utilidade pública. E o dia C (Dia de Cooperar – SESCOOP – que incentiva o voluntariado), através de um *workshop* nomeado “*Labs em Rede*” para formação de grupos de voluntários da região (COOPERA, 2017).

**l) Feira de Ideias (projeto contínuo):** este realiza seminários com as cooperativas de infraestrutura do Estado de Santa Catarina para discussão sobre organização do quadro social. Explicação sobre as dificuldades, bem como oportunidades de melhorias, trazidas pelas participantes, por meio de projetos organizados e orientados pela Cooperativa. (COOPERA, 2017).

**m) Núcleos Educativos Representativos (projeto contínuo):** tem como objetivo formar grupos de cooperados, por meio de encontros educacionais cooperativistas para que possam entender a real função de sua cooperativa, e que possam ser eleitos para sucessão na diretoria da cooperativa contemplando assim sua autogestão (COOPERA, 2017).

**n) Curso de Gestão Cooperativa (projeto contínuo):** é uma capacitação interna para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal sobre Governança Cooperativista, com objetivo de proporcionar educação para que os membros afirmem seu compromisso com a



Cooperativa e seu quadro social, estimulando a participação efetiva, garantindo a transparência, propondo iniciativas que promovam o equilíbrio entre o econômico e o social e que facilite o diálogo com a comunidade (COOPERA, 2017).

**o) Programa de Desenvolvimento de Gestão das Cooperativas - SESCOOP - (projeto contínuo):** é uma ação interna que tem como objetivo principal, promover a adoção de boas práticas de gestão e governança pelas cooperativas. O fortalecimento do cooperativismo brasileiro depende do bom desempenho das cooperativas no mercado, uma vez que, para cumprir seu papel social, elas têm que vencer o desafio econômico. (COOPERA, 2017).

**p) Felicidade Interna Cooperativa - FIC:** à ferramenta aborda nove dimensões que são: (1) padrão de vida; (2) governança; (3) educação; (4) saúde; (5) meio ambiente; (6) cultura; (7) vitalidade comunitária; (8) uso do tempo; (9) e bem-estar psicológico (OCB, 2017).

**q) Miniprojetos na comunidade:**

- promover oficinas de artes nas comunidades incentivando a integração entre os cooperados e oportunizando acesso à cultura (COOPERA, 2017).
- realizar sessões de cinema gratuitas para escolas, cooperados e comunidade, em parceria com o SESC criciúma (COOPERA, 2017).

**r) Biblioteca Aberta:** estantes de livros instaladas nos Postos de Atendimento da Cooperativa, disponibilizando para empréstimos e também recebendo doações para o acervo. (COOPERA, 2017).

**s) Queimadas descartadas** – esta ação é interna, e visa descartar lâmpadas retiradas da rede de iluminação pública de maneira adequada, contribuindo com o meio ambiente e ainda evitar possíveis notificações dos órgãos ambientais. Objetiva incentivar o colaborador para o descarte correto das lâmpadas dentro e fora da organização. (COOPERA, 2017).



**t) Reciclagem** - ação interna que visa descartar os resíduos gerados pelos colaboradores, terceiros e associados de maneira adequada, contribuindo com o meio ambiente, evitando possíveis notificações dos órgãos ambientais e incentivando para o descarte correto dentro e fora da empresa (COOPERA, 2017).

**u) Iluminando suas ideias (projeto contínuo):** intenta conscientizar a comunidade escolar quanto à utilização racional da energia elétrica evitando o desperdício, agregando conceitos de cidadania e responsabilidade social e ambiental. Além disso, informar os consumidores e comunidade em geral, por meio das crianças quanto à redução do desperdício de energia elétrica utilizando os recursos naturais buscando a conservação do meio ambiente (COOPERA, 2017).

**v) Manual de Integração:** oferece ao associado um manual descrevendo seus direitos, deveres, missão e visão da cooperativa, dicas de conservação, economia de energia e segurança, evitando o desperdício, agregando conceitos de cidadania e responsabilidade social (COOPERA, 2017).

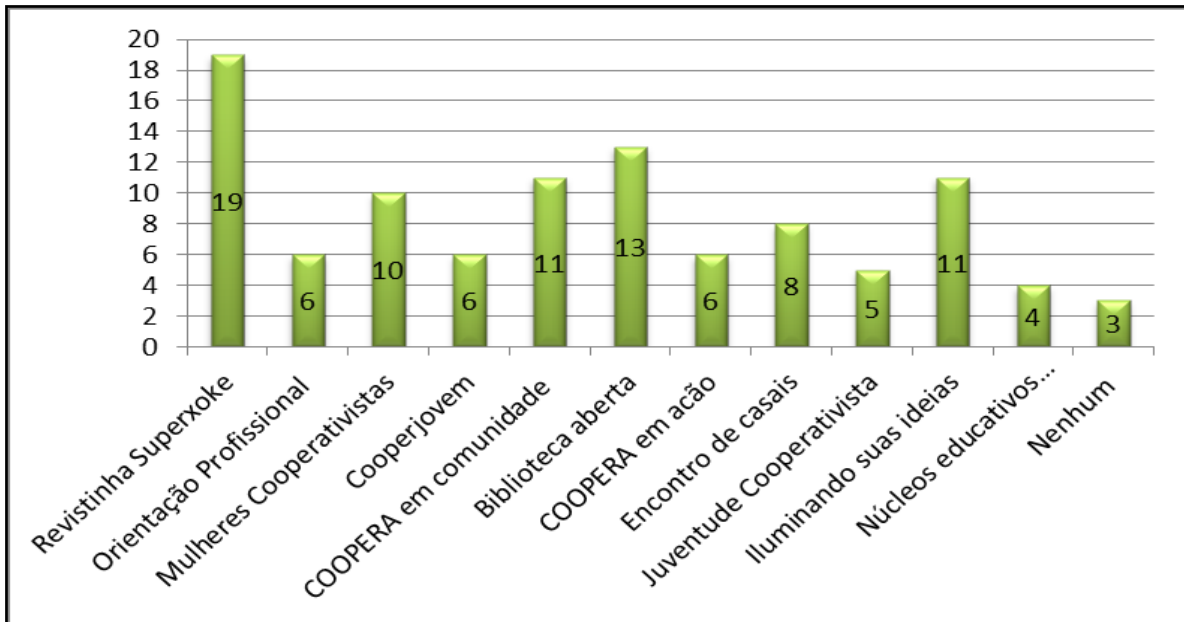
#### 4.3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS JUNTO AOS ASSOCIADOS

A seguir estão descritos os dados obtidos junto aos associados referente seu conhecimento e avaliação da responsabilidade social da COOPERA:

##### **a) Conhecimentos dos associados quanto aos projetos sociais**

No Gráfico 1, pode se observar o resultado do questionamento realizado, visando identificar junto aos respondentes, o conhecimento destes sobre projetos sociais realizados pela COOPERA, sendo possível assinalar mais de uma alternativa:

**Gráfico 1** – Conhecimento sobre os projetos sociais desenvolvidos pela COOPERA



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Percebe-se que dentre os projetos sociais desenvolvidos pela Cooperativa, o mais conhecido é a Revistinha Superxoke, que apresenta informações para as crianças sobre cooperação e conservação do meio ambiente. Tal conhecimento deve-se ao fato, principalmente, das crianças, que após receberem o material e informações, comentam com seus pais sobre o que aprenderam.

Outro projeto que está entre os mais conhecidos é a Biblioteca Aberta, que disponibiliza livros para empréstimo ao associado, que ao procurar o atendimento presencial da COOPERA tem acesso a uma estante de livros.

O projeto COOPERA em comunidade também é um dos mais conhecidos, e neste, a comunidade e os associados são convidados a participarem de um encontro onde são apresentados seus direitos e deveres perante a cooperativa e outros assuntos de interesse dos mesmos.

O projeto iluminando suas ideias que consiste em orientação nas escolas, sobre a utilização racional de energia elétrica, foi identificado como sendo conhecido por 11 pessoas, o que representa 50% dos pesquisados. Neste projeto a conscientização para comunidade é feita por meio das crianças.

Dos entrevistados, 03 pessoas, que representam 13,64%, demonstram não ter conhecimento sobre nenhum dos projetos listados, o que aponta para a necessidade de maior e melhor divulgação do que a Cooperativa desenvolver em termos sociais.



## b) Avaliação das ações sociais desenvolvidas pela cooperativa

Com o segundo questionamento, procurou-se saber como os associados avaliam as ações sociais realizadas pela Coopera. Os respondentes avaliam que as ações realizadas são importantes para os associados e para o crescimento da sociedade, destacando que a ação social ajuda a desenvolver a consciência das famílias dos associados. Segue abaixo algumas das avaliações feitas pelos associados:

(Entrevistado 01) “Estou surpresa com o número de projetos sociais existentes.”

(Entrevistado 03) “De excelente trabalho e fundamental importância para a sociedade e filhos dos associados.”

(Entrevistado 07) “A coopera preocupa-se com a sociedade, mas pode melhorar cada vez mais.”

(Entrevistado 10) “É uma cooperativa preocupada não só com o resultado econômico, mas em ver uma sociedade mais feliz e melhor atendida não só na distribuição de energia elétrica.”

(Entrevistado 11) “Ótimas iniciativas, sendo que tudo que é direcionado ao bem da sociedade tem que ser valorizado e apoiado.”

(Entrevistado 15) “As ações sociais que a coopera realiza servem de exemplo para outras empresas. Essa participação com a comunidade e seus associados serve muito na educação para as crianças, os jovens, e a própria comunidade.”

(Entrevistado 18) “Podem investir mais na divulgação dos projetos, pois muitos não imaginavam que existiam tantos.”

A partir dos apontamentos, percebe-se que os associados valorizam o que a cooperativa faz em termos sociais, mas que, nem todos conhecem tudo o que é realizado.

## c) Preocupação da COOPERA com a comunidade

No terceiro questionamento buscou-se saber se os associados consideram que a coopera tem preocupação com a comunidade onde encontra-se inserida:

De acordo com a visão da maioria dos associados a coopera além de se preocupar com a comunidade presta um bom atendimento. Porém, um respondente disse não ter conhecimento e outro diz não acompanhar as ações sociais realizadas pela



cooperativa.

A seguir elencam-se algumas das respostas obtidas em relação a este questionamento:

(Entrevistado 02) “Se preocupa e traz crescimento para os associados.”

(Entrevistado 05) “Sim, os projetos sociais evidenciam sua preocupação com a sociedade onde está inserida.”

(Entrevistado 07) “Eu não conhecia estes projetos, mas pela lista e descrição dos mesmos estes ajudam no desenvolvimento de todos.”

(Entrevistado 16) “Sim, a Coopera preocupa-se com a comunidade, fazendo palestras para casais, jovens, convida os associados para a assembleia prestando contas dos gastos.”

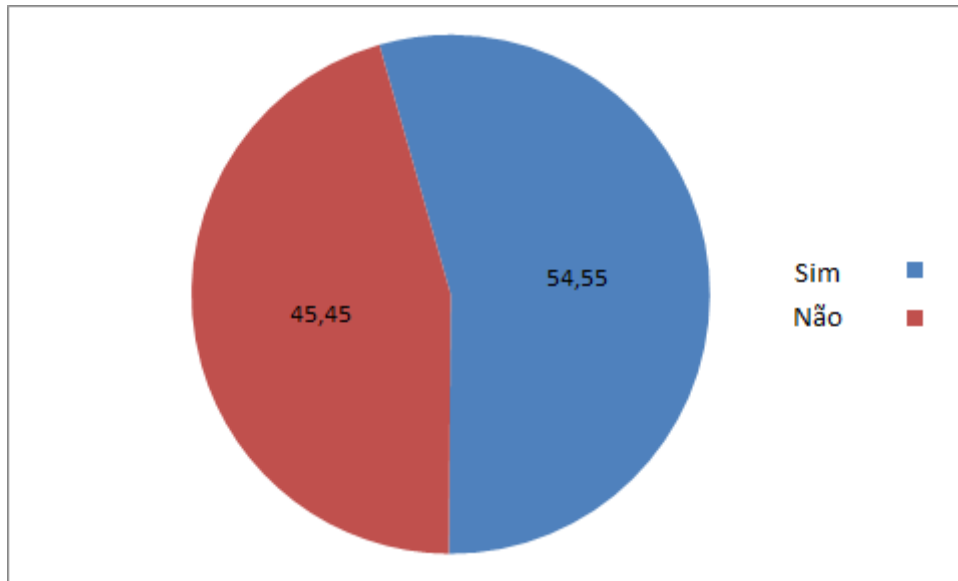
Percebe-se pelas respostas que alguns associados avaliam positivamente o que a COOPERA desenvolve de projetos sociais e apontam que esta preocupa-se com a comunidade. Mas, mais uma vez percebeu-se que nem todos os associados possuem a real dimensão de todos os projetos desenvolvidos.

#### **D) Conhecimento sobre o balanço social da coopera**

No intuito de saber se os cooperados sabem que a cooperativa elabora o balanço social, visando demonstrar um pouco do que faz pelos colaboradores, associados, seus familiares e demais comunidade, questionou-se sobre o conhecimento deste demonstrativo:

No gráfico 2, demonstra-se o conhecimento dos associados perante o balanço social da Coopera:

#### **Gráfico 2 – Conhecimento sobre o balanço social da COOPERA**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Percebe-se, conforme os dados apresentados, que 54,55% dos entrevistados tem conhecimento sobre o balanço social da Cooperativa, contra 45,45% que não conhecem.

A disponibilização do balanço social ocorre por meio do *site* da COOPERA e pelo número de pessoas que apontaram não saber da existência deste documento, percebe-se a necessidade de disponibilizá-lo também de outro modo, podendo ser em eventos promovidos pela Cooperativa, por meio de apresentação de *slides*.

## 5 CONCLUSÃO

A responsabilidade social pode ser entendida como um conjunto de ações desenvolvidas pelas organizações e que trazem benefícios aos colaboradores, como melhores condições de trabalho e mais qualidade de vida. Estes benefícios normalmente se estendem à comunidade onde a organização encontra-se inserida e podem ser relacionados à questões educacionais, culturais, entre outras.

No caso das cooperativas, as ações de responsabilidade social que desenvolvem, não têm por objetivo o *marketing*, pois esta é a sua própria razão de ser. São, por sua natureza, entidades solidárias e nelas as pessoas se unem com o objetivo de ajuda mútua, sendo que os princípios que regem o cooperativismo remetem a prática de responsabilidade social.



Diante disso, este trabalho teve por objetivo principal, identificar qual a percepção dos associados da COOPERA perante as ações de responsabilidade social desenvolvidas por esta cooperativa. Para tal, buscou-se inicialmente, além de apresentar literatura sobre a responsabilidade social, levantar estudos correlatos a este, onde constatou-se, que as práticas de responsabilidade social fortalecem a relação entre a comunidade e a entidade.

Buscando alcançar mais um dos objetivos específicos deste trabalho, evidenciou-se os diversos projetos de caráter social que a Cooperativa pesquisada desenvolve em prol dos associados e da comunidade, dentre eles destacam-se: a revistinha superxoke que leva para as crianças, informações sobre cooperação e preservação do meio ambiente; o projeto cooperjovem, onde realizam-se capacitações de professores, visando que estes desenvolvam atividades colaborativas com as crianças e também procurando difundir o cooperativismo na comunidade; e o projeto juventude cooperativista, que procura trazer o jovem para compreender e participar da cooperativa.

Quanto à visão dos associados sobre as ações realizadas pela Cooperativa, verificou-se que a maioria tem conhecimento, ao menos de alguns dos projetos, valorizam e avaliam positivamente o que a COOPERA faz em relação aos projetos sociais. Mas, ainda existem alguns associados que não conhecem nenhum dos projetos e 44,45% não tem conhecimento sobre o balanço social publicado pela instituição pesquisada, o que demonstra que tal documento deve ser melhor divulgado.

Diante disso, conclui-se que a Cooperativa desenvolve várias ações de cunho social e que estas são bem avaliadas, mas nem sempre conhecidas. Por isso, percebe-se a necessidade de melhor divulgação das práticas de responsabilidade social, pois as ações desenvolvidas são importantes e devem ser valorizadas.

## REFERÊNCIAS

ANEEL. **Agência nacional de energia elétrica**. Disponível em <http://www.aneel.gov.br/a-aneel>>. Acesso em: 17 out 2016

CHAVES, Carlos Jaelso Albanese et al. **Possibilidades e Limites das Ações de Responsabilidade Social em Organizações Cooperativas**. XXXIII Encontro da Ampad, São Paulo, p.1-16, 19 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR3190.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

COOPERA. Cooperativa Pioneira de Eletrificação. **A história**. Disponível em: <<http://www.coopera.com.br>> Acesso em: 19 mai. 2017.



DARÓS, Leandro Luis. **Balço e responsabilidade social das cooperativas**. Palhoça, 2011. 142 p.

EYNG, Viviane. **Balço social**: estudo de caso na Cooperativa Pioneira de Eletrificação - Coopera. 2011. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/600/1/Viviane%20Eyng.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2017.

FECOERGS - **Federação das cooperativas de energia, telefonia e desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.fecoergs.com.br/pagina.php?cont=historia.php&sel=2%3E>>. Acesso em: 03 abr 2017.

FECOERUSC – **Federação das cooperativas de energia do estado de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.fecoerusc.coop.br/empresa>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. 207 p.

JOAQUIM Junior, Martins. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764)>. Acesso em: 10 out. 2016.

Lei nº 9.472/1996, de 26 de dezembro de 1996. **Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9427cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9427cons.htm) Acesso: 10 out. 2016.

OCB. **Brasil Cooperativo**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/#/o-que-e-cooperativismo>> Acesso em: 01 out 2016.

\_\_\_\_\_. **Princípios – OCB SESCOOP**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 02 mar 2017.

OCESC. **Cooperativas**. Disponível em: <[http://www.ocesc.org.br/secao/cooperativas\\_principios](http://www.ocesc.org.br/secao/cooperativas_principios)>. Acesso em: 02 mar 2017.



Organização das cooperativas brasileiras. **Princípios do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo>>. Acesso em: 18 out. 2016,14h50min

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 2000. 277 p.

PINTO, Anacleto Laurindo; RIBEIRO, Maísa de Souza. O Balanço Social como instrumento de evidenciação de responsabilidade social: um estudo no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. XXXIV, p. 37 – 49, 2005.

RECCO, Mariane Crestani. **Responsabilidade Social**: um estudo de caso na Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado. 2013. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

Disponível em:

<<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2162/1/Mariane%20Crestani%20Recco.pdf>>.

Acesso em: 13 mar. 2017.



## Trabalho Completo de Pesquisa

### 35242 - O AMBIENTE INSTITUCIONAL E O DILEMA “PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA”: UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS CONTÁBEIS PARA O GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO E DO ISOMORFISMO

Natanael de Freitas Pacheco<sup>1</sup>, Sílvio Parodi Oliveira Camilo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Curso de Ciências Contábeis,

<sup>2</sup>Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico  
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

Esta pesquisa parte do pressuposto que as normas contábeis não conseguem preencher todas as lacunas de modo a serem suficientemente claras e completas ao interprete tomador de decisão. Tais *gaps* possibilitam decisões discricionárias do operador no campo da contabilidade, seja por oportunismo ou por conveniência no modo de interpretação. Como contribuição este trabalho se diferencia por propor discussão no campo da subjetividade, aliando e integrando a teoria institucional à teoria da essência sob a forma. Assim, a pesquisa tem por objetivo explorar influências institucionais e a aplicação da essência sobre a forma nos aspectos da contabilidade gerencial e da contabilidade fiscal. Sob o âmbito metodológico a pesquisa se caracteriza por empregar abordagem qualitativa, com fins explicativos, uma vez que busca analisar e explicar os comportamentos demonstrados pelos profissionais que foram objetos de estudo. Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, e as análises realizadas seguiram o critério descritivo para melhor exploração das informações. Os resultados obtidos consistiram em demonstrar que é possível identificar os efeitos gerados pelo dilema da essência sobre a forma, sob a ótica da teoria institucional. Estes efeitos evidenciam a necessidade de mecanismos complementares e externos que sejam vinculados às rotinas contábeis, uma vez que o foco dos procedimentos é atender a contabilidade fiscal, na qual se confronta às necessidades gerenciais para a tomada de decisão. Justamente por que a norma internacional de contabilidade, que enfatiza a primazia da essência sobre a forma, não está integrada às normas brasileiras de contabilidade.

**Palavras-chave:** Discricionariedade contábil, Tomada de decisão, Isomorfismo Institucional, Gerenciamento contábil, Influência institucional.

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme observado por vários autores como Vaz (2013) e Zucculotto *et al* (2010), com o avanço natural da institucionalização das organizações é possível observar comandos influentes para fins de certas padronizações na área contábil. Vailati *et al* (2017) demonstram que o cenário atual de competitividade e as mudanças econômicas são alguns dos aspectos que fazem com que as empresas tenham que estar em constante evolução e por conta deste panorama, elas têm a sua disposição ferramentas, técnicas e instrumentos



de gestão que auxiliam no processo decisório, e neste contexto, utilizando-se principalmente das informações contábeis.

Partindo do pressuposto que a norma não consegue preencher todas as lacunas, portanto incompleta, possibilita decisões discricionárias do tomador de decisão no campo da contabilidade, seja por conveniência ou por modo de interpretação. Com base nisso, este estudo explora influências institucionais e a aplicação da essência sobre a forma nos aspectos da contabilidade gerencial e contabilidade fiscal, e busca evidenciar a importância da escrituração contábil e os efeitos, a partir da aplicação da essência em cada fato contábil, considerando a tomada de decisões.

Nesse sentido, analisou-se quais efeitos resultantes pelas tomadas de decisões influenciadas pela institucionalização contábil e interpretou as reações ocasionadas pela discrepância originada pelo dilema da essência sobre a forma. O objetivo geral deste trabalho foi o de analisar quais efeitos do conflito da essência sobre a forma no aspecto gerencial nas tomadas de decisões podem ser identificados e analisados com base nas influências institucionais.

Os objetivos específicos buscados são: identificar como é a interação dos profissionais contábeis com mais de 18 anos de experiência nas informações contábeis para tomadas de decisões; identificar as rotinas contábeis dos entrevistados ao tratar de tomadas de decisões e analisar seu comportamento; e identificar os tipos de isomorfismos presentes nestas rotinas.

Abordar o tema apresentado proporcionou avaliar sob a ótica das organizações como é construído o entendimento contábil nos registros de fatos contábeis e suas demonstrações. Assim, tem-se a seguinte questão norteadora: Como os profissionais da contabilidade têm procedido em relação ao dilema da essência sobre a forma nos processos de registros contábeis?

Como contribuição teórica este trabalho busca se diferenciar por propor discussão no campo da subjetividade, aliando e integrando a teoria institucional à teoria da essência sob a forma. Estudos teóricos com abordagem qualitativa, no campo da contabilidade, não têm sido muito explorados. Por isso esta investigação, por meio das teorias institucional e da essência sob a forma, procura se aproximar dos operadores que convivem com o dilema na decisão contábil para instigar novas discussões subjetivas fora do eixo dos estudos predominantes quantitativos.



O trabalho está organizado da seguinte forma: seção introdutória, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, resultados da pesquisa e considerações finais. A fundamentação teórica consiste em uma revisão de estudos teóricos-empíricos acerca da teoria institucional e a norma internacional da essência sobre a forma. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos com o método, abordagem, estratégia e técnicas de pesquisa. Finalmente, são apresentados os resultados da pesquisa e conclusões do presente trabalho de conclusão de curso.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção discorre às fundamentações teórico-empíricas que embasam o estudo realizado quanto ao tema proposto.

### 2.1 TEORIA INSTITUCIONAL

A teoria institucional surgiu a partir dos estudos em que evidenciavam a relação entre os diversos processos sociais em um meio e, segundo os ensinamentos de Vaz (2013), esta teoria foi amplamente desenvolvida a partir das análises sociais de alguns autores do século XX, como Berger e Luckman (1967).

Para Vaz (2013), outros autores que se dedicaram ao assunto são Scott e Meyer (1991) e, segundo estes, os processos e ações que são repetidas, identificáveis e padronizadas por uma determinada organização são denominados de institucionalização. Atualmente é possível identificar hábitos de comportamentos tanto em indivíduos quanto em organizações, principalmente hábitos que propõem a resolução de conflitos. Fachin e Mendonça (2003) acrescentam que no âmbito organizacional a teoria institucional proporciona importantes contribuições para a gestão das organizações, indicando que uma vez que os processos resultam não apenas da ação humana, mas igualmente das interações no contexto cultural e político.

A teoria institucional deve ser considerada como base para análises no ambiente social quanto a sua relação em cada processo, visto que a formalização e padronização destes se propagam em vários aspectos na sociedade.

Os autores Zuccolotto *et al* (2010) contextualizam a ciência contábil dentro do



conceito institucional indicando que em vez de tratar a contabilidade como uma disciplina estática e puramente técnica, o conjunto de pesquisas das décadas de 1980 e 1990 a estudou sob o enfoque institucional, como um mecanismo interligado à vida das organizações e ao contexto em que elas operam. Em adição, concluem que a contabilidade permite inserir aspectos gerenciais objetivos na organização que permitem influenciar o ambiente, ou ainda ser influenciada, considerando a capacidade de moldar ou condicionar o comportamento dos gestores de acordo com as informações apresentadas, e estas, nos aspectos de decisões voltadas aos custos, lucros e investimentos. Com isto, pode-se afirmar que a contabilidade está totalmente inserida no contexto da teoria institucional, uma vez que se relaciona com as organizações e sofre mutuamente com o processo de institucionalização no ambiente social em que faz parte.

Alguns estudos evidenciam que atualmente no Brasil está sendo criado um crescente material científico no que diz respeito à ciência contábil relacionada ao institucionalismo natural das entidades, como exemplo de Vailatti *et al* (2017), na qual em sua análise às publicações relacionadas a teoria institucional, evidencia o avanço nas análises relacionadas entre a teoria institucional e o cenário contábil gerencial.

Os autores Barbosa Neto e Colauto (2010) citam que na área contábil alguns estudos têm se dedicado a abordar a institucionalização de práticas gerenciais como forma de identificar se a teoria está sendo aplicada de forma empírica, e por isso apoiam-se no embasamento teórico da teoria institucional para compreender adoção das práticas de contabilidade gerencial nas empresas. Estes autores ainda observam que os estudos baseados na teoria institucional aplicados à Contabilidade Gerencial visam compreender as práticas dos gestores organizacionais, para assim compreender o entendimento do porquê da mudança ou da persistência em determinados hábitos e rotinas em tomadas de decisões e alterações estratégicas.

Vale ressaltar ainda que Vailatti *et al* (2017) demonstrou em seus estudos uma crescente vertente em estudar os fenômenos que estão alterando a contabilidade e sua forma de estruturar as dinâmicas gerenciais por meio dos fatos contábeis. Com isso é possível observar traços de tendências e processos similares que indicam o isomorfismo organizacional naturalmente gerado no ambiente administrativo e contábil, estes que serão relatados posteriormente.



## 2.2 ISOMORFISMO ORGANIZACIONAL

Considerando a teoria institucional como a fundamentação primordial para os estudos de normatização e padronização nos processos relacionados no ambiente social, ressalta-se que as organizações estão sendo influenciadas diretamente a ponto de surgir uma nova abordagem, considerando a institucionalização das mesmas.

Os autores Cunha, Soares e Lima (2011), salientam que o isomorfismo organizacional é precursor das organizações em adotar formas legitimadas. Como se vê, o isomorfismo organizacional tem sido considerado primordial para a inicialização do processo de institucionalização pelas organizações.

Neste sentido, para os autores Rosseto e Rosseto (2005), isomorfismo pode ser entendido como uma força invisível que gera restrições, limitações, orientações e posicionamentos naturais em um determinado ambiente social com base na influência gerada pelos cenários apresentados neste ambiente.

Observa-se, portanto, a necessidade em se identificar os mecanismos de mudança isomórfica institucional para entender o processo que as organizações vivenciam no ambiente social. Por meio deste entendimento, é possível evidenciar o vínculo que a Contabilidade possui, inserida no contexto social, na qual é normatizada e padronizada para atender critérios isomórficos.

A partir dessas considerações, passa-se a uma breve análise individual de cada espécie de isomorfismo organizacional, a saber: coercitivo, mimético e normativo.

### 2.2.1 Isomorfismo coercitivo

Tratando-se de isomorfismo, o primeiro mecanismo evidenciado pelos autores DiMaggio e Powell (2005) é o isomorfismo coercitivo, na qual está diretamente ligado a influências políticas, pressões sociais e culturais e a própria influência entre as organizações. Estes autores indicam que o isomorfismo coercitivo é aquela influência resultante das pressões formais e informais exercidas quando há laços de dependências ou expectativas geradas no ambiente social em que atuam. Como exemplos de coerção no ambiente social citam-se as determinações fiscais para com as empresas, o requisito legal e padrão de entrega de informações contábeis, as pressões econômicas que forçam a



diminuição de preços. Aliás, as próprias organizações de um mesmo segmento podem ser consideradas para este tipo de mecanismo.

Os autores Meyer e Rowan (1977, *apud* DIMAGGIO e POWELL 2005) indicam que à medida que Estados e outras grandes organizações racionalizadas expandem seus domínios a outras arenas da vida social, as estruturas organizacionais refletem cada vez mais regras institucionalizadas e legitimadas pelo Estado e dentro do Estado.

É possível visualizar que este mecanismo está diretamente ligado à contabilidade fiscal no Brasil, uma vez que os procedimentos contábeis são regrados com base no que os órgãos fiscais determinam, mesmo não correspondendo às normas internacionais de contabilidade.

### 2.2.2 Isomorfismo mimético

Outro mecanismo responsável pela homogeneidade organizacional é o isomorfismo mimético, no qual DiMaggio e Powell (2005) indicam que nem sempre a autoridade coercitiva é responsável pela institucionalização, mas que também a incerteza constitui uma força que encoraja esta transformação. Quando o cenário em que a organização está inserida não possui um padrão, ou mesmo as metas são ambíguas, há incerteza em como agir diante ao ambiente distorcido, a tendência é buscar um modelo de outra organização que mostra estar estruturada e planificada.

Avançam os mesmos autores dizendo que este tipo de comportamento mimético é considerável, uma vez que pode nortear a organização mediante problemas e desafios desconhecidos para si, se outra organização já passou pela situação e continua forte no ambiente em que está inserido. Vale ressaltar que esta imitação por parte de quem se torna referência nem sempre é consciente, porém suas práticas, hábitos e comportamentos são espalhados.

DiMaggio e Powell (2005) relatam que muitos dos segmentos de mercado demonstram um padrão mimético, em que organizações se tornam referenciais nos processos que praticam para outras organizações, e assim ocorre a transferência comportamental e cultural em um ambiente. Assim, a evidente homogeneização de empresas que possuem o mesmo tipo de atividade é um processo natural, muitas vezes pela questão sobrevivência no mercado, em que padrões e regras são estabelecidos,



mesmo que inconscientemente. Nesse viés, Dimaggio e Powell (2005) esclarecem que as organizações tendem a tomar como modelo outras organizações que elas percebem ser mais legítimas ou bem-sucedidas nas atividades ou posturas tomadas nos cenários semelhantes.

Um ponto a observar neste aspecto é que em mercados que há um padrão comportamental estabelecido, organizações que buscam a diversificação geralmente se limitam em uma margem de segurança quanto ao risco apresentado ao sair do padrão proposto no ambiente em que estão inseridas, uma vez que o padrão nas práticas e hábitos está intrínseco, e qualquer iniciativa de variação que pode alterar o processo organizacional é considerada arriscada.

### 2.2.3 Isomorfismo normativo

Há um terceiro mecanismo como fonte de mudanças organizacionais isomórficas. Este mecanismo é chamado de isomorfismo normativo, na qual Larson (1977, *apud* CUNHA, SOARES e LIMA 2011) indica que tem como origem a profissionalização, e que é gerado pelo esforço coletivo dos membros de uma ocupação em definirem as condições e métodos de seus trabalhos, considerando a necessidade de controlar e estabelecer a mesma visão, foco e legitimação de sua autonomia profissional.

Em outras palavras, o isomorfismo normativo tem por característica a padronização nos processos e estabelecimento de comportamento esperado no âmbito profissional, ou seja, determinado por uma categoria setorial ou autônoma.

Com um estudo mais específico quanto a profissionalização, DiMaggio e Powell (2005) identificam um aumento significativo desta homogeneização por parte das categorias profissionais, desde gerentes a trabalhadores, em que é possível considerar uma relação de espelho para outras categorias, em que a normatização de um segmento ou classe profissional pode pressionar (coercitivo) ou mesmo ser exemplo (mimético) para outra classe ou segmento. Os autores ainda ressaltam que dois aspectos da profissionalização são importantes no processo de isomorfismo, um deles o apoio da educação formal e legítima da construção intelectual estabelecida por especialistas universitários, e o segundo o crescimento das redes profissionais que por meio de



treinamentos e estudos práticos, conseguem estabelecer novos modelos de padrões de forma rápida.

Por fim, a seleção de pessoal também está integrada ao mecanismo de isomorfismo normativo, uma vez que é estabelecido um critério funcional capaz de criar as carreiras profissionais, que basicamente são fundamentadas em um padrão processual de crescimento. Com isto, pode-se dizer que quanto mais alto o indivíduo está em sua carreira, maior o seu padrão, mais semelhante os seus hábitos e comportamento com os demais que estão no mesmo nível.

Para fundamentar esta afirmação, March e March (1977, *apud* DIMAGGIO e POWELL 2005) realizaram estudos com indivíduos que possuíam a mesma posição hierárquica nas escolas de Wisconsin e se demonstravam semelhantes em experiências anteriores e que seus avanços profissionais semelhantes não poderiam ser aleatórios ou imprevisíveis.

### 2.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

Em uma análise do ambiente social em que as organizações estão inseridas, é possível identificar as forças que regem a cultura, os padrões e procedimentos geralmente adotados. Conforme visto anteriormente, ao estudar o fenômeno de isomorfismo fica evidente que as organizações estão sempre interagindo entre si bem como com indivíduos que se relacionam com o ambiente social. Os autores Vailatti *et al* (2017) indicam que esta percepção deve considerar que existe a influência em todos os processos que as organizações possuem.

Para Vailatti *et al* (2017), a organização reflete a sociedade em que está inserida e absorve os fatores externos ao seu ambiente interno. Estas congregam elementos socialmente legitimados e racionalizados em suas estruturas. Assim, como um todo, um segmento que está em processo de isomorfismo será naturalmente levado à institucionalização.

É necessário observar este entendimento visto que no aspecto contábil, as organizações que interagem entre si e com os outros indivíduos de sua cadeia operacional e financeira, serão as usuárias do serviço prestado pelas contabilidades e são vinculadas quase que como um único organismo.



Assim, é possível dizer que o processo contábil das empresas será também influenciado a estabelecer padrões de registros contábeis à medida que a organização possua autonomia institucional e que seja referência no ambiente social que atua.

## 2.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO CONTÁBIL

No cenário contábil, o isomorfismo está intensamente presente. A institucionalização das organizações que fazem parte do processo funcional da contabilidade brasileira é um dos fatores para que a ciência contábil seja aplicada com padrões e normas específicas. No tocante a estas normas e padrões, há uma grande força de órgãos regulamentadores fiscais que rege os procedimentos técnicos dos registros contábeis.

Observa-se que o mecanismo de isomorfismo coercitivo é evidente neste segmento, visto que o Estado determinou mediante leis e normas técnicas, vários procedimentos que se tornaram padrões para os registros contábeis, ignorando muitas vezes os pronunciamentos contábeis da própria classe de contadores que globalizou seus entendimentos, ou seja, traduziu padrões utilizados no mundo inteiro para os registros contábeis e seus demonstrativos econômicos e financeiros.

Os autores Meyer e Rowan (1991, *apud* ZUCCULOTTO 2010), corroboram com o assunto abordado indicando que os elementos presentes na estrutura organizacional manifestadas por regras institucionais geram mitos racionalizados que algumas organizações consideram obrigatórios. Assim, visualiza-se este tipo de mitificação no cenário contábil quanto a exposição e aplicação das práticas contábeis.

Partindo deste pressuposto, é possível identificar as características que a contabilidade brasileira passou a ter com o tempo, em que primariamente necessita atender vários critérios determinados pela União, Estados e municípios, e que por vezes, não consegue suprir a necessidade gerencial das organizações que recebem o serviço dos contadores.

Um exemplo prático de pressão e coerção por parte do Estado para com os processos e registros contábeis é a apuração dos impostos federais. Basicamente regida pela Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a escrituração fiscal e contábil deve atender



os requisitos necessários para apurar o Imposto de Renda e demais contribuições sociais, registrando lançamento de notas e contabilizando os fatos de acordo com regras fiscais.

Oliveira (2013) ressalva que após os registros fiscais e contábeis, ainda é necessário entregar obrigações acessórias que confirmam a apuração e recolhimento do tributo. Visto que o IR é apurado com base na DRE contábil, o Fisco determinou regras para identificação do Lucro Líquido para assim aplicar a alíquota e calcular o imposto. Este e outros casos são exemplos do isomorfismo coercitivo presente na contabilidade brasileira, na qual pode ser estudado a fim de identificar os conflitos gerados entre entendimentos de registros na classe contábil com os órgãos públicos e suas determinações de como as informações das organizações devem ser apresentadas.

## 2.5 A CONTABILIDADE NO ASPECTO FISCAL E GERENCIAL

Atualmente a contabilidade brasileira está se desenvolvendo consideravelmente quanto às necessidades organizacionais e fiscais. Neste sentido, pode-se dizer que existem duas visões contábeis, uma que visa atender as exigências legais determinadas pelos órgãos públicos, e outra que foca na parte gerencial da organização, almejando melhorar os resultados econômicos e financeiros por meio de processos orçamentários, como contabilidade de custos, contabilidade financeira e contabilidade gerencial.

Sendo assim, buscando todos os fatores que influenciam o entendimento contábil da essência sobre a forma, se faz necessário abordar estas visões já mencionadas.

### 2.5.1 Noções básicas de contabilidade fiscal

A contabilidade fiscal tem por finalidade atender os requisitos legais das empresas para com os órgãos públicos. As informações contábeis são focadas em apurar e demonstrar de forma detalhada as operações da organização que incidem tributos federais, estaduais e municipais.

Zuccolotto *at al* (2010) indicam que informações apresentadas ao fisco evidenciam o valor a recolher de tributos, por meio das obrigações assessorias, que sempre estão vinculadas diretamente aos impostos, detalhando as operações responsáveis pelo fato gerador dos tributos.



Por meio de leis, emendas constitucionais, instruções normativas e decretos o Fisco determina suas próprias regras de escrituração contábil e fiscal, independentemente do entendimento da classe contábil quanto a uma determinada operação. Neste sentido, é possível identificar operações que divergem entre a contabilização fiscal e a contabilização gerencial. Um exemplo prático é a forma de calcular e registrar a depreciação, em que o Fisco determina métodos específicos de como um bem deve ser depreciado e escriturado, não sendo priorizada a essência do fato contábil. Conforme legislação, um veículo adquirido pela empresa será depreciado em 20% ao ano, considerando assim que este veículo será totalmente depreciado em cinco anos. Na prática, não é possível determinar esta depreciação devido a grande quantidade de variáveis que podem incidir nesta operação, porém por coerção, é normatizado o registro contábil a atender à exigência fiscal.

### 2.5.2 Noções básicas de contabilidade gerencial

Diferentemente da contabilidade fiscal, a contabilidade gerencial prioriza disponibilizar informações úteis para a gestão da empresa, e assim auxiliar nas tomadas de decisões. A informação contábil é priorizada em sua essência, buscando a veracidade dos fatos, uma vez que será utilizada como parâmetro para direcionar a empresa em ações e reações quanto ao mercado e estratégias internas.

Crepaldi (2012) indica que a contabilidade gerencial se preocupa com as informações contábeis que sejam úteis para a administração da empresa, e assim os gestores possuirão os elementos necessários no processo decisório da entidade.

Neste mesmo sentido, Padoveze (2012) ressalta que se tem a contabilidade, se tem a informação contábil, mas estas não são utilizadas no processo administrativo, no processo gerencial, então não existe gerenciamento contábil, não existe Contabilidade Gerencial, e com isto é enfatizada a importância de utilizar da informação contábil no processo gerencial das empresas.

## 2.6 A TEORIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA

Com a globalização das normas contábeis nacionais baseadas no *International Financial Reporting Standards* (IFRS), algumas interpretações e considerações estão em



processo de alteração, uma vez que a princípio, tinha-se como foco no Brasil a contabilidade como obrigatoriedade fiscal para atender as obrigações voltadas a tributos.

Iudícibus (2007) realizou um estudo aprofundado referente aos princípios fundamentais da contabilidade, em que considera este estudo ter evoluído consideravelmente atendendo as necessidades socioeconômicas da atualidade. Porém, o mesmo ressalta que não se podem entender os fenômenos que estão ocorrendo no contexto contábil sem evidenciar e analisar as raízes estruturais da contabilidade. Neste viés, esse autor indica que a primeira grande raiz da contabilidade moderna é a primazia da essência sobre a forma, o que está alinhado ao objeto deste estudo.

Costa *et al* (2010) contribuem afirmando que forma vem a ser tudo aquilo que traz para fora a essência de um fenômeno qualquer, quantitativa ou qualitativamente, mensurado no registro contábil.

### 2.6.1 A forma jurídica

Ao tratar das informações contábeis vinculadas aos órgãos públicos, em que formalizam e normatizam os procedimentos adotados na escrituração dos fatos contábeis, é possível identificar o isomorfismo coercitivo para com as empresas e escritórios de contabilidade.

Interessante observar que Iudícibus (2007) menciona que a “forma” varia de acordo com as instituições jurídicas, culturais e crenças de regiões. Esta afirmação relaciona à institucionalização com base no isomorfismo sendo a fonte determinante para a definição da forma jurídica sobre a dinâmica contábil.

Sempre ao tratar-se de forma jurídica no processo contábil, é necessário observar a influência institucional coercitiva por parte dos órgãos públicos que regem a normatização contábil para atender seus quesitos. No âmbito tributário, principalmente, a formalização das escriturações contábeis e obrigações acessórias estão sustentadas em fornecer de forma objetiva e sistêmica a informação final, que neste contexto, é a identificação do valor do tributo e seu fato gerador.

Para Iudícibus (2007), existem fatores que geram uma tendência em favor da forma, como excessivo zelo pela objetividade, conservadorismo e falta de conhecimentos básicos de Economia.



## 2.6.2 A essência contábil

Ao se tratar dos fatos contábeis baseados no princípio contextual de evidenciar efetivamente o fato na entidade, pode-se entender como necessário o entendimento teórico da essência na execução das rotinas contábeis. Com esta perspectiva, Alves *et al* (2013) indicam que por conta da recente implantação no Brasil das normas internacionais de Contabilidade – IFRS, que possuem a filosofia básica da prevalência da essência sobre a forma, tornou-se mais necessário aos profissionais de Contabilidade o exercício do julgamento.

Outra afirmação semelhante é de Ludícibus (2007) na qual indica que a prevalência da essência sobre a forma provoca sérios problemas para os contadores acomodados e que são treinados mais para obedecer às normas do que para serem criativos.

Assim, é possível visualizar um cenário em que a prevalência está para a forma jurídica, uma vez que não exige interpretação e estudo teórico para julgar o fato contábil, prejudicando assim a essência como primazia na escrituração dos fatos contábeis. É possível relacionar esta discrepância no contexto gerencial para tomadas de decisões, visto que ao alimentar a contabilidade da entidade com base em normas determinadas que não possuam o foco a essência e efetividade do fato contábil, gera uma lacuna para tomadas de decisões precisas ao se basear nas informações não tão confiáveis.

No Brasil, a essência contábil foi maior discutida por meio da Lei 11.638/2007, e depois de amparada pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis no que diz respeito à consolidação da contabilidade brasileira na perspectiva internacional. Martins e Santos (2008) consideram que esta adoção dos procedimentos contábeis baseados na IFRS criou uma nova cultura e filosofia contábil, uma vez que enfatiza a primazia da essência sobre a forma, como já afirmava Ludícibus (2007). Em adição, anotam que todas as áreas de avaliação no contexto contábil são afetadas pela essência econômico-contábil em prevalência sobre a forma jurídica, como: contabilizações de “leasing” financeiro; e procedimentos de avaliação em incorporações, aquisições e fusões, bem como consolidações.

A teoria da prevalência da essência sobre a forma está integrada ao parágrafo 2º do Artigo 1º da Resolução n. 750 de 9/12/1993, sendo esta a resolução que constituiu



os princípios fundamentais da contabilidade. Costa *et al* (2010) sugerem que a essência ou substância econômica das operações, em observância aos princípios fundamentais de contabilidade, deve prevalecer sobre aspectos formais e legais, com o intuito de gerar, no momento do registro informações mais claras e fiéis aos fatos que lhes deram origem.

Esta afirmação aponta a essência como precursora que confere às informações contábeis uma confiabilidade diante aos fatos registrados, sendo base para utilizá-las nas tomadas de decisões e rotinas gerenciais das entidades, afastando, com isso, aspectos discricionários em prejuízo da veracidade essencial dos fatos.

Ressalva-se que, para Costa *et al* (2010), no Brasil, o fundamento da essência sobre a forma ainda não está difundido, não sendo aplicado devido a aspectos formais e culturais, como a sonegação fiscal e as peculiaridades do sistema tributário. Estes autores complementam indicando que os processos contábeis devem seguir normas legais com modelos pré-estabelecidos, considerando os aspectos legais a fim de evitar problemas futuros entre o contribuinte e o agente arrecadador.

Um dos procedimentos contábeis na qual já está regulamentado com base na essência primando à forma jurídica é o arrendamento mercantil, sendo visualizado na resolução nº 921/2001, revogada pela CFC nº1. 141/2008. Outro exemplo é o demonstrativo do fluxo de caixa, que evidencia efetivamente o poder de caixa da entidade, sendo assim um reflexo da essência contábil para com as contas de Caixa e Equivalentes.

Estes são exemplos de rotinas contábeis na qual já estão amparadas pela forma jurídica em que atende, ainda que não objetivamente, a essência contábil dos fatos registrados.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção será discorrida a forma utilizada para a coleta de dados realizada.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No sentido de viabilizar um suporte teórico que proporcionasse bases consistentes de análise quanto ao tema, tem-se como objetivo a pesquisa explicativa, na



qual conforme Andrade (2002), a pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade e explora a razão das coisas.

Quanto à abordagem, esta será qualitativa, a qual, na visão de Gil (2008), procura dar respostas aos aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Assim, será possível avaliar e estudar ambientes sociais sem a necessidade de quantificar as informações, se baseando nas interações entre os indivíduos estudados.

Segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa proporciona análises mais profundas em relação ao fato que está sendo estudado, e assim permitem interpretar os diferentes comportamentos e respostas apresentadas na coleta de dados.

Quanto às estratégias de pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e de levantamento, no objetivo de se obter, com base em material já elaborado, constituído principalmente artigos científicos, a análise de aspectos relevantes do tema, buscando, assim, uma pesquisa detalhada dos ambientes sociais e suas relações para evidenciar os efeitos mediante análise do conflito entre os processos contábeis de essência e forma.

Será analisada a interação do ambiente social a procura de evidências dos efeitos aplicados às organizações quanto ao conflito entre essência e forma nos registros e demonstrações contábeis.

Por meio do método de pesquisa via entrevista, foi abordada a temática proposta junto a operadores da contabilidade, buscando assim averiguar a concepção quanto a este dilema na visão dos auditores.

### 3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para o processo de coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, uma vez que a opção pelas entrevistas foi motivada por tratar-se da forma de coleta de dados mais utilizada em pesquisas de ciências sociais, conforme indicado por Lüdke e André (1986). De acordo com Queiroz (1983, *apud* Manzini, 2008), a opção pela realização de entrevistas foi motivada devida ser uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre o pesquisador e o entrevistado, a capturar as informações que atendam os objetivos do trabalho.

Para o processo de entrevista foi utilizado a forma semiestruturada com um roteiro previamente elaborado para a orientação da entrevista em vista dos objetivos gerais



deste estudo, com dezenove perguntas abertas e uma fechada, a serem questionadas aos entrevistados. Previamente, foi encaminhado e-mail e acordado dia e hora para a realização de entrevistas na modalidade levantamento (*survey*) mediante telefone móvel e internet. Em alguns casos a entrevista foi gravada, em outros casos se utilizou o mecanismo de registro em ata. Duas entrevistas foram realizadas via internet (ferramenta virtual de conversação), uma vez que os entrevistados residem em outros estados. Uma entrevista foi realizada na Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, e as demais entrevistas ocorreram nas empresas onde os profissionais trabalhavam. Cada entrevista foi realizada com um tempo de 30 minutos, aproximadamente.

As perguntas realizadas aos entrevistados buscaram evidenciar sua postura diante às rotinas de contabilização e tomada de decisão perante o cenário isomórfico das empresas, e de acordo com as respostas, foram comparadas à literatura apresentada no presente estudo. Para os casos de entrevista gravada, posteriormente foi transcrita a conversação em texto para facilitar a apresentação dos dados e comparações das respostas com a literatura que trata dos assuntos.

Por fim, a análise dos dados foi realizada demonstrando o senso comum e discrepância entre os entrevistados, e assim comparando com os autores apresentados na fundamentação teórica.

A amostra foi intencional, por conveniência de acesso, composta por 6 (seis) profissionais na área de contabilidade e gestão que trabalham em empresas de médio e grande porte, nos segmentos de cerâmica, comércio de ferragens, consultoria e assessoria de negócios e desenvolvedora de tecnologia, com intuito de analisar profissionais com mais experiência na área de atuação e com percepção de empresas com alto valor de faturamento e maior quantidade de colaboradores. Buscou-se também visualizar a perspectiva de profissionais de Estados além de onde originou este estudo, a fim de verificar se por conta da diferença regional haveria distinção das respostas. O motivo pela qual foram selecionados os segmentos de mercado é a facilidade de acesso na informação por conta de serem profissionais conhecidos, bem como se priorizou a diversidade de segmentos para verificar se independente do segmento. Os profissionais atuam direta ou indiretamente no campo contábil – atuam como contador ou *controller* –, exercem poder de influência no gerenciamento das informações contábil, bem como na tomada de decisões das empresas.



## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão abordadas as análises relacionadas aos dados coletados nas entrevistas, na qual foram divididas em três grandes grupos de informações: características gerais e comuns entre os entrevistados, rotinas adotadas na escrituração dos fatos contábeis e sua interpretação para tomada de decisões, e, por fim, identificação do isomorfismo no cenário contábil gerencial.

### 4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS E COMUNS ENTRE OS ENTREVISTADOS

Dentre os entrevistados, todos apresentaram possuir mais de 18 anos trabalhando especificamente em cargos associados às informações contábeis para tomada de decisões. Todos os entrevistados indicaram autonomia em sua função, e também que possuem contato direto com os diretores e sócios da empresa, bem como são convocados a opinar nos assuntos mais complexos, quando há evidência de riscos para a entidade caso a decisão seja equivocada.

Em relação ao perfil dos profissionais, são formados em ciências contábeis com atuação no processo decisório, com experiência e atuantes em empresas de médio porte, de regiões distintas – (1) Nordeste, (1) Centro-oeste e (4) Sul. Nas entrevistas, quatro dos entrevistados demonstraram uma postura autônoma quanto aos processos gerenciais, na qual apresentaram informações indicando que foi necessária uma adequação das informações contábeis ao cenário interno das empresas.

Com essa consideração, é possível relacionar este posicionamento às alegações dos autores Crepaldi (2012) e Padoveze (2012), em que se evidencia a necessidade de criar mecanismos gerenciais na contabilidade para possuir informações relevantes para o processo administrativo das entidades, justificando assim a estrutura da contabilidade gerencial em empresas de médio e grande porte.

Os outros dois entrevistados indicaram que há uma dependência contábil quanto à forma jurídica que rege as rotinas a serem adotadas. Assim, estes utilizam dos mecanismos contábeis exigidos pelo fisco e adequam à realidade da empresa, porém limitados às orientações técnicas contábeis para o segmento onde atuam.



Estas indicações vão ao encontro do que os autores Meyer e Rowan (1991, *apud* ZUCCULOTTO 2010), que evidenciam quanto ao processo de isomorfismo no contexto contábil, uma vez que as rotinas contábeis são diretamente vinculadas às influências isomórficas tratadas pelos autores citados neste trabalho.

#### 4.2 ROTINAS ADOTADAS NA ESCRITURAÇÃO DOS FATOS CONTÁBEIS E SUA INTERPRETAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÕES

No que se referem aos procedimentos contábeis adotados pelos profissionais entrevistados, durante as entrevistas se verifica postura de possuir orientações técnicas claras do que é exigido pela forma jurídica, e consideram necessário avaliar a origem dos fatos contábeis registrados primeiramente quanto a sua procedência legal e ético. Também indicaram que após esta avaliação, são avaliadas as particularidades das informações a serem ajustadas de acordo com a necessidade da empresa.

Assim, é possível confirmar o que os autores Ludícibus (2007) e Costa *et al* (2010) afirmam quanto a influência coercitiva da forma jurídica na escrituração contábil, uma vez que atender à exigência legal se torna primária e indiscutível.

Um dos entrevistados indicou que o fato de existir tanto a contabilidade fiscal quanto gerencial na empresa permite diferenciar os registros contábeis de acordo com sua natureza jurídica e essencial, e embora seja escriturada a informação por dois modos, devido a coexistência dessas estruturas contábeis. Por meio dessas plataformas, permite-se atender tanto a exigência legal quanto necessidade gerencial da organização.

Assim, neste tocante foi explorada a consideração dos entrevistados quanto a determinados registros contábeis que não evidenciam a essência do fato, mas que priorizam atender somente uma forma jurídica. Os entrevistados indicaram que é necessário possuir a postura de adequação às ocorrências, de forma que atenda tanto o âmbito fiscal quanto gerencial.

Estas informações são consonantes com o que os autores Crepaldi (2012), Padoveze (2012) e Ludícibus (2007) elucidam ao tratar de contabilidade fiscal e contabilidade gerencial. Também demonstram que a discrepância da essência contábil com a forma jurídica é de conhecimento claro, e que se adaptar se faz necessário.



Assim, ao abordar com os entrevistados acerca da fidelidade nas informações contábeis apresentadas, denotou-se divergência entre as respostas, na qual dois dos entrevistados consideram que segundo a forma prescrita é possível a clareza nas informações contábeis para tomadas de decisões. Caso a entidade respeitar o rigor das normas jurídicas, pode-se extrair subsídio para análise quanto à tributação e gerenciamento do caixa. No entanto, aduzem que alguns demonstrativos contábeis não exigidos poderiam ser considerados na legislação que rege os procedimentos contábeis, como exemplo o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) do acionista, o demonstrativo do valor adicionado e também o demonstrativo da margem de contribuição, ambos com finalidades gerenciais.

Os demais entrevistados – outros quatro, em contrapartida, indicam que sem os ajustes necessários nas escriturações contábeis de forma a atender não apenas o fisco, mas também informações gerenciais da empresa, não há certeza na confiabilidade em disponibilizar aos sócios e diretores as demonstrações contábeis.

Este comportamento é também relatado por autores Martins e Santos (2008), uma vez que se enquadra nas normas internacionais de contabilidade, e assim prioriza atender primariamente a essência contábil sobre a forma jurídica, ainda que fosse necessária readequação da forma jurídica de contabilização no cenário brasileiro.

Não foi possível identificar nas respostas dos entrevistados relatos de situações que prejudicaram as tomadas de decisões por conta da não evidenciação essencial dos fatos contábeis, uma vez que alegaram sempre utilizar de mecanismos complementares ou externos para preencher as lacunas, evidentes segundo os mesmos, ao atender somente a contabilização fiscal dos fatos.

Quando indagados acerca de suas opiniões, considerando o tempo de experiência, sugeriram necessárias alterações na contabilidade brasileira atual em sua forma legal e interesses contábeis. Evidenciou-se unanimidade em indicarem a necessidade de ajustes nos procedimentos contábeis a fim de atender com mais ênfase as normas internacionais de contabilidade, principalmente no que diz respeito a primazia de preservar a essência do fato contábil, e ainda quatro dos entrevistados consideram que a contabilidade seria mais eficaz caso o legislador amenizasse o foco de atenção a gestão fiscal e considerasse maior ênfase à contabilidade gerencial. Interessante ressaltar que os entrevistados demonstraram o mesmo comportamento ao sugerir que a ênfase nos dados



contábeis, na forma gerencial, possibilitaria benefícios ao desenvolvimento das organizações, com consequências positivas a arrecadação tributária.

#### 4.3 IDENTIFICAÇÃO DO ISOMORFISMO NO CENÁRIO CONTÁBIL

A fim de identificar os três tipos de isomorfismo no cenário contábil, durante as entrevistas foram realizados questionamentos que buscavam capturar as influências nas rotinas contábeis e no entendimento dos entrevistados.

Ao serem questionados quanto ao dilema entre registrar o fato da maneira como ele é ou seguir a orientação normativa qual o critério prevalece, houve unanimidade em indicar que deve ser seguida a orientação normativa e depois avaliado o fato no aspecto essencial.

Este posicionamento evidencia o isomorfismo coercitivo, uma vez que os autores DiMaggio e Powell (2005) informam que a influência imposta por conta do poder associado à competência forma da entidade regulamentadora estabelece coerção entre a mesma e o indivíduo regulamentado. Neste contexto, visto que nos procedimentos contábeis há exigência legal que orienta as rotinas, qualquer empresa e profissional possui obrigação em atender este parâmetro regulamentador.

Outra pergunta que demonstrou unanimidade nas respostas foi em relação à influência do segmento de mercado ou entidades externas quanto aos registros dos fatos contábeis e tomadas de decisões das empresas, em que todos demonstraram que em poucas ocasiões é considerado o ambiente externo, visto que se utiliza mais o histórico da própria empresa diante à um cenário semelhante. Nas palavras de DiMaggio e Powell (2005), devido a esta postura dos entrevistados, não há uma presença relevante quanto ao isomorfismo mimético, uma vez que não sofrem de grande influência externa.

Por fim, ao avaliar o comportamento dos entrevistados quanto a relevância que a categoria contábil possui em reger alguns procedimentos, na qual todos demonstraram considerar o comportamento dos profissionais contadores e *controllers* em situações de senso comum, indicando ser muito válida a troca de experiência diante aos cenários que surgem. Esta postura, segundo Cunha, Soares e Lima (2011), evidencia o isomorfismo normativo, visto que a classe contábil pode exercer influências em determinadas rotinas contábeis.



## 5 CONCLUSÕES

Com o presente estudo foi possível encontrar informações suficientes para a construção do conhecimento a fim de evidenciar os objetivos propostos. Por meio da elaboração da fundamentação teórica conseguiu-se identificar o cenário atual frente ao isomorfismo institucional constante no ambiente profissional contábil.

Para isto, por meio dos trabalhos pesquisado relacionados ao tema principal, foi possível subsidiar as interpretações frente às respostas geradas no processo de entrevista. Esta, por sua vez, permitiu que as conversações tomassem rumos que evidenciassem as respostas necessárias para a análise do objetivo proposto no trabalho.

Por meio da análise qualitativa dos resultados obtidos, foi possível explorar os posicionamentos dos entrevistados para cada pergunta questionada, e observou-se que os profissionais possuíam vasto conhecimento nos assuntos quanto à contabilidade gerencial, contabilidade fiscal, e domínio dos processos contábeis registrados nas entidades em que cada um exerce suas devidas funções.

Pôde-se observar que antemão ao processo de decisão, os fatos contábeis a serem apresentados como informações que embasassem as decisões priorizam inicialmente atender a forma jurídica que determina quais métodos morais e legais devem ser adotados, porém ressalva-se que devido à grande parte dos entrevistados se posicionarem de forma semelhante, é evidente que sempre há ajustes a serem realizados devido à carência da forma jurídica perante as necessidades gerenciais para tomada de decisão. Assim, mesmo que extra contabilmente, existe a necessidade de registrar a informação contábil considerando a essência do fato para os sujeitos ativos e passivos nas tomadas de decisões.

Outro ponto evidenciado no estudo é que devido ao isomorfismo coercitivo gerado pelos órgãos regulamentadores dos procedimentos contábeis, gera dificuldade aos usuários que registram as informações para atender de forma simultânea as necessidades gerenciais da empresa e legais para fins de tributação nas atividades das empresas.

Por fim, os efeitos identificados e analisados sob a ótica da teoria institucional para com os entrevistados são: além do registro contábil seguindo a rigor as exigências da forma jurídica, para que as informações não sejam prejudicadas quanto a sua essência, é



necessário adotar mecanismos complementares que auxiliem na interpretação e tomada de decisões.

Estes mecanismos são evidenciados na contabilidade gerencial, como um segundo registro das informações, ou então por adequações as demonstrações contábeis exigíveis pela legislação que possam ser vinculadas a indicadores que facilitem o processo de tomada de decisão.

Embora presente no ambiente profissional contábil, notou-se que os isomorfismos mimético e normativo não foram tão evidenciados quanto o isomorfismo coercitivo exercido pelos órgãos públicos que regem a normatização dos procedimentos e rotinas contábeis. Por conta desta influência institucional, são gerados dois focos a serem abordados pelo profissional vinculado a área contábil, o foco fiscal e o foco gerencial; de acordo com a opinião unanime dos entrevistados, o efeito mais relevante em contabilizar a essência dos fatos contábeis de forma limitada é a necessidade de realizar ajustes contábeis que exigem do profissional um nível de experiência considerável para que a informação atenda inicialmente as exigências legais, mas que ao mesmo tempo elucide os tomadores de decisão a estarem aptos para escolher os melhores caminhos com o material que é apresentado pela contabilidade interna.

As limitações encontradas no estudo se referem as perspectivas de os entrevistados serem limitadas aos segmentos de mercado que mais atuaram em suas carreiras, bem como não foi possível realizar entrevistas com profissionais de outros locais, devido à dificuldade de acessibilidade. Também houve a dificuldade em relacionar algumas respostas com a fundamentação teórica uma vez que a metodologia aplicada permite várias vertentes para um mesmo assunto, não sendo assim possível focar em determinado segmento de mercado, ou comportamento/procedimento adotado pelos entrevistados.

Como sugestão de pesquisa, poderá abordar mais segmentos de mercado quanto ao comportamento e entendimento dos profissionais contadores/*controllers* que possuem vínculo com as tomadas de decisão das entidades, bem como analisar profissionais em mais estados brasileiros. Também é possível se aprofundar nos estudos em que concerne aos isomorfismos vinculados as práticas contábeis, utilizando métodos estatísticos/quantitativos às rotinas mais comuns. Por fim, é possível realizar novos estudos qualitativos, em profundidade, por meio de questionário com profissionais com menos tempo de experiência na área contábil, identificando assim qual o comportamento e



entendimento dos que estão ingressando na categoria contábil nos últimos anos, dando margem para analisar como o ambiente acadêmico tem preparado estes profissionais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARRETO, Patrycia Scavello; DA SILVA MACEDO, Marcelo Álvaro; DOS SANTOS ALVES, Francisco José. **Tomada de decisão e teoria dos prospectos em ambiente contábil**: uma análise com foco no efeito framing. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 3, n. 2, p. 61, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências**. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 30 dez. 1996.

COSTA, Vanessa de Matos da et al. **CONTABILIDADE: A ESSÊNCIA SOBRE A FORMA**. 2010. Disponível em: <[http://www.unifra.br/eventos/sepe2010/2010/trabalhos/sociais\\_aplicadas/completo/4642.pdf](http://www.unifra.br/eventos/sepe2010/2010/trabalhos/sociais_aplicadas/completo/4642.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido Auditoria Contábil; **Contabilidade Gerencial**. Teoria e prática. Atlas, 2012.

CUNHA, Adriano Sérgio da; SOARES, Thiago Coelho; LIMA, Mauricio Andrade de. **A Institucionalização como forma de diferenciação frente ao isomorfismo organizacional**. *Raunp*, Natal, v. 1, n. 2, p.8-14, set. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/raunp>>. Acesso em: 02 out. 2016.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W.. **A Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo institucional e Racionalidade coletiva nos campos organizacionais**. *American Sociological Review*, Princeton, v. 48, n. 2, p.147-160, jun. 2005.

FACHIN, R. C.; MENDONÇA, J. R. C. **O conceito de profissionalização e da teoria institucional**. *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, p. 19-41, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<http://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2016.

DE IUDÍCIBUS, Sérgio. **Ensaio sobre algumas raízes profundas da contabilidade, em apoio aos princípios fundamentais**. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 1, n. 1, p. 9, 2007.



LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 1986.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas.** Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas. Amostras e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados, v. 7, 2008.

MARTINS, Eliseu; SANTOS, A. dos. **Alguns pontos da Lei 11.638 e a internacionalização da contabilidade brasileira.** Revista IBEF News, n. 115, 2008.  
NETO, João Estevão Barbosa; COLAUTO, Romualdo Douglas. **Teoria institucional: estudo bibliométrico em anais de congressos e periódicos científicos.** ConTexto, v. 10, n. 18, p. 63-74, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 320 p.

PADOVEZE, C. L. **Orçamento empresarial.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

DE MELO PEREIRA, Fernando Antonio. **A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado.** Revista Organizações em Contexto-online, v. 8, n. 16, p. 275-295, 2012.

RODRIGUES SOUZA, Francisca de Andrade et al. **A PERSPECTIVA DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DO MARCO TEÓRICO-NORMATIVO INSTITUCIONAL SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DO PPC: UM ESTUDO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UPE.** Revista de Educação do Vale do São Francisco-REVASF, v. 6, n. 10, p. 95-124, 2017.

ROSSETTO, Carlos Ricardo; ROSSETTO, Adriana Marques. **Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar.** RAE-eletrônica, v. 4, n. 1, p. 1-22, 2005.

VAILATTI, José Luiz et al. **A Teoria Institucional aplicada à Contabilidade Gerencial: análise da contribuição teórica e metodológica de publicações internacionais ocorridas no período de 2006 a 2015.** REVISTA CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL, v. 16, n. 47, 2017.

VAZ, Fabio Oliveira. **A teoria institucional e uma reflexão das teorias organizacionais na adaptação ao mercado competitivo.** In: SEMANA ACADÊMICA. Os desafios das organizações no mundo digital, Paraná: Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná, 2013, p. 1-16. Anais. Disponível em: [http://www.fatecie.com/revista\\_cientifica/2013/01.pdf](http://www.fatecie.com/revista_cientifica/2013/01.pdf). Acesso em: 12 dez. 2016.

ZUCCOLOTTO, Robson; SILVA, Gustavo Melo; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. **LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO DA UTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CONTABILIDADE GERENCIAL POR PERSPECTIVAS DA TEORIA INSTITUCIONAL.** Base: Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, São



Leopoldo, v. 3, n. 6, p.230-246, out. 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 921/2001. Aprova a NBC T 10.2 - Operações de Arrendamento Mercantil. - D.O.U de 28/11/2008. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Deliberação nº 29, de 5 de fevereiro de 1986. Aprova e referenda o pronunciamento do IBRACON sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. DOU, DF, 13 fev. 1986.

**Nota de agradecimento:** Ao Grupo de Pesquisa de Estratégia, Competitividade e Desenvolvimento – **GECOMD-PPGDS-UNESC.**



## Trabalho Completo de Pesquisa

### 35243 - PRESSUPOSTOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA: ANÁLISE DOS DETERMINANTES DE LONGEVIDADE NAS EMPRESAS FAMILIARES

Claudia Savi Pereira<sup>1,3</sup>, Sílvio Parodi Oliveira Camilo<sup>2,3</sup>

<sup>1</sup>Curso de Ciências Contábeis,

<sup>2</sup>Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico,

<sup>3</sup>Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

Empresas familiares são aquelas cuja origem ou história estão associadas a uma família. A governança corporativa estabelece questões relativas à separação de propriedade e gestão, bem como, relações entre família, auxiliando na administração de diferenças e conflitos, evitando-se a pulverização da empresa ao longo do tempo. Assim sendo, o objetivo principal deste trabalho de conclusão de curso é analisar os determinantes de longevidade das empresas familiares, por meio dos pressupostos da governança corporativa. No que tange aos procedimentos metodológicos, a tipologia adotada foi a descritiva, com base nos estudos teóricos-empíricos. Na fundamentação teórica são expostos os conceitos de governança corporativa, empresa familiar e o processo de sucessão delas. E, finalmente, os resultados da pesquisa realizada juntamente com a análise dos indutores para longevidade das firmas, conceitos e apresentações importantes para alcançar o objetivo apontado. Entende-se que há ainda muito a ser pesquisado quanto ao tema, mas, diante do que foi apresentado neste estudo, é possível afirmar que não há um modelo ideal de governança para ser seguido, mas sim, mecanismos que podem contribuir significativamente para perenidade e harmonização das empresas familiares.

**Palavras-chave:** Governança Empresarial, Longevidade das Empresas, Planejamento Sucessório, Gestão Familiar, Processo de Sucessão.

## 1 INTRODUÇÃO

Para Bernhoeft (1987), as empresas familiares são aquelas cuja origem e história estão associadas a uma família, ou que os membros da família façam parte da administração do negócio. No mercado brasileiro, as empresas familiares são maioria e como qualquer outra companhia, estas buscam, constantemente, pelo crescimento e continuação do negócio. Percebe-se que neste tipo de empresa há a existência de dois tipos de forças, a união e o compromisso, forças estas que são essenciais para todo o tipo de atividade (CASILLAS; VÁZQUEZ; DÍAZ, 2007).

Silveira (2011) afirma que o elevado desenvolvimento da sociedade vem tornando as relações familiares cada vez mais complexas, e a tendência é que as dificuldades enfrentadas por uma empresa familiar, no que se diz respeito a sua



continuidade, cresçam cada vez mais. Com isso, se percebe a necessidade de implementação de estruturas e instrumentos de governança corporativa, familiar e jurídico acessória, com o intuito de preservar a continuidade da empresa familiar.

Segundo Silva (2012), a falta de preparo dos membros da família para assumir cargos na administração, pode gerar uma série de conflitos capazes de fechar a empresa. As empresas familiares são à base do desenvolvimento econômico e muitas conseguem atingir posições de liderança nos setores em que estão inseridas, porém, apresentam baixa expectativa de vida em relação às demais empresas e índices bastante elevados de mortalidade (CASILLAS; VÁZQUEZ; DÍAZ, 2007). Para Silveira (2011) esta condição está atrelada a diversos fatores, mas se pode destacar que a falta de planejamento e governança na gestão, nas famílias e propriedades são fatores letais para o negócio. Visando a longevidade das organizações, a governança, por meio de seu conjunto de boas práticas, procura atuar nas organizações de forma transparente, buscando a harmonização de interesses, redução de conflitos e, nas empresas familiares, a reestruturação para a equidade no processo de sucessão.

Sendo assim, o planejamento sucessório é um componente integrante nas empresas familiares, pois, revela-se um procedimento de continuidade das mesmas. Caso esta transição não apresente os resultados esperados, a existência da empresa familiar pode estar comprometida (OLIVEIRA, 2006). Neste contexto, a compreensão do patriarca sobre o sistema de governança das organizações, contribui para a preparação de um novo líder na condução dos negócios. Justamente é o que o estudo pretende contribuir, ou seja, com base no conjunto de mecanismos geralmente aceitos no âmbito da governança das corporações, analisar fatores que comumente são adotados nas empresas familiares. Tais práticas podem referenciar e inspirar direcionadores de base para processos a serem constituídos.

Diante do exposto acima, com base em estudos teórico-empíricos, apresenta-se o seguinte questionamento: Como a governança pode contribuir para a harmonização e continuidade das empresas familiares?

Para viabilizar a pesquisa, tem-se como objetivo geral analisar os determinantes de longevidade das empresas familiares apresentados na literatura, relacionados aos pressupostos da governança corporativa. Para tanto, os objetivos específicos consistem em: Analisar a governança corporativa sob o aspecto das empresas familiares; Descrever



as empresas familiares; Apresentar o planejamento sucessório como forma de continuidade da organização.

Este estudo procura contribuir com o campo de pesquisa das empresas familiares identificando abordagens associadas a fatores relevantes, sejam impeditivos ou que favoreçam, suas continuidades. Vê-se que a existência de conflitos internos e constituem barreiras a prosperidade dessas organizações. A adoção de princípios e mecanismos de governança favorecem a preservação do coletivo.

O presente trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: seção introdutória, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, resultados da pesquisa e considerações finais. A fundamentação teórica consiste em uma revisão de estudos teórico-empíricos acerca da governança e empresas familiares. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos com o método, abordagem, estratégia e técnicas de pesquisa. Finalmente, são apresentados os resultados da pesquisa e conclusões do presente estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção será apresentada a origem da governança corporativa – teoria da agência – e seus mecanismos. Em seguida, conceitos e estudos que abordam empresas familiares e o processo sucessório.

### 2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A origem dos debates de governança corporativa surge ao longo do século 20, e remete aos conflitos relacionados à propriedade dispersa e à desarmonia entre os interesses dos sócios e o melhor interesse da empresa. Este tipo de conflito era mais comum em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, onde o domínio das sociedades era mais pulverizado (IBGC, [20--]).

Assim, entende-se que a governança corporativa surgiu para solucionar o conflito de agência clássico, ou seja, aquele onde o proprietário delega, a um agente especializado, o poder de decisão sobre a empresa, ocorre que nesse momento podem acontecer divergências no entendimento do que é melhor para o negócio (IBGC, [20--]).



Portanto, uma maneira dos acionistas (principal) acompanharem as ações dos gestores (agentes) é por meio do monitoramento intenso, analisando todas as decisões tomadas pelos agentes. Porém, nem sempre isso ocorre, pois as tarefas são delegadas pela falta de tempo dos acionistas para assumir todas as operações do negócio (JUNQUEIRA et al., 2014).

Em relação às empresas familiares, a governança tende a ser mais complexa em virtude de haver influências familiares, como o relacionamento com parentes, sentimentos e sucessão de liderança. Portanto, a governança estabelece questões em relação à separação de propriedade e gestão, relações entre família, domínio e direção do negócio (IBGC, 2006).

O êxito da governança em empresas familiares depende da disposição da família para criar mecanismos formais e legais para administrar suas diferenças e eventuais conflitos, evitando-se a pulverização da empresa, ao longo do tempo (IBGC, 2006). Oliveira (2006) define a governança familiar como o conjunto de regras e estruturas privadas que objetivam conduzir questões referentes às relações pessoais e sociais entre os familiares ligados ao negócio. Assim, governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas, compreendendo o relacionamento entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle, bem como, das demais partes interessadas (IBGC, 2015).

De acordo com o IBGC (2015), quando a adequada adoção dos princípios de governança é realizada, pode-se alcançar um clima de confiança nas relações empresarias. Para isso, é importante a análise de cada um deles. Transparência consiste em disponibilizar aos interessados, não apenas as informações dispostas em lei, mas sim, todos os fatores que conduzem a ação gerencial; Equidade, tratamento justo e igualitário de todas as partes interessadas; Prestação de contas, os agentes de governança (sócios, administradores, proprietários entre outros) devem prestar contas de suas ações de modo claro e tempestivo; e responsabilidade corporativa, os agentes de governança precisam zelar pela viabilidade do negócio, reduzir os efeitos negativos de suas operações e aumentar os positivos, levando em consideração o meio onde se está inserido.

Bornholdt (2005) destaca que, em razão da complexidade de determinados sistemas societários e familiares, alguns órgãos podem servir ou não para o contexto de empresa familiar. Ainda que todos os órgãos contribuam para a empresa, neste trabalho,



serão destacados os que possuem influência direta na gestão e sucessão: conselho de família, conselho de acionistas, conselho de administração, gestão executiva e comitês.

**Conselho de Família:** é um órgão de suma importância nas empresas familiares, uma vez que trata dos interesses e expectativas da família em relação aos negócios. No mais, também tem a função de zelar pelo patrimônio dos sócios e administrar eventuais conflitos de interesses entre os familiares, diminuindo as interferências nas decisões relativas à empresa (BORNHOLDT, 2005). Também é o responsável pelo planejamento sucessório e acompanhamento da preparação de familiares para a sucessão (IBGC, 2015).

**Conselho de Administração:** para Silva (2012) é o órgão mais importante de governança corporativa nas empresas familiares e, para que o mesmo alcance o sucesso esperado, é necessário eleger profissionais ativos, independentes e competentes, que irão trabalhar nas metas estipuladas pela família. É composto por membros eleitos pelos sócios, tem a finalidade de determinar o direcionamento estratégico do negócio e atuar como um elo entre a organização e seus sócios (IBGC, 2015). Deve ser normatizado por meio de regimento interno, que demonstre claramente suas responsabilidades, regras de funcionamento e eventuais medidas para casos em que haja conflitos de interesses (IBGC, 2015). A normatização deve ser elaborada em função da tridimensionalidade família, sociedade e empresa, a fim de equilibrar e delimitar eventuais conflitos emocionais, muito comuns em empresas familiares (BORNHOLDT, 2005).

**Comitês:** Conforme o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2015), os comitês são órgãos de assessoramento do conselho de administração, que podem ser criados em virtude de que determinados assuntos necessitem de um tempo nem sempre disponível do conselho. O número e a natureza destes comitês variam de acordo com a necessidade e o porte da organização. Dentre os comitês que podem ser instituídos, é possível citar os comitês de auditoria, de finanças, de pessoas, riscos e de sustentabilidade (IBGC, 2015).

**Conselho de Acionistas:** tem a função de delegar as atribuições do conselho de administração, preservar os membros da família e a própria organização de eventuais familiares que desejam assumir cargos sem estarem devidamente preparados (BORNHOLDT, 2005). É regido pelo acordo de acionistas, previsto na Lei 6.404/76, e trata da compra e venda de ações, preferências para aquisição, direito de voto e exercício do controle.



Gestão Executiva: é formada pelo presidente, também chamado de Chief Executive Officer (CEO), e demais diretores e gerentes seniores que são subordinados ao conselho de administração. No caso das empresas familiares, normalmente o presidente também é o sócio, acionista controlador e membro da família (BORNHOLDT, 2005). Segundo o mesmo autor, suas principais responsabilidades são a prestação de contas de sua administração, executar as estratégias e orientações aprovadas pelo conselho, atuar com lealdade perante a sociedade e à família e conduzir a gestão e os demais diretores executivos. Este órgão executa as estratégias e diretrizes aprovadas pelo conselho de administração, dirige os ativos da empresa e conduz os negócios (IBGC, 2015).

Jensen e Meckling (2008) trazem que, de acordo com a literatura, a estrutura de governança das firmas é composta por mecanismos internos e externos que tem como objetivo reduzir os problemas de agência. Ocorre que no geral, há muitas combinações de mecanismos para atingir este objetivo, e nas empresas de menor tamanho, os padrões de governança são modificados quando os resultados esperados são negativos. O conselho de administração, mecanismo interno de governança, pode atuar como uma ligação entre a empresa e o ambiente, eis que importantes ações do negócio são instrumentalizadas por este órgão.

No entanto, na maioria das relações de agência, incorrerão custos para assegurar que os responsáveis estão tomando boas decisões. Os custos de agência podem aparecer em situações que compreendam duas ou mais pessoas que busquem um mesmo fim (JENSEN; MECKLING, 2008), e ainda podem ser definidos como aqueles normalmente tratados como custos de contratação, custos de transação, custos de risco moral e custos de informação (GOTAÇ, MONTEZANO, LAMEIRA, 2015).

## 2.2 EMPRESAS FAMILIARES

As empresas familiares são aquelas cuja origem e história estão associadas a uma família, ou que os membros da família façam parte da administração do negócio (BERNHOEFT, 1987). Este mesmo autor destaca três tipos de empresas familiares, a tradicional, onde a família possui controle total sobre o negócio, porém com pouca transparência administrativa e que dificilmente conseguirá sobreviver pressionada pela abertura de mercados e pela globalização; a híbrida, cujo capital é aberto, mas a família



ainda possui domínio do negócio, há maior transparência e participação de não familiares no negócio; e a empresa de influência familiar, onde a maioria das ações está no mercado, mas a família possui participação acionária significativa.

Já Bornholdt (2005) considera como empresa familiar quando um ou mais dos itens a seguir podem ser identificados na organização: o domínio do negócio pertence a uma família; os vínculos familiares determinam a sucessão no poder; os familiares ocupam cargos estratégicos; as crenças e valores da firma identificam-se com os da família; as atitudes da família refletem na empresa e ausência de liberdade para vender suas ações da empresa. O entendimento deste sistema familiar permite identificar interesses individuais e prioridades em relação à empresa, que tendem a gerar conflitos de interesses nos âmbitos entre família, gestão e propriedade, possibilitando, também, encontrar soluções para os mesmos (IBGC, 2011).

No que tange às características das empresas familiares, Adachi (2006) entende que existem dificuldades que são, geralmente, relacionados às mesmas, como a contratação de conhecidos ao invés de profissionais qualificados, decisões centralizadas, resistência à modernização e privilégios a filhos e parentes. Apesar dos transtornos encontrados nestas empresas, muitas vezes, as próprias desvantagens se tornam vantagens competitivas para as empresas familiares com relação às não familiares, como é possível observar no quadro 1, a seguir:

Segundo Adachi (2006), a maior vantagem competitiva é a agilidade nas tomadas de decisões, pois ela fica concentrada em uma única pessoa, o dono. Essa velocidade nas decisões é cada vez mais importante, analisando a globalização e a agressividade da concorrência. Além do mais, a velocidade da decisão também está relacionada ao momento do planejamento da sua sucessão, cujo processo deve ser iniciado o quanto antes, visando à harmonização e conseqüente continuidade do negócio.

**Quadro 1** – Alguns fatores que representam simultaneamente pontos fortes e fracos nas organizações familiares.

Característica	Ponto fraco	Ponto forte
Centralização das decisões	Equipes de trabalho dependentes da decisão tomada exclusivamente pelo dono	Agilidade na tomada de decisão, especialmente em momentos de crise, já que o dono não necessita consultar ninguém para decidir
Grande aparição perante a comunidade	Perda de privacidade e possibilidade de toda a família ter sua imagem	Respeito, reconhecimento e influência perante a comunidade, especialmente quando a



Característica	Ponto fraco	Ponto forte
	associada com práticas da empresa não aprovadas pela comunidade	organização adota o nome da família
Patrimônio comum muito valioso	Única fonte de recursos ("todos os ovos na mesma cesta") e necessidade de gerar mais riqueza	Capital disponível na família e possibilidade de garantias pessoais para levantar recursos
Personalidade do fundador	Características pessoais não são transferidas por herança	Liderança e carisma que unem todos os colaboradores
Envolvimento da família no negócio	Dificuldade de reter o capital, em virtude de interesses particulares	Profundo conhecimento do negócio, grande dedicação ao trabalho e maior disposição ao sacrifício pessoal
Membros da família trabalhando juntos	Riqueza dividida por um número maior de pessoas e dificuldade em lidar com familiares incompetentes	Estabilidade no emprego e dedicação motivada por aspectos profissionais, pessoais e econômicos
Funcionários da empresa familiar	Contratações baseadas em critérios subjetivos e dificuldade em galgar os cargos mais elevados, geralmente reservados aos familiares, paternalismo e impunidades	Lealdade e obediência ao fundador, alinhamento aos interesses e cultura empresarial. Comprometimento e espírito de "vestir a camisa"
Relacionamento com fornecedores e clientes	Influência de amizades e preferência pessoal	Maior credibilidade, confiança e sensação de continuidade
Cultura muito forte	Conservadorismo e resistência à modernização	Tradição e compartilhamento dos mesmos valores

Fonte: (Adachi, 2006, p. 41).

## 2.3 O PROCESSO DE SUCESSÃO NAS EMPRESAS FAMILIARES

O termo "processo" procura caracterizar a necessidade de atividades programadas, onde cada órgão envolvido possui uma responsabilidade e um papel a desempenhar na continuidade do negócio (BERNHOEFT, 1987). Para este mesmo autor, o processo sucessório no negócio familiar deve ser preparado levando em consideração as singularidades de cada grupo familiar, agregando as partes interessadas. O termo sucessão significa substituir uma pessoa por outra, onde a mesma irá assumir obrigações e adquirir os direitos daquelas (MENEZES, [20--]). Álvares (2003) menciona que o fator predominante para a continuidade do negócio familiar de uma geração para outra é o planejamento do processo de sucessão.

Ocorre que a grande dificuldade das empresas familiares é entender que os descendentes do fundador serão seus herdeiros, mas não necessariamente seu sucessor. Esta é uma característica marcante neste tipo de negócio e pode representar resultados desastrosos (ADACHI, 2006).



Segundo o IBGC (2011), a tendência das empresas era de que os filhos assumissem o negócio automaticamente, porém, o aumento da competitividade e os exemplos de empresas que não passaram da segunda geração, fizeram com que a sucessão começasse a entrar em pauta nas discussões do negócio. A elaboração do plano de sucessão tem por objetivo garantir que na substituição de eventual executivo, a gestão disponha de profissionais com as competências necessárias para a continuidade da organização (IBGC, 2015). Referido código ainda menciona que o planejamento de sucessão é essencial para diminuir os riscos e garantir a continuidade da gestão, preservando seus valores.

De acordo com o SEBRAE (2016), quando o tema é sucessão, é comum alguns questionamentos surgirem e, conseqüentemente, afetar o processo de sucessão ou se tornarem fontes de conflitos, os principais dizem respeito à data de início e como será feita a transição do comando da empresa, as responsabilidades de cada membro da família e o que será feito caso o processo sucessório não seja bem-sucedido. Conforme o SEBRAE (2016), o processo de sucessão deve ser planejado de acordo com as características do negócio, iniciado ainda na presença do fundador e com o aval de todos os envolvidos. Para Oliveira (2006), a análise do processo sucessório deve ser real, não podendo o executivo se auto enganar, achando que seus herdeiros naturais sejam as melhores opções para a empresa. É necessário que a avaliação desta sucessão seja realista e que, caso o herdeiro não seja competente para o cargo, deve-se, automaticamente, optar pela sucessão profissional.

Segundo Oliveira (2006), algumas situações devem ser estudadas na sucessão familiar, como os valores, crenças e atitudes da família; se a família coloca o nível de riqueza e poder acima do convívio familiar; se há separação entre família e empresa; de que forma é visto os parentes agregados (genros/noras); qual a expectativa de vida dos membros mais influentes da família; e a atuação do patriarca e a matriarca da família. Para Leite, Araújo e Silva (2016), a presença de familiares na direção da organização pode ocasionar maior grau de segurança nas relações, mas pode, também, dificultar ações mais arriscadas, com medo de errar. Destaca-se que o processo sucessório nas empresas não possui uma verdade única e que, algumas vezes, a sucessão familiar pode trazer alguns sérios problemas, como disputa de poder entre familiares, dificuldade de demitir o executivo sucessor e problemas para desempenhar papéis diferentes (OLIVEIRA, 2006).



Desta forma, existe a possibilidade da sucessão profissional, onde pode se considerar as seguintes situações: “empresa com administração familiar que passa a ser administrada por profissionais contratados e empresa já profissionalizada em que ocorre a troca de um ou mais executivos” (OLIVEIRA, 2006, p. 19). Para este mesmo autor, algumas das principais vantagens da sucessão profissional são:

- a) Maior facilidade de selecionar um executivo com o perfil desejado;
- b) Um executivo profissional pode trazer conhecimentos acumulados de outras empresas, proporcionando mudanças benéficas para o negócio;
- c) Receber novas filosofias de administração interessantes que o novo executivo pode proporcionar; e
- d) Ter maior flexibilidade para alterações de executivos em razão de não possuir relações emocionais com os mesmos.

Mas, também é possível observar algumas desvantagens na sucessão profissional, tais como: incorporar estilos de administração que não se relacionam com a empresa familiar, maior possibilidade de perder o executivo e problemas com a hierarquia (OLIVEIRA, 2006).

De Freitas e Barth (2011) afirmam que toda empresa familiar necessita passar por um processo de profissionalização, pois, um negócio onde não há gestores profissionais, será levado ao insucesso, porém, determinado procedimento requer cautela, pois, nestas empresas existem vínculos familiares que quando mal orientados, podem gerar conflitos de hierarquia, na sucessão ou ocasionar a desconfiança da família.

### 2.3.1 O planejamento sucessório

A sucessão em empresas familiares normalmente é vista como um tabu entre os familiares e está claramente vinculada à morte do fundador. Ocorre que o processo sucessório não pode ser adiado eternamente, já que a vida do patriarca não é infinita e nem mesmo é possível prever o futuro (ADACHI, 2006).

Segundo Oliveira (2006, p. 29- 30), quando o proprietário está tratando do processo sucessório em sua empresa, ele pode considerar de forma isolada ou não, quatro instrumentos administrativos para lhe auxiliar neste processo, são eles:



i. Planejamento sucessório: processo onde o sucessor é selecionado com antecedência e preparado para o poder. Pode ocorrer em qualquer situação da empresa.

ii. Holding: é uma solução jurídica e tributária, que pode facilitar o planejamento, proporcionando aos proprietários uma melhor distribuição do seu patrimônio. Neste caso, os conflitos não desaparecem e a holding também não possui condições para resolvê-los.

iii. Testamento: é uma opção a ser pensada quando se deseja dividir o patrimônio de forma distinta da prevista em lei, podendo causar conflitos entre os herdeiros e, portanto, ser deve utilizada apenas quando não houver outra saída.

iv. Doação: trata-se de uma alternativa que garante aos herdeiros o poder acionário do negócio. Geralmente ocorre como intuito de privilegiar um dos herdeiros, o que também pode gerar conflitos familiares.

Para o desenvolvimento deste trabalho, destaca-se o planejamento sucessório, onde Bork et al. (1997 apud CASILLAS; VÁZQUEZ; DÍAZ, 2007, p. 233), propõem seis passos seguir para realização de um excelente plano de sucessão:

1. Conseguir que todos os familiares se empenhem a trabalhar no planejamento da sucessão, deixando claro que o processo requer paciência, que os familiares não tenham preconceitos e estejam preparados a sacrificar seus interesses pessoais em benefício do negócio.

2. Estimular os familiares a trabalharem juntos.

3. Pôr em prática um processo de planejamento que seja iniciado com a missão e um plano estratégico, buscando conduzir o negócio com eficiência e eficácia e mantendo, ainda, as características que o levaram ao sucesso.

4. Criar um plano de desenvolvimento pessoal para os familiares que trabalham na empresa, objetivando reforçar as habilidades necessárias para o sucesso.

5. Formar estruturas para a comunicação entre os diretores e os executivos da empresa, a fim de discutir os assuntos da família e da empresa, além de um conselho formal para que as tomadas de decisões sejam adequadas e supervisionadas.

6. Introduzir estruturas legais e financeiras para a execução do plano de sucessão.

O planejamento do processo de sucessão deve ser analisado de acordo com cada empresa, cujo plano deve adaptar-se à família e empresa em questão (CASILLAS; VÁZQUEZ; DÍAZ, 2007). De forma geral, o sucessor necessita ser um profissional com



capacidade para gerenciar o negócio e dar continuidade no que está indo bem e solucionar eventuais problemas em sua gestão (DE FREITAS; BARTH, 2011).

### 3 METODOLOGIA

De acordo com Barros e Lehfeld (2000), metodologia, é uma disciplina que se fundamenta em estudar e avaliar os mais diversos métodos disponíveis, identificando as suas limitações.

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa, em razão que os dados obtidos na pesquisa serão interpretados e possibilitaram realizar um diagnóstico referente aos pressupostos da governança corporativa e os determinantes de longevidade nas empresas familiares. Para Oliveira (2002, p. 116), a pesquisa qualitativa “difere da quantitativa pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema”. Para Figueiredo e Souza (2008), o método qualitativo é baseado em informações obtidas do contato interpessoal e da coparticipação dos informantes, onde o pesquisador é um participante ativo, que interage em todo o processo, compreendendo, interpretando e analisando os dados coletados.

Em relação aos objetivos, o estudo se caracteriza como descritivo, uma vez que busca analisar a governança e seus mecanismos em relação ao negócio familiar, conceituar as empresas familiares e apresentar o planejamento sucessório como forma de continuação das firmas. Quando uma pesquisa procura apresentar uma realidade, sem interferi-la, recebe o nome de pesquisa descritiva (APPOLINÁRIO, 2012). Já para Oliveira (2002), o estudo descritivo envolve aspectos gerais e amplos, possibilitando o desenvolvimento de análises que permitem identificar as diferentes formas dos acontecimentos, sua ordenação e classificação.

No que tange aos procedimentos, efetua-se uma análise bibliográfica por meio de estudos teóricos-empíricos sobre o tema apresentado, “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...]” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 65). Com o intuito de explanar as principais teorias encontradas sobre o tema em assunto, bem como, buscando mapear o estado da arte da governança familiar no país. Para tanto, foi realizado uma pesquisa digital por meio do *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPEEL), com as expressões “governança” e



“familiar”, e selecionado o idioma português, cujo resultado alcançou 21 trabalhos com o assunto em questão, cuja análise será exposta na seção e subseção a seguir.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados alguns estudos pertinentes a implementação da governança e os indutores para a longevidade das firmas.

### 4.1 IMPLEMENTAÇÃO DA GOVERNANÇA

Em relação à governança corporativa no Brasil, Ribeiro et al. (2012) apresentam em sua pesquisa, um crescimento no ano de 2002 dos trabalhos deste tema, mas que o alavanche apenas ocorreu em 2009, que se deu pelo fato da criação dos níveis diferenciados de governança corporativa e a criação da Lei 11.638/07.

De acordo com Almeida et al. (2010), na região Sudeste estão as empresas com melhores práticas de governança corporativa. Assim, esta é a região brasileira com mais teses e dissertações apresentadas sobre o tema, com cerca de 106 trabalhos apresentados, nos períodos de 1998 a 2009 (Ribeiro et al. 2012). Souza (2013) constata em seu estudo que a governança corporativa é uma área de estudo um tanto recente, e que se trata de teor multidisciplinar interessando a administração, contabilidade, economia e outras áreas.

Já Mazzioni, et al. (2015) entende que pela razoável quantidade de artigos que foram encontrados para sua pesquisa, em um longo período de tempo, bem como pelas dúvidas que ainda cercam o assunto, é necessário se aprofundar mais sobre o tema. Ribeiro et al. (2012) também afirmam que isso contribuirá para o surgimento ou aperfeiçoamento de grupos de estudos que possibilitarão uma melhor reflexão sobre como a governança corporativa influenciará nas estratégias empresariais, e como as boas práticas de governança corporativa poderão ser empregadas como estratégia para geração de valor para as empresas.

Sousa (2014) relata em seu estudo que 14,3% das teses e dissertações referentes a governança corporativa, estão relacionadas ao desempenho operacional, 6,1% referem-se a informação contábil e apenas 2% (uma pesquisa) trata de governança



na empresa familiar (nas instituições FUCAPE, FURB, USP e o programa multi-institucional da UNB/UFPB/UFRN). Silva (2014) demonstra em sua pesquisa, que entre as 150 melhores empresas para se trabalhar em 2011, 90 delas possuem alguma característica familiar e 70% informaram que processo sucessório é organizado. Da Silva Junior et al. (2013) afirmam que para lidar com as características das empresas familiares, é necessário conceber uma estrutura de governança que considera as diferenças entre as famílias e os negócios, tendo como base, seus sistemas de valores. A seguir, é possível observar outros resultados encontrados por meio da pesquisa realizada referente à governança familiar no país.

**Quadro 2 – Estudos sobre a implementação da Governança Corporativa e seus resultados**

AUTOR/ANO	TEMA DE PESQUISA	RESULTADOS
Escuder (2006)	Governança Corporativa e a Empresa Familiar. Mecanismos e Instrumentos Facilitadores na Gestão de Conflitos Societários.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os conflitos familiares podem afetar diretamente a operação empresarial;</li> <li>- Trata como papel da Governança Corporativa facilitar as relações de poder, mas deixa claro que ainda não é o suficiente para sanar as desavenças entre os acionistas.</li> </ul>
Mizumoto e Machado Filho (2007)	Práticas de governança corporativa em empresa familiar de capital fechado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Afirmam que as estruturas de Governança Corporativa normalmente estão relacionadas às empresas de capital aberto, porém suas práticas podem diminuir os conflitos de agência, geralmente vistos nas empresas familiares.</li> <li>- As práticas de governança corporativa, quando implantadas na empresa estudada, aprimoraram a gestão e qualidade das estratégias, bem como, minimizaram os problemas relacionados à confusão do patrimônio.</li> <li>- Os custos de agência ganham uma maior perspectiva em empresas familiares.</li> <li>- Os custos para implantação da governança corporativa, retornam progressivamente em forma de benefícios de gestão.</li> <li>- A adoção das práticas de governança corporativa permite à empresa transmitir uma imagem virtuosa e, conseqüentemente, faz com que os acionistas tenham mais segurança.</li> <li>- A adoção para referidas práticas é progressiva, com períodos variados de aceitação e motivação.</li> </ul>
Bertucci et al. (2009)	Mecanismos de Governança e Processos de Sucessão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pequeno número de famílias proprietárias de empresas de capital fechado.</li> <li>- Influência positiva dos elementos de governança corporativa no processo de sucessão e conciliação de conflitos.</li> <li>- Mecanismos importantes: acordo de acionistas, regras para a formação do conselho de administração e conselho de família.</li> </ul>

AUTOR/ANO	TEMA DE PESQUISA	RESULTADOS
		- Conselho de administração torna a empresa mais profissionalizada.
Fonseca (2010)	A secretária executiva no processo de Governança corporativa na empresa familiar	- Afirma que a Governança corporativa é uma boa prática para a profissionalização das empresas familiares. - Manter a cultura, missão e valores da empresa é importante para uma gestão participativa. - Conclui que as empresas que desejam perpetuar, melhorar a transparência e facilitar o acesso do capital ao seu negócio, deverão investir em um processo de governança.
Oliveira, Albuquerque e Pereira (2012)	Governança, Sucessão e Profissionalização em uma Empresa Familiar:(re) arranjando o lugar de família multigeracional	- A adoção de mecanismos de governança que contribuam para a mediação de conflitos relacionados a propriedade, controle e família, pode representar reais ganhos para o negócio familiar. - Defendem que as práticas usuais de governança corporativa podem ser reorganizadas para atender as necessidades das empresas familiares de pequeno porte, visando a sua longevidade.
Velloso e Grisci (2012)	Governança Corporativa e empresas familiares em processo sucessório	- Fator relevante da implantação da governança corporativa é a necessidade de profissionalização; - Sua implementação simplifica as relações familiares, os interesses dos acionistas e gera valor ao negócio; - Cada membro familiar tem seu papel bem definido e com as estruturas claras, é possível profissionalizar a empresa e manter os familiares em diferentes composições apontadas pela governança, como por exemplo, o conselho de família ou de administração.
Cançado et al. (2013)	Ciclo de vida, sucessão e processo de governança em uma Empresa familiar	- Sugere o tema profissionalização como variável a ser analisada na estrutura tridimensional; - Indica a criação de estruturas de governança, voltadas para a empresa familiar, e não se restringir apenas aos elementos formais já existentes.
Sampaio et al. (2014)	A Governança Corporativa e o retorno das ações de empresas de Controle familiar e de controle não familiar no Brasil	- Destacam a estrutura de controle e propriedade como um ponto decisivo da qualidade da governança; - Cada vez mais, as empresas têm investido em práticas baseadas pela transparência, igualdade no tratamento dos acionistas e prestação de contas.
Nelson e Pimentel (2015)	Uma Perspectiva Weberiana para a Governança de Empresas Familiares	- A empresa familiar ao assumir maior tamanho, idade e no momento de sua sucessão, é interessante assumir mecanismos formais para lhe auxiliar na perpetuidade e prosperidade.
Carvalho et al. (2016)	Mensuração da capacidade de governança corporativa das empresas familiares para migração ao novo mercado da BM&FBOVESPA	- A governança corporativa tem como objetivo reduzir os conflitos de agência; - Em reação às empresas familiares, destacam-se os mecanismos de: assembleias familiares, conselhos familiares, comitês de acionistas, comitês de nomeação e recreativos, e <i>family office</i> .
Vaccari e Bauren (2016)	Participação feminina na Governança Corporativa de empresas familiares	- A adoção das boas práticas de governança corporativa podem oportunizar na redução de custos e agregar valor para a sociedade; - Das 511 empresas listadas, 18 tratavam-se de empresas familiares e destas 511, apenas 173



AUTOR/ANO	TEMA DE PESQUISA	RESULTADOS
	listadas da BM&FBovespa	integravam o índice de ações com governança corporativa diferenciada.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Percebe-se que grande parte dos autores concordam com o fato de que a governança, por meio de seus mecanismos, pode, sim, contribuir para solução de conflitos relacionados a família, gestão e continuidade da firma. Destaca-se ainda, que estruturas de governança podem ser instrumentos importantes para o processo de sucessão e profissionalização da empresa, proporcionando benefícios na gestão, acrescentando valor ao negócio e, conseqüentemente, auxiliando na perpetuação do mesmo.

Porém, percebe-se que grande parte dos autores ainda estão voltados para o estudo de empresas de maior porte, as corporações, onde não é objetivo do presente trabalho, pois à medida que estas empresas vão crescendo, a necessidade de implantação de mecanismos de controle e harmonização veem surgindo, diferentemente dos negócios de médio ou pequeno porte que, geralmente, acabam pela falta de planejamento e por questões familiares, que poderiam ser resolvidas por meio de uma gestão profissionalizada, conselhos de família e até mesmo pelo planejamento sucessório.

Neste sentido, Araújo et al. (2013) afirmam que o conceito de governança corporativa é variado e passível de adequações em função das peculiaridades de cada instituição. Grzybovski et al. (2013) também verificaram que a governança não se restringe somente às corporações, habitualmente tratada como governança corporativa, mas que também pode ser discutida para outros tipos organizacionais, porém, se faz necessário um novo conceito e novos modelos. De Freitas e Barth (2011) finalizam que é constante a necessidade de atenção quanto aos processos de gestão e profissionalização das empresas familiares, buscando, desta forma, melhores práticas de administração e, conseqüentemente, maior vantagem competitiva, rentabilidade e a perpetuidade da empresa familiar.

#### 4.2 INDUTORES PARA LONGEVIDADE DAS FIRMAS

Bortoli Neto e Moreira Jr. (2001) afirmam que uma das principais dificuldades que as empresas familiares se deparam é quanto a sua sobrevivência em longo prazo, bem como, com a mudança do poder do fundador para seus sucessores. Álvares (2003) alega



que uma grave falha é cometida quando a empresa deixa de se preocupar com o planejamento sucessório.

Dada a complexidade do ambiente de negócios, vê-se cada vez mais as famílias empresárias se conscientizam de que as boas práticas de governança corporativa são aplicáveis a qualquer tipo de empreendimento (ÁLVARES, 2003). A implantação da governança corporativa nas empresas é a solução para diminuir desavenças, gerenciar conflitos de interesses e perpetuar a organização, é ainda um instrumento que possibilita a redução de ansiedades e promove uma melhoria da qualidade de vida das famílias empresárias (BORNHOLDT, 2005).

A empresa familiar não é a mesma desde a sua fundação. Ela passa por diversos momentos e problemas, seja na primeira ou segunda geração, e é nesse momento que a governança corporativa se faz necessária para distinguir os mecanismos da gestão operacional, do negócio e da família, criando estruturas formais de diálogos entre as partes interessadas (CAMERA; ARAÚJO, 2008).

Oliveira (2015) afirma que, com um otimizado conselho de administração, a empresa pode usufruir de diversos benefícios, especialmente com uma governança que proporcione todo o apoio para o negócio, gerando diferenciadas vantagens competitivas aos produtos e serviços. Em complemento, Oliveira (2006) citam outros benefícios do ponto de vista da empresa que a governança corporativa pode oportunizar, dentre os quais estão a melhora na organização dos acionistas majoritários e minoritários; o incremento no processo decisório; maior aptidão para atrair e manter talentos; melhora na ponderação da política de remuneração, além de, no caso das empresas familiares, proporcionar aos fundadores tranquilidade para se afastarem do negócio e procurarem novos projetos de vida.

De forma mais prática, um dos principais motivos que levam os empresários a adotarem as boas práticas de governança corporativa é a crescente necessidade empresarial de financiamentos (OLIVEIRA, 2006).

Assim, entende-se que a longevidade destas empresas, está relacionada a uma estrutura organizacional que compreenda a dinâmica entre família e empresa, onde os mecanismos de controle são estruturas determinantes para a continuidade das empresas familiares brasileiras de pequeno porte (GRZYBOVSKI; VIEIRA, 2013).



Finalmente, pode-se afirmar que a gestão e a governança corporativa nas empresas familiares são de suma importância para alcançar resultados eficazes, pois a falta de controle, ou uma decisão mal tomada, podem gerar conflitos na administração do negócio (DE FREITAS; BARTH, 2011).

Assim, percebe-se a importância da governança corporativa como um mecanismo de harmonia entre a empresa e o mercado, cuja reciprocidade resulta na continuidade do negócio.

## 5 CONCLUSÃO

Com a construção deste estudo, notou-se a importância da governança e de seus instrumentos para a harmonização e continuidade das empresas familiares, alcançando, assim, o objetivo inicial deste trabalho. Por meio da literatura, verifica-se que cada vez mais o número de empresas familiares no Brasil aumenta. Em consequência, o número de empresas que não passam da segunda geração é relevante, porém, a preocupação do fundador com o seu negócio vem se revelando mais intensa. Percebe-se na literatura ainda, o interesse dos proprietários das empresas familiares por aderirem a novos mecanismos que importem na continuidade da firma.

Identificam-se mecanismos que podem ser utilizados, em alguma medida, nas empresas familiares, tais como: conselho de família, conselho de administração, gestão profissionalizada entre outros. É possível, ainda, mencionar os princípios de governança, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, como forma de harmonização do negócio. O fundador da organização familiar deve estar consciente que não existe um modelo padrão de governança a ser seguido, e sim instrumentos que podem ou não dar certo. Com base nos estudos analisados, as boas práticas de governança podem ser adotadas por qualquer tipo de organização. Por evidente, vários fatores devem ser analisados, como objetivos da empresa, cultura, mercado de competição, situação econômica e financeira, entre outros.

Como apresentado neste trabalho, um fator predominante para a longevidade do negócio é a sucessão. Para evitar eventuais desarmonias na organização familiar, sugere-se dirigir a atenção na construção do planejamento sucessório, seja por meio de atores da família mediado por profissional experimentado no campo. Nesse sentido, percebe-se nos



estudos antecedentes a importância da constituição do conselho de família, justamente para isolar preocupações de cunho familiar das questões das organizações. O processo de profissionalização pode se dar por meio da implementação de um conselho de administração constituído por membros externos e independentes.

Deste modo, conclui-se que não basta apenas o desejo do fundador em ver o seu negócio crescer e prosperar, é necessário conhecer estruturas formais e adaptá-las à realidade da sua empresa. Nesse sentido, a governança corporativa oferece um arcabouço de mecanismos, procedimentos, normas e recomendações que podem contribuir para a longevidade da empresa.

Por fim, o presente estudo tem como limitações de pesquisa a não utilização de bibliografias estrangeiras, cuja base de dados é mais completa e recente. Quanto às limitações metodológicas, o estudo poderia explorar o tema por meio de entrevistas, estudos de casos em empresas com implantações deste sistema e, até mesmo, buscar o entendimento destas sobre a governança familiar e sua importância para o negócio, contribuindo para possíveis comparações e discussões com a teoria, até então apresentada. Como sugestão para o avanço da pesquisa, recomenda-se um aprofundamento em estudos neste tema, pois há, ainda, muitos campos para explorar, igualmente no cotidiano destas empresas, buscando avaliar a aplicabilidade das teorias estudadas com a realidade de cada firma e apresentando os resultados alcançados por elas.

## REFERÊNCIAS

ADACHI, Pedro Podboi. **Família S.A.: Gestão de Empresa Familiar e solução de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2006.

ALMEIDA, M. A. et al. Evolução da qualidade das práticas de governança corporativa: um estudo das empresas brasileiras de capital aberto não listadas em bolsa. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 907-924, 2010.

ÁLVARES, Elismar. **Governando a empresa familiar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência, Filosofia e Prática da Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2012.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Bandeira et al. Grau de adesão de empresas familiares às boas práticas de governança corporativa: proposição e teste de um instrumento-diagnóstico. **Revista Alcance**, Online, v. 20, n. 1, p. 117, 2013. Disponível em: <



<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/3760> >. Acesso em: 20/05/2017.

BARROS, Aidil da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para iniciação científica**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BERNHOEFT, Renato. **Empresa familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida**. São Paulo: Ibecon, 1987.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. et al. Mecanismos de Governança e Processos de Sucessão: um estudo sobre a influência dos elementos da governança corporativa na orientação do processo sucessório em uma empresa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 11, n. 31, p. 152, 2009.

BORNHOLDT, Werner. **Governança na empresa familiar: implementação e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BORTOLI NETO, Adelino de; MOREIRA JÚNIOR, Armando Lourenzo. Dificuldades para a realização da sucessão: um estudo em empresas familiares de pequeno porte. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 8, n. 4, 2001.

BRASIL. **Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades Por Ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404\\_compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404_compilada.htm)>. Acesso em: 23 de Set. de 2016.

BREVIDELLI, Maria Meimei; SERTÓRIO, Sonia Cristina Masson. **TCC Trabalho de Conclusão de Curso**. 4. ed. São Paulo: Editora Iátria, 2010.

CAMERA, Fabiana; ARAÚJO, Luis Cesar Gonçalves de. **Análise dos Aspectos Teóricos relacionados à Governança Corporativa que podem contribuir para a Sobrevivência das Pequenas e Médias Empresas Familiares Brasileiras**. 2008. 15 f. Tese (Doutorado em Administração) - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Belo Horizonte, 2008.

CANÇADO, Vera L. et al. Ciclo de vida, sucessão e processo de governança em uma empresa familiar: um estudo de caso no Grupo Seculus. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 19, n. 2, p. 485-516, 2013.

CARVALHO, Camila Cruz de. et al. Mensuração da Capacidade de Governança Corporativa das Empresas Familiares para migração ao Novo Mercado da BM&FBovespa. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 15, n. 3, 2016.

CASILLAS, José Carlos; VÁZQUEZ, Adolfo; DÍAZ, Camem. **Gestão da empresa familiar: conceitos, casos e soluções**. São Paulo: Thomson, 2007.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro. **A metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prêntice Hall, 2002.

DA SILVA JUNIOR, Annor et al. Sistemas de valores e implicações na governança corporativa em um grupo empresarial familiar. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 20, n. 65, 2013.

DE FREITAS, Ernani Cesar; BARTH, Mauricio. Profissionalização da gestão nas empresas familiares: estagnar ou inovar?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 3, 2011.

ESCUDE, Sergio Antonio Loureiro. Governança Corporativa e a Empresa Familiar. Mecanismos e Instrumentos Facilitadores na Gestão de Conflitos Societários. **Revista de Administração da Unimep**, v. 4, n. 3, 2006

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

FONSECA, Elisandra C da. et al. A secretária executiva no processo de governança corporativa na empresa familiar. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 1, n. 1, 2010.

GRZYBOVSKI, Denize. et al. Governança de pequenas empresas familiares brasileiras: aspectos a considerar no modelo adotado. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 198-210, 2013.

\_\_\_\_\_; VIEIRA, Luciano. Ciclo de Vida das Empresas Familiares Brasileiras de Pequeno Porte: Uma Análise das Características e Dinâmica Estrutural em uma Rede de Revenda de Gás Liquefeito de Petróleo. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 78-96, 2013.

GOTAÇ, Daniel de Freitas; MONTEZANO, Roberto da Silva; LAMEIRA, Valdir de Jesus. Governança Corporativa e Custos de Agência nas Empresas com Influência Governamental. **Sistemas & Gestão**, Niterói, v. 10, n. 3, p. 408-425, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Origens da Governança Corporativa**. [20--]. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/origens-da-governanca>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Governança Corporativa em Empresas Familiares**. 1.ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

\_\_\_\_\_. **Governança corporativa em empresas de controle familiar: casos de destaque no Brasil**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006. 359 p.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 87-125, 2008.



JUNQUEIRA, L. R. et al. Influência da Teoria de Agência na alavancagem das empresas brasileiras. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 14, n. 35, p. 182-211, 2014.

LEITE, Gleucir; ARAÚJO, Elisson Alberto Tavares; SILVA, Wendel Alex Castro. Processo de sucessão de empresas familiares e desafios da profissionalização. **Ciência Contemporânea**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 35-60, 2016.

MAZZIONI, Sady et al. Governança corporativa: análise bibliométrica do período de 2000 a 2012. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2015.

MENEZES, Rafael de. Aulas. **Direito das Sucessões**. Disponível em: <<http://rafaeldemenezes.adv.br/aulas/direito-das-sucessoes/9>>. Acesso em: 28 set. 2016.

MIZUMOTO, Fabio Matuoka; MACHADO FILHO, Claudio Pinheiro. Práticas de governança corporativa em empresa familiar de capital fechado: um estudo de caso. **Revista de Negócios**, v. 12, n. 2, p. 3-17, 2007.

NELSON, Reed Elliot; PIMENTEL, Thiago Duarte. Uma perspectiva Weberiana para governança de empresas Familiares: notas Partir de um estudo com empresas longevas. **Revista O&S**, v. 22, n.75, 2015.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratamento de Metodologia Científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

\_\_\_\_\_, Djalma de Pinho Rebouças de. **Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_, Janete Lara de. et al. A Governança corporativa como elemento mediador na empresa familiar. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 10, n. 3, 2011.

\_\_\_\_\_, Janete Lara; ALBUQUERQUE, Ana Luiza; PEREIRA, Rafael Diogo. Governança, Sucessão e Profissionalização em uma Empresa Familiar:(re) arranjando o lugar de família multigeracional. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 14, n. 43, p. 176, 2012.

\_\_\_\_\_. **Governança Corporativa na prática: integrando acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva na Geração de Resultados**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2015.

RIBEIRO, Henrique César Melo et al. Governança corporativa: um estudo bibliométrico da produção científica das dissertações e teses brasileiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 3, 2012.

SAMPAIO, Ricardo Bruno Queiroz et al. A Governança Corporativa e o retorno das ações de empresas de controle familiar e de controle não familiar no Brasil. **REGE-Revista de Gestão**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 219-234, 2014.



SEBRAE. **As características de negócios familiares**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristicas-de-negocios-familiares,48e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em 16 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **É importante planejar a sucessão na empresa familiar**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/e-importante-planejar-a-sucessao-na-empresa-familiar>>. Acessado em: 26 set. 2016.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas Empresas**: Guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

\_\_\_\_\_, Rodrigo. Processo sucessório na governança de organizações familiares: um estudo exploratório nas “Melhores Empresas”. **Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2014.

SILVEIRA, Alexandre di Miceli da et al. **Direito, gestão e prática: empresas familiares**: governança corporativa, governança familiar e governança jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUSA, Filipe Dias de. **Governança corporativa**: um estudo bibliométrico da produção científica de teses e dissertações em contabilidade. 2014.

VACCARI, Nathália Aparecida Dias; BAUREN, Ilse Maria. Participação Feminina na Governança Corporativa de Empresas Familiares Listadas na BM&FBovespa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 113-131, 2016.

VELLOSO, Simone Pitten; GRISCI, Carmem Ligia Iochins. **Governança corporativa e empresas familiares em processo sucessório**: a visão de consultores e de famílias empresárias. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

**Nota de agradecimento:** Ao Grupo de Pesquisa de Estratégia, Competitividade e Desenvolvimento – **GECOMD-PPGDS-UNESC**

## Trabalho Completo de Extensão

### 34922 - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC: DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

**Maike Bordignon Mandelli, Ludmila Daros Gonçalves, Eduardo Tramontin Castanha, Carolina Citadin Milaneze, Anderson Correa Benfato, Andréia Cittadin, Manoel Vilsoni Menegali, Dourival Giassi, Milla Lúcia Ferreira Guimarães<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Núcleo de Estudos Contábeis, Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

Os estudos sobre Balanço Social no Brasil são recentes. Nota-se certo interesse, tanto nas organizações empresariais quanto nas instituições de ensino, em elaborar e divulgar este demonstrativo. O objetivo geral deste estudo consiste em avaliar a percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da UNESC acerca do Balanço Social como instrumento voltado à gestão universitária. Para tanto têm-se como objetivos específicos: i) identificar as etapas de elaboração do relatório social; ii) identificar as ações sociais que o Curso realiza; iii) verificar na opinião dos estudantes do Curso a importância da elaboração de relatório social com vistas a tornar público à comunidade, acadêmica e externa, as ações de responsabilidade social desenvolvidas por meio do ensino, pesquisa e extensão. Para tanto utilizou-se da pesquisa qualitativa, descritiva, documental e *survey*. O questionário foi realizado com 76 estudantes da disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social. Os resultados apontam que apenas 12% dos estudantes tiveram conhecimento do relatório de sustentabilidade antes da graduação; 92% acreditam ser possível utilizar o modelo de Balanço Social para divulgar as ações realizadas por um curso de ensino superior; das atividades que consideram importante divulgar no relatório social os estudantes indicaram os projetos sociais (76%), acadêmicos (75%) e pesquisa (74%) realizados pelo Curso.

**Palavras-chave:** ciências contábeis, relatório de sustentabilidade, extensão.

**Fonte financiadora:** Núcleo de Estudos Contábeis (NECON). Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC). Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX).

## 1 INTRODUÇÃO

A idealização da responsabilidade social surgiu em meados do século XX, tendo seus primeiros vestígios nos Estados Unidos da América (EUA). No Brasil esse movimento apareceu com maior intensidade apenas na década de 1980, mediante a primeira publicação do relatório da empresa Nitrofértil, localizada na Bahia, contemplando alguns indicadores socioambientais envolvendo o meio econômico, social e ambiental (IBASE, 2008). Nesse processo vários fatores externos, como por exemplo, pressões e



manifestações de empresas e meios ligados à natureza contribuíram para a manutenção dos relatórios sociais como o Balanço Social (BS). (IBASE, 2008).

Nesse cenário encontra-se o Contador, profissional responsável pelo registro, organização, demonstração, análise e acompanhamento dos atos e fatos relacionados ao patrimônio das entidades nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 15 (NBC T15) estabelece e regulamenta os requisitos para a elaboração do BS. A publicação anual desta demonstração é incentivada no Brasil, mas não é obrigatória. No caso de companhias abertas há a obrigatoriedade pela Lei 11.638/2007 de publicação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), um dos componentes do BS.

Para Ludícibus et al. (2009) BS é uma forma de as empresas ou instituições, tanto públicas quanto privadas, prestarem contas à sociedade de suas ações econômicas, sociais e ambientais. Atualmente essa ideia exalta sua prática no meio social, tornando-as públicas e visíveis, trazendo informações quantitativas e qualitativas para sociedade.

Para além dos objetivos sociais, o BS traz consigo a oportunidade de fortalecimento da empresa, podendo resultar em sua produtividade, na participação do mercado de trabalho além de oferecer uma imagem mais ética e transparente perante a concorrência (APOLINARIO,2009).

Neste contexto encontra-se as Instituições de Ensino Superior (IES) que atuam como agentes sociais na medida em que oportunizam a formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento não só técnicos-científicos, mas também, com valores sociais e formativos. Esses profissionais podem contribuir com seus conhecimentos para o desenvolvimento da região em que atuam.

O Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), por sua vez, realiza inúmeras atividades voltadas ao ensino, pesquisa e extensão formando profissionais competentes, dinâmicos, empreendedores, dotados de uma visão sistêmica e global da área técnica e capazes de encaminhar ações voltadas para a transformação positiva da realidade social. Essas iniciativas do Curso, muitas vezes, não são disseminadas à comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em avaliar a percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da UNESC acerca do Balanço Social como instrumento voltado à gestão universitária. Para tanto têm-se como objetivos específicos: i)



identificar as etapas de elaboração do relatório social; ii) identificar as ações sociais que o Curso realiza; iii) verificar na opinião dos estudantes do Curso a importância da elaboração de relatório social com vistas a tornar público à comunidade, acadêmica e externa, as ações de responsabilidade social desenvolvidas por meio do ensino, pesquisa e extensão.

As contribuições do estudo consistem, principalmente, em evidenciar a possibilidade de prestar contas à sociedade das atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior e seus cursos de graduação e na ascensão das informações prestadas pela contabilidade.

Este artigo está disposto em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção trata da fundamentação teórica que abrange a história, função e impacto social do BS, bem como, a trajetória do Curso de Ciências Contábeis da UNESC neste movimento. A terceira seção descreve a metodologia da pesquisa. A quarta refere-se aos resultados do estudo e, por fim, a quinta seção engloba a conclusão e as recomendações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 OS RELATÓRIOS SOCIAIS: HISTÓRIA, FUNÇÕES E A RELAÇÃO COM A CONTABILIDADE

Os primeiros indícios de pensamentos relacionados a responsabilidade social corporativa surgiram ao final do século XIX e início do século XX, porém essa prática começou a ser exigida através de manifestações populares, por volta de 1960 nos EUA e em 1970 na Europa, surgindo a necessidade de publicação dos relatórios anuais empresariais.

No Brasil esta prática teve início nos anos de 1980, com a elaboração de modelo de relatório social e, posteriormente sua publicação em 1984 pela indústria química e petroquímica Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste S.A (Nitrofertil), no município de Camaçari na Bahia. Porém, as empresas demonstraram maior interesse sobre ao tema somente no ano de 1990. Esse fortalecimento deu-se por vários fatores, dentre eles destacam-se a pressão de empresas internacionais e as campanhas de preservação do meio ambiente, que incentivaram a prática de responsabilidade social. Desde então, as empresas começaram a publicar anualmente o BS, não havendo ainda um padrão de



relatório até então. Em 1997, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) lançou o primeiro modelo oficial de publicação do Balanço Social (IBASE, 2008).

O Balanço Social conhecido também como Relatório de Sustentabilidade ou Relatório de Sustentabilidade Social “é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais” (TINOCO; KRAEMER, 2011, p. 12).

Sobretudo, o BS é um relatório publicado anualmente com o objetivo de prestar contas à sociedade pelos recursos utilizados. O relatório mostra as ações sociais, ambientais, ou até mesmo projetos que tenham como finalidade retribuir a sociedade pelos recursos utilizados pela empresa ou instituição. Diante disso a NBC T15 (2006, p. 15) define BS como a “demonstração contábil que tem por objetivo a evidenciação de informações de natureza social com vistas a prestar contas a sociedade pelo uso dos recursos naturais e humanos, demonstrando o grau de responsabilidade social da entidade”.

Pode-se afirmar ainda que o BS possui outras definições, elas podem ser mais amplas e sugerir diferenciações não fugindo do seu objetivo principal que é a responsabilidade social.

O Balanço Social na sua concepção mais ampla envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade e economia local e recursos humanos (LISBOA; RIBEIRO, 1999, p. 3).

Com o desenvolvimento e a evolução da sociedade, o BS tornou-se um insumo importante para explicações sociais. Não apenas por prestações de contas, mas também por divulgações de trabalhos criando uma imagem positiva das empresas e instituições.

Conforme Ribeiro e Lisboa (1999, p. 74) a Contabilidade, enquanto geradora de informações econômico-financeiras sobre o desempenho das empresas “possui os instrumentos necessários para contribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos” por meio da demonstração contábil BS.

Iudícibus e Marion (2001, p. 25) complementam mencionando que o relatório contém dados que

Permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação dos empregados



nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Dentre as formas de elaborar o BS, as empresas brasileiras utilizam, principalmente, três modelos, a saber: IBASE, GRI (*Global Reporting Initiative*) e Instituto Ethos. O modelo IBASE criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas teve o apoio em seu desenvolvimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), técnicos, pesquisadores e representantes de instituições públicas e privadas. O modelo GRI é internacionalmente aceito e o Instituto Ethos é baseado nas diretrizes do GRI e adaptado ao cenário brasileiro.

Não há obrigatoriedade da publicação do BS no Brasil. As companhias abertas, desde 2007 por meio da Lei 11.638, tem a obrigatoriedade de publicar a Demonstração do Valor Adicionado, um dos componentes do BS.

O BS é considerado um instrumento de avaliação, que os analistas de mercado, investidores e órgãos de financiamento, inclui na lista dos documentos necessários para se conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa. Embora não seja padronizada a demonstração possui alguns itens indispensáveis para sua elaboração. O Quadro 1 apresenta os principais elementos que compõe o Balanço Social.

**Quadro 1 – Elementos do Balanço Social**

Elementos do BS	Descrição
Mensagem do presidente	Tem por finalidade definir os compromissos da entidade e resumir o documento.
Perfil do empreendimento	Serve para dar um apanhado geral da empresa, como por exemplo, o tipo de produto e serviços da empresa, a sua marca, a quantidade de empregados, as datas dos últimos demonstrativos contábeis publicados, o resultado das vendas por região, as mudanças relevantes ocorridas na empresa etc.
Informações sobre a empresa	Descreve o histórico, a missão, evolução, princípios e a visão estratégica da entidade.
Atividade empresarial	Mostra, detalhadamente, como a organização lida com as partes interessadas e mostra os indicadores de seu desempenho econômico, social e ambiental, e ainda apresenta alguns dados complementares sobre a postura ética e a visão de futuro da empresa.
Indicadores de desempenho: econômico, social e ambiental	Contem informações sobre os impactos econômicos da empresa na sociedade, sua evolução e distribuição das riquezas. Já na seção dos indicadores sociais, apresentam-se dados sobre o bem-estar da força no trabalho, direitos do trabalho e direitos humanos. E na seção dos indicadores ambientais têm-se os levantamentos sobre os impactos sobre o ambiente.



Anexos	Contem informações dos relatórios que desviariam a atenção do leitor, e por isso merecem uma atenção especial.
--------	--

Fonte: elaborado pelos autores.

O BS possui seis etapas de construção, a saber: 1) Planejamento do trabalho e escolha do modelo a ser adotado; 2) Designação do grupo de trabalho interno e envolvimento das partes interessadas; 3) Coleta, tratamento e consolidação dos dados; 4) Elaboração e análise dos textos – redação/revisão/edição; 5) Verificação e auditoria das informações; e, 6) Publicação e divulgação dos relatórios.

Em resumo, trata-se de um levantamento dos principais indicadores de desempenho econômicos, sociais e ambientais da empresa e um meio de dar transparência às atividades corporativas. É considerado um instrumento que amplia o diálogo com todos os públicos com os quais a empresa se relaciona: acionistas, consumidores/clientes, comunidade vizinha, funcionários, fornecedores, governo, organizações não-governamentais, mercado financeiro e sociedade (GODOY; PFITSCHER; GASPARETTO, 2007). O BS atende a todos os grupos que interagem com a empresa, desde os administradores como subsídio para o processo de tomada de decisões até a comunidade, na medida em que oportuniza uma ideia sobre a postura da empresa.

## 2.2 O CONTADOR E A CONTABILIDADE AMBIENTAL

Inúmeras são as competências exigidas pelo mundo do trabalho para o contador. Diversos autores tratam do tema, mas especificamente na região sul do país o interesse maior dos empregadores em relação às competências do contador, além do domínio da ciência da contabilidade e do conhecimento das tecnologias de informação disponíveis para a área, está nas habilidades e atitudes como liderança, saber trabalhar em equipe, saber ouvir e escrever, tomar decisões, inovar e ser proativo, dedicado e ético (GUIMARÃES, 2014).

Entre outros princípios éticos “a responsabilidade fiscal é um importante instrumento de cidadania. A conscientização tributária é necessária para conduzir os contribuintes e um princípio básico para que as empresas possam fazer uma boa gestão fiscal” (MERLO; PERTUZATTI, 2005, p. 4). Os autores comentam que agindo dessa forma o contador demonstra sua importância para a sociedade, não só pelo exercício profissional,



mas também, pelo exemplo de profissionalismo, conduta e moral em prol do bem-estar social, cultural e econômico.

O contador sendo responsável por gerenciar e levantar dados de organizações, torna-se o principal detentor das informações referentes as funções relacionadas a responsabilidade social praticadas pelas empresas e, portanto, profissional essencial na elaboração do BS. (MERLO; PERTUZATTI, 2005).

A Contabilidade Ambiental é uma área das Ciências Contábeis que reconhece e registra os fatos contábeis relacionados a ações realizadas pela entidade no que tange as questões socioambientais. De acordo com Keinert (2007, p. 32), trata-se de

[...] uma abordagem combinada com a teoria da contabilidade que facilita a transição de informação da contabilidade financeira e da contabilidade de custos para aumentar a eficiência dos materiais, ajudando a reduzir o impacto e o risco, diminuindo os custos visando uma eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica.

Nesse sentido, a Contabilidade Ambiental tem crescido de importância para as empresas em geral, que se veem obrigadas a prestar contas para a sociedade acerca destes assuntos, por meio de demonstrativos com informações transparentes e realistas (COSTA, 2012).

A demonstração destas informações contábeis para a sociedade, de forma clara e transparente, é um indicativo que uma entidade busca atuar primando pela responsabilidade social de sua organização.

### 2.3 A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Embora os estudos sobre o BS ainda é algo recente no Brasil, nota-se certo interesse, tanto nas organizações empresariais quanto nas instituições de ensino, em elaborar e divulgar este demonstrativo.

Em consulta à base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell) utilizando-se o recurso de busca com a expressão “balanço social”, encontrou-se o estudo de Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) no qual apresentavam o delineamento de uma proposta de BS para uma fundação universitária, como um demonstrativo útil na gestão das organizações e na prestação de contas aos *stakeholders*.



A proposta dos autores é composta de nove tópicos, abrangendo informações de cunho econômico, financeiro, social e ambiental, a saber: 1) apresentação da entidade: possibilitam o relato do modelo de gestão adotado; 2) indicadores monetários: servem para avaliar o envolvimento social da entidade verificando o consumo de recursos na remuneração e qualificação do pessoal, investimentos em benefícios ao quadro de recursos humanos e os recursos aplicados em benefício da comunidade, por meio de programas assistenciais ou de inserção comunitária; 3) recursos humanos: pretendem externar o esforço organizacional de valorização do quadro funcional; 4) indicadores acadêmicos: mostra a quantidade de alunos na graduação e pós-graduação, bolsas de estudos, evasão, reprovação e total de cursos ofertados; 5) DVA: pretende informar aos *stakeholders* como e quanto é gerado de riqueza pela entidade e qual a destinação desta riqueza; 6) meio ambiente: busca relatar as ações desenvolvidas de preservação ambiental; 7) ética, transparência e responsabilidade social: exposição de práticas que justifiquem o discurso de entidade socialmente responsável. 8) desenvolvimento de projetos futuros de impacto social e ambiental: permite a evidenciação e o relato do planejamento de ações futuras no desenvolvimento regional; 9) Outras informações relevantes: descrever informações que não tenham sido contempladas anteriormente.

Os achados apontam para a necessidade de as entidades complementarem a divulgação de informações, adicionando aos relatórios de natureza econômica e financeira aqueles de cunho social e ecológico.

## 2.4 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC E SEU PRIMEIRO BALANÇO SOCIAL

Com o desenvolvimento do município de Criciúma começaram a aparecer as carências por profissionais qualificados para atuar no mercado de trabalho e atender as organizações empresariais e demais usuários de serviços contábeis. Assim, desde 1975, a FUCRI/UNESC oferta o Curso de Ciências Contábeis, oriundo da antiga Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas (ESCCA) reconhecido pela Portaria Ministerial nº. 198/1980.

O Curso promove a formação de um profissional qualificado para atuar em diversas áreas buscando sempre atender as necessidades e as mudanças decorrentes na



profissão e da sociedade. Dispõe de infraestrutura de ponta e nível de excelência no ensino reconhecido em 2016 pelo Ministério da Educação com o conceito máximo (conceito 5) visto sua ação pautada no tripé indissociável das universidades: ensino, pesquisa e extensão.

A proposta curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNESC está direcionada para a formação de profissionais com conhecimentos, habilidades, atitudes para atuar, com visão integrada, na área específica e/ou em outras. Assim, sua formação deve possibilitar o seguinte perfil do egresso:

- Domínio da Ciência da Contabilidade e suas técnicas, compatíveis com o exercício profissional;
- Compreender as questões científicas, técnicas, econômicas, financeiras, sociais e ambientais, em âmbito nacional e internacional;
- Ter visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- Conhecimento da tecnologia da informação para desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, com avaliação crítico analítica;
- Saber apresentar, transferir, receber e analisar informações;
- Saber expor e defender ponto de vista técnico-científico, sob a forma verbal, escrita ou visual;
- Ter capacidade de enfrentar desafios;
- Acompanhar e ser flexível às mudanças;
- Ser criativo no sentido de apresentar soluções alternativas;
- Relacionar-se com outros grupos, profissionais ou não;
- Exercer liderança;
- Saber ordenar e delegar tarefas em equipes multidisciplinares;
- Motivar e promover o desenvolvimento de seus colaboradores;
- Ser empreendedor com condições de relacionar-se com os diversos segmentos da sociedade;
- Agir com ética e responsabilidade social e assumir papel de agente transformador com pleno exercício profissional e de cidadania;
- Disposição para manter-se profissionalmente atualizado face às mudanças que, diariamente, afetam o mundo dos negócios e, via de regra, a atividade contábil, inclusive na aprendizagem de outros idiomas (UNESC, 2017).

No que tange ao ensino, várias metodologias são utilizadas para oportunizar ao futuro contador entender e interagir na profissão, como por exemplo, o Projeto Indisciplinar Orientado (PIO), desenvolvido nas 4 fases iniciais do Curso e, também, a Semana de Práticas Específicas de Estágios (SPE), no qual compete aos alunos a vivência da prática da Contabilidade por meio de *softwares* de simulação empresarial.

Na pesquisa, o Curso conta com dois grupos certificados pelo CNPq, o Núcleo de Estudos Contábeis (NECON) que tem por objetivo fomentar pesquisas de forma interdisciplinar em quatro áreas de atuação: Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais



Aplicadas; Contabilidade Gerencial; Gestão do Conhecimento; Terceiro Setor e Responsabilidade Socioambiental; e o Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional (NEGEO) que possui como foco pesquisas empíricas, que buscam compreender as práticas de gestão das organizações e pesquisas teóricas que objetivam discutir a consolidação da ciência organizacional nas linhas: Controle de Evidenciação e Mensuração de Desempenho e de Valor. A produção dos GPs resultou na organização de quatro obras em formato *e-book* denominado Coleção Saberes Contábeis. Ademais conta com vários projetos de iniciação científica, concluídos e em andamento, que resultaram em artigos, resumos e capítulos de livros. Por incentivo da coordenação do Curso, os GPs organizam, semestralmente, a Mostra Científica de Projetos Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UNESC com a exposição e apresentação de *pôsters* contemplando os mais diversos temas relativos as Ciências Contábeis. Os trabalhos são frutos dos projetos de trabalho de conclusão de curso elaborados pelos estudantes da oitava fase.

No que diz respeito a Extensão Universitária, o Curso aprovou recentemente, juntamente a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão a constituição do Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC) que além de integrar as atividades realizadas pelo Curso criou novas demandas por meio de parcerias, como as realizadas com o Bairro da Juventude, Observatório Social de Criciúma e Morro da Fumaça e Empresas Juniores do *campus*, entre outras.

Assim sendo, o Curso de Ciências Contábeis da UNESC ao completar seus 42 anos, no ano de 2017, trouxe consigo a ideia de elaborar seu primeiro Relatório Social. Com intuito dar transparência as suas ações, relatar sua história e métodos de ensino à comunidade acadêmica e demais interessados demonstrando sua contribuição para o desenvolvimento regional.

### 3 METODOLOGIA

Quanto a abordagem do problema a pesquisa classifica-se como qualitativa De acordo com Martins e Theóphilo (2009) a pesquisa qualitativa é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos, sem a necessidade do uso de métodos e técnicas estatísticas.



Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, pois, segundo Andrade (2010, p. 114) “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.”

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental, pois faz-se uma análise do Projeto Político Pedagógico do Curso, nos documentos dos grupos de pesquisa e de extensão acerca dos eventos praticados pelo Curso no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Para Silva e Grigolo (2002) a pesquisa documental é uma técnica que consiste em selecionar, tratar e interpretar informações de documentos ou registros considerados científicos e, posteriormente, tentar extrair conclusões que possam ser úteis para o estudo. Ademais, o estudo classifica-se como *Survey* o qual “se caracterizam pela interrogação direta de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. (GIL, 1999, p. 70). Neste estudo busca-se avaliar a percepção dos estudantes das duas turmas da quarta fase do Curso de Ciências Contábeis da UNESC acerca do BS como um instrumento voltado à gestão universitária. A eleição destes estudantes para a realização da pesquisa deu-se em razão da disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social ser ministrada na quarta-fase.

## 4 RESULTADOS

Tendo em vista o objetivo geral deste estudo consiste em avaliar a percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da UNESC acerca do Balanço Social como instrumento voltado à gestão universitária buscou-se: a) identificar as etapas de elaboração do relatório social; b) identificar as ações sociais que o Curso realiza; c) verificar na opinião dos estudantes a importância da elaboração de relatório social com vistas a tornar público as ações de responsabilidade social.

### a) Etapas de elaboração do Balanço Social

Baseado nos estudos de Lisboa e Ribeiro (1999); Iudícibus e Marion (2001), Tinoco e Kraemer (2011), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2008) e na NBC T15 encontrou-se os seguintes resultados:

As etapas para a elaboração do relatório social envolvem, planejamento do trabalho e escolha do modelo a ser adotado; designação do grupo de trabalho interno e envolvimento das partes interessadas; coleta, tratamento e consolidação dos dados;



elaboração e análise dos textos; verificação das informações e publicação e divulgação dos relatórios. Basicamente os autores mencionam que o BS deve conter: mensagem do presidente, perfil do empreendimento, informações sobre a empresa, atividade empresarial, indicadores de desempenho: econômico, social e ambiental e anexos.

No que diz respeito a elaboração de BS voltado especificamente para IES, Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) apontam a seguinte estrutura: apresentação da entidade; indicadores monetários; recursos humanos; indicadores acadêmicos; DVA; meio ambiente; ética, transparência e responsabilidade social; desenvolvimento de projetos futuros de impacto social e ambiental e outras informações relevantes: descrever informações que não tenham sido contempladas anteriormente.

#### **b) Ações sociais realizadas pelo Curso de Ciências Contábeis da UNESC**

Com intuito de atender a sua missão de “Formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento sustentável nos aspectos econômico, social e ambiental” o Curso de Ciências Contábeis da UNESC oferece aos estudantes alguns diferenciais que oportunizam o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão de modo a atender as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental.

A estrutura curricular contempla, além de outros, corpo docente composto por especialistas, mestres e doutores, Núcleo de Estudos Contábeis (NECON), Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional (NEGEO), Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Processo Interdisciplinar Orientado (PIO), Estágios Supervisionados, Semana de Práticas Específicas de Estágio (SPE), Atividades de Formação Complementar (AFC), Atividades Práticas Específicas (APE) e Orientação Metodológica para TCC (OMT) com vistas à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. (UNESC, 2017).

Assim sendo, o Curso realiza ações com intuito de proporcionar condições para alcançar o perfil desejado para o egresso, tais como:

Oportunizar o desenvolvimento de pesquisas científicas e incentivar a participação em eventos: a) trabalhar parte dos conteúdos disciplinares com atividades relacionadas à pesquisa bibliográfica e de campo; b) auxiliar na elaboração de projetos de iniciação científica e de extensão; c) incentivar o desenvolvimento do TCC e artigos



científicos para publicação; e, d) motivar os estudantes a participar de eventos científicos na modalidade de comunicação oral e ouvinte.

Oportunizar o desenvolvimento de competências: a) trabalhar conteúdos por meio de práticas de ensino de acordo com as tendências de mercado, das diretrizes curriculares nacionais e dos organismos internacionais; b) realizar pesquisas que apontem as competências exigidas pelo mercado de trabalho para os contadores visando adequar o processo de formação do aluno, e c) promover palestras com intuito de conscientizar o aluno da importância da contabilidade nas organizações.

Oportunizar o desenvolvimento de potencialidades humanas: a) realizar atividades de grupos e individuais e b) promover palestras e seminários de modo a estimular o aluno a tornar-se participativo, comunicativo, organizado, responsável, dinâmico, reflexivo e capaz de tomar decisões e liderar pessoas.

Contribuir para a difusão da ética nos espaços educativos: a) estudar o código de ética do profissional de contabilidade; b) promover discussões sobre ética na profissão, responsabilidade profissional, social e ambiental; c) estimular a aquisição do Código de Ética do Contador; e; d) inserir nos conteúdos curriculares temas referentes à inclusão social, direitos humanos, ética, cidadania, respeito à natureza e ao ser humano, visando à promoção da democracia e da justiça social. (UNESC, 2017).

Como referencial pedagógico o Curso conta com a Matriz Curricular nº 5, com carga horária total de 3.000 horas/relógio, em vigor desde o 2º semestre de 2009, atendendo os campos interligados de formação básica, profissional e teórico-prática, em consonância com a Resolução nº 10/2004/CNE/CES. A Figura 1 apresenta as disciplinas por áreas.

Figura 1 – Distribuição das disciplinas por áreas

ÁREAS	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3	ÁREA 4	ÁREA 5
	CONTABILIDADE GERAL	CONTABILIDADE DE GESTÃO	CONTABILIDADE DE TRIBUTOS	CONTABILIDADE DE FINANÇAS	CONTABILIDADE TRANSVERSAL
CONTEÚDOS / DISCIPLINAS/ATIVIDADES	Contabilidade Introdutória (I e II); Contabilidade Intermediária (I e II); Contabilidade Pública (I e II); Auditoria Contábil; Perícia, Investigação Contábil e Arbitragem; Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social; Teoria da Contabilidade; Ética e Legislação profissional; Estágios – Práticas Contábeis (II e III).	Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis (I e II); Contabilidade de Custos; Contabilidade e Análise de Custos; Contabilidade Orçamentária Empresarial; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Avançada (I e II); Contabilidade e Governança Corporativa nas Empresas; Estágios – Práticas Contábeis (I e IV).	Contabilidade Tributária (I, II e III); Contabilidade e Legislação Trabalhista e Previdenciária; Contabilidade e Instituições de Direito Público e Privado; Contabilidade e Direito tributário Aplicado; Contabilidade e Direito empresarial.	Matemática Aplicada a Contabilidade; Estatística Aplicada a Contabilidade; Matemática Financeira; Economia; Análise Financeira de Investimentos; Contabilidade e Mercado de Capitais.	Estágio - Elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC; Produção e Interpretação de Textos; Metodologia Científica e da Pesquisa; Trabalho de Conclusão de Curso; Sociologia; Comportamento Organizacional; Optativa.
Nº de Disciplinas 44	13	11	7	6	7
Nº Créditos 180	50	44	28	22	36
Nº horas/aula 3.240	900	792	504	396	648
AFC 180	Atividades de Formação Complementar - AFC				
APE 120	Atividades Práticas Específicas - APE				
PIO SPE OMT	Atividades Interdisciplinares Orientadas - AIO				

Fonte: UNESC (2017).

Dentre as atividades de extensão, o Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC). O PEGC tem por objetivo apoiar pessoas físicas de baixa renda, sociedades civis sem fins lucrativos e micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da contabilidade. Por intermédio do programa o Curso pretende motivar ações e intervenções que estimulem a geração no ensino de abordagens teórico-metodológicas com atenção às Ciências Contábeis, como também se traduzam em elementos de reflexão, a partir de experiências empíricas na área, articulados com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis e áreas afins. Dentre as ações de extensão do Curso destacam-se:

a) Trote Solidário: objetiva integrar os acadêmicos das primeiras fases visando promover a consciência social e solidária, a fim de fortalecer e consolidar as práticas educativas do curso.

b) Imposto de Renda na Praça: tem por intuito orientar os contribuintes do Imposto de Renda a elaborarem a declaração anual de forma a atender a legislação, visando o menor desembolso tributário possível. Ademais, busca orientar os doadores em potencial do Fundo para Infância e Adolescência, tanto pessoas físicas como jurídicas.

c) Imposto de Renda no Campus: o projeto contempla o ensino, pesquisa e extensão ao ensinar aos estudantes a elaborar a Declaração anual do Imposto de Renda



da Pessoa Física (DIRPF) para, posteriormente, contribuir com a comunidade acadêmica no acesso a informação e orientação no preenchimento da declaração do IRPF, de forma que atendam a legislação visando o menor desembolso tributário.

d) Contabilizando Saúde: o projeto tem por objetivo alertar os acadêmicos sobre a importância de uma vida saudável e da prática espiritual no cotidiano, colaborando para a melhoria da qualidade de vida.

e) Contabilizando Retrospectiva: tem como foco os formandos. Tal projeto consiste em evidenciar todos os momentos vivenciados pelos alunos durante sua estada na Universidade, desde a fase inicial.

f) Contabilizando Natal: objetiva integrar o corpo discente e docente do curso de Ciências Contábeis, como forma de promover a consciência social e solidária, a fim de fortalecer e consolidar as práticas educativas do curso.

g) Empresa Junior: busca no fomentar o aprendizado prático dos estudantes na área de Ciências Contábeis.

h) Contabilidade Solidária: objetiva desenvolver uma proposta de controles financeiros e de estoques adequados a realidade das instituições sem fins lucrativos com intuito de subsidiá-las no uso eficientes dos recursos.

i) Exposição Conhecer para Preservar: visa despertar a produção criativa a partir da realidade local e regional, possibilitando a construção de novos paradigmas para o pleno desenvolvimento de cidadãos sócio ambientalmente críticos e sensibilizar a comunidade quanto à importância da relação harmoniosa sociedade x natureza no processo de transformação e reconstrução do espaço geográfico.

Dentre as atividades de pesquisa, o Curso dispõe de dois grupos de pesquisas cadastrados no CNPq, o NECON e o NEGEO. As atividades do GP para 2016-2017 envolvem a proposta voltada para a elaboração de textos científicos sobre Metodologias ativas de aprendizagem na formação da autonomia dos estudantes de Ciências Contábeis. No ano de 2017, foram aprovados cinco projetos de PIBIC, os quais são: 1) Análise da dinâmica entre tomadores e poupadores nas cooperativas de crédito. 2) Estudo do entorno socioambiental como insumo para o processo de ensino aprendizagem na disciplina Contabilidade Ambiental. 3) Logística reversa: análise da produção científica brasileira. 4) Análise bibliométrica da produção científica sobre Contabilidade Gerencial Estratégica; 5)



Mapeamento da utilização do orçamento empresarial como instrumento de decisão por organizações da região sul de Santa Catarina.

Ademais os GPs são responsáveis pela organização da Mostra Científica de Projetos Acadêmicos do Curso que tem por objetivo incentivar a iniciação científica no curso de graduação em Ciências Contábeis da UNESC por meio da exposição de *pôsters* que divulgarão as pesquisas realizadas por acadêmicos de iniciação científica.

### **c) Percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da UNESC sobre o BS como instrumento para a gestão universitária**

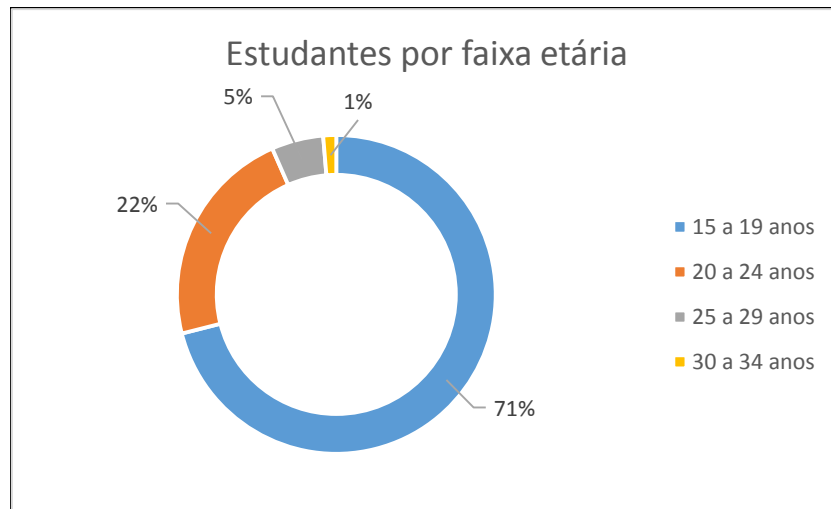
Para verificar a percepção dos estudantes acerca da utilização do BS como instrumento para a gestão do Curso, realizou-se um questionário, contendo perguntas fechadas, aplicado com 76 acadêmicos da disciplina de Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, da quarta fase de Ciências Contábeis, turma 1 e 2.

O questionário foi dividido em três blocos, o primeiro buscava conhecer a idade e o gênero dos pesquisados, o segundo tratava acerca do conhecimento dos acadêmicos sobre o BS e sua importância nas empresas, e, por fim, o terceiro bloco pretendia averiguar a percepção dos estudantes sobre a elaboração de um relatório social para o Curso com vistas a tornar público à comunidade as ações de responsabilidade sociais desenvolvidas por meio do ensino, pesquisa e extensão.

#### **1º Bloco - Perfil dos estudantes**

Dos pesquisados 29 estudantes eram do gênero masculino (38%) e 47 do gênero feminino (62%). No que diz respeito a faixa etária dos estudantes, a maior concentração encontra-se com idade entre 15 a 19 anos (71%), conforme apresenta o Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Estudantes por Faixa Etária**



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

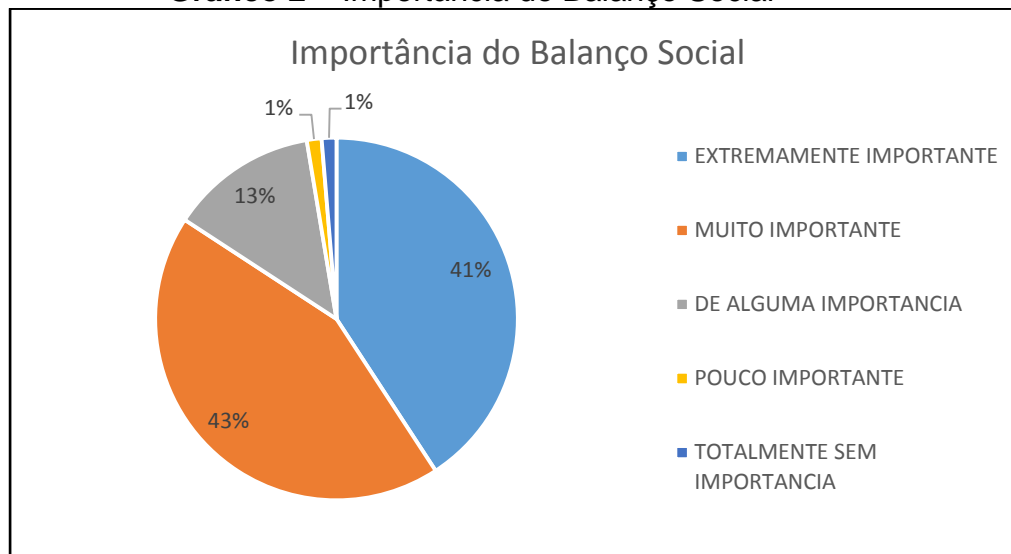
## 2º Bloco - Conhecimento dos acadêmicos sobre o BS e sua importância nas empresas

Inicialmente buscou-se identificar o grau do conhecimento em relação ao BS além do aprendido em sala de aula. Dos respondentes 88% afirmaram que desconheciam a demonstração social.

No questionário foi solicitado ainda aos estudantes que externassem suas reações, utilizando o escalonamento tipo *Likert*, escolhendo uma opção dentre cinco apresentadas, indicando o quanto concordavam sobre a contribuição dos trabalhos desenvolvidos, conforme segue: extremamente importante, muito importante, alguma importância, pouco importante, totalmente importante.

Foi questionado aos estudantes a importância do BS para as empresas, 84% dos pesquisados consideraram o relatório de sustentabilidade extremamente importante ou muito importante, conforme demonstra o Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Importância do Balanço Social**



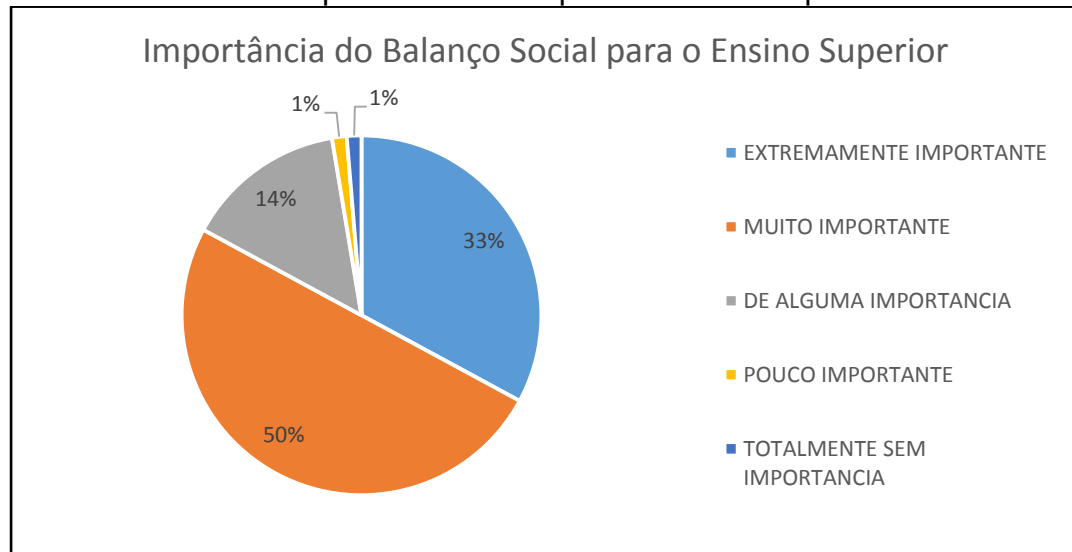
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

### 3º Bloco - Percepção dos estudantes sobre a elaboração de um relatório social para o Curso

No terceiro bloco foram estabelecidas perguntas relativas a utilização do Balanço Social em Instituições de Ensino Superior para divulgar ações realizadas. Dos entrevistados 92% acreditam ser possível utilizar o modelo de BS para divulgar as ações realizadas por um curso de ensino superior.

Foi solicitado que os estudantes apontassem o grau de importância deste relatório social para um curso de ensino superior. 50% dos acadêmicos acreditam ser muito importante para um curso de graduação divulgar suas ações de ensino, pesquisa e extensão por meio de um relatório social. O Gráfico 3 apresenta os resultados.

**Gráfico 3 – Importância do BS para o Ensino Superior**



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Outro questionamento envolveu especificamente o Curso de Ciências Contábeis da UNESC. Perguntou-se se os alunos acreditavam que as atividades de ensino, pesquisa e extensão poderiam ser retratadas para a comunidade acadêmica e externa, com maior propriedade, utilizando o modelo de um relatório social. Dos respondentes 84% acreditam ser possível esta forma de divulgação.

Foi solicitado ainda aos respondentes que elencassem dentre algumas ações do curso, quais atividades eles consideravam importante para divulgar no relatório social. Grande parte dos estudantes indicaram os projetos sociais (76%), acadêmicos (75%) e pesquisa (74%). Os resultados são apresentados no Gráfico 4.

**Gráfico 4 – Itens importantes para divulgação em relatório social**



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

## 5 CONCLUSÃO

A Contabilidade Ambiental tem ampliado sua área de relevância nas empresas, que buscam prestar contas para a sociedade sobre seus esforços socioambientais. O Balanço Social, enquanto relatório social, aparece como um demonstrativo gerencial contendo dados quali-quantitativos relativos às políticas administrativas e a relação da entidade e o ambiente em que está inserida.

As Instituições de Ensino Superior, especialmente as universidades encontraram no Balanço Social uma maneira de divulgar os resultados de suas práticas de ensino, pesquisa e extensão aos seus *stakeholders*.

O Curso de Ciências Contábeis da UNESC, com missão voltada para a formação de profissionais competentes com consciência social, ambiental e solidária, contemplando na matriz curricular, de modo pioneiro, disciplina específica voltada para a Contabilidade Ambiental e, por realizar diversas ações de forma indissociável entre ensino, pesquisa e extensão impõe-se tornar público à comunidade, acadêmica e externa, as ações de responsabilidade social praticadas.

Na pesquisa realizada junto aos 76 estudantes da quarta fase, turma 1 e 2, da disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, os resultados apontam



que apenas 12% dos estudantes tiveram conhecimento do relatório de sustentabilidade antes da graduação; 92% acreditam ser possível utilizar o modelo de Balanço Social para divulgar as ações realizadas por um curso de ensino superior; das atividades que consideram importante divulgar no relatório social os estudantes indicaram os projetos sociais (76%), acadêmicos (75%) e pesquisa (74%) realizados pelo Curso.

Desse modo, percebeu-se que o relatório de social pode evidenciar de forma clara e objetiva as ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Curso de Ciências Contábeis.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APOLINARIO, Auriana. **Balanço social**: instrumento de gestão e de transparência da responsabilidade social corporativa. Disponível em:  
<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/balanco-social-instrumento-gestao-transparencia-responsabilidade.htm>. Acesso em: 17 Ago 2017.

COSTA, C.A.G. **Contabilidade Ambiental**: mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, M.; PFITSCHER, Elisete Dahmer; GASPARETTO, V.; LIMONGI, B. Balanço Social: Convergências e Divergências Entre os Modelos do IBASE, GRI E Instituto ETHOS. In: **I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**, 2007, Florianópolis: UFSC, 2007. v. I. p. 25-29.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço Social**: O Desafio da Transparência. Disponível em:  
[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/102804/BS\\_completo.pdf?sequence=7](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/102804/BS_completo.pdf?sequence=7)  
Acesso em: 17 Ago 2017.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Comercial**: Atualizado conforme Lei nº11.638/07 e MP 449/08-8. In: Demonstração do Valor Agregado, Notas Explicativas e Outras Evidenciações. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos. Dicionário de termos de contabilidade. São Paulo: Atlas, 2001.

KEINERT, T.M.M. **Organizações Sustentáveis**: Utopias e Inovações. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2007.



MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J.E.P.; OLIVEIRA, A.B.S. **Proposta de um Modelo de Balanço Social para Fundações Universitárias**. 2007. Disponível em: <<http://revisitas.unisinos.br/index.php/base/article/view/5613/2815>> Acesso: 20 ago. 2017.

MERLO, Roberto; PERTUZATTI, Elizandra. **Cidadania e responsabilidade social do contador como agente da conscientização tributária das empresas e da sociedade**. Chapecó, SC, 2005.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **NBCT 15**: Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília, p. 15, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. **Balanço Social**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n 115/99, p.1-22, jan, 1999.

SILVA, M. B. de; GRIGOLO, T. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TRINDADE, Larissa; BRONDANI, Gilberto. **A contabilidade e sua responsabilidade social**. Santa Maria, RS, 2005.

UNESC. **Projeto Político Pedagógico**. 2016. Disponível em: <[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/12693.pdf?1458163912](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12693.pdf?1458163912)>. Acesso em: 23 ago. 2017.

## Trabalho Completo de Extensão

### 35469 - O PROGRAMA DE EXTENSÃO EM GESTÃO CONTÁBIL: OS PRIMEIROS PASSOS DE SUA TRAJETÓRIA

**Carolina Citadin Milaneze, Anderson Corrêa Benfatto, Eduardo Tramontin Castanha, Júlia Pereira Constante, Maíke Bordignon Mandelli, Dourival Giassi, Manoel Vilsonei Menegali, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Andréia Cittadin<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Programa de Extensão em Gestão Contábil, Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

A extensão como elemento essencial do princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, possui a função de concretizar o diálogo entre comunidade acadêmica e sociedade no intuito de oportunizar a troca de conhecimentos e construção de saberes. O Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), consciente de tal realidade, no final do ano de 2015 constituiu o Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC) com intenção de institucionalizar o exercício extensionista nas atividades do curso. Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar as ações realizadas pelo Programa de Extensão em Gestão Contábil e os resultados obtidos. O artigo caracteriza-se como descritivo, por meio de pesquisa documental e participante, com análise qualitativa. O PEGC destina-se ao atendimento das pessoas com pouco acesso às orientações de contabilidade, o que inclui entidades sem fins lucrativos, pessoas de baixa renda, micro e pequenas empresas. Diante disso, realizou atividades de extensão como: Imposto de Renda na Praça, Contabilidade Solidária, Exposição Conhecer para Preservar, Mostra Científica de Projetos Acadêmicos de Ciências Contábeis, Ciclo de Investimento Social, criação da Empresa Júnior, entre outras. Tais ações tiveram como resultado a consolidação da extensão no Curso, a interdisciplinaridade por meio dos temas abrangidos e a perspectiva de mudanças sociais na região. Conclui-se que o Programa de Extensão em Gestão Contábil propicia a interligação entre ensino, pesquisa e extensão e alcança o objetivo a que se propõe a Extensão Universitária, criar um espaço para o diálogo e a troca de conhecimento entre os envolvidos.

**Palavras-chave:** extensão universitária, ciências contábeis, programa de extensão.

**Fonte Financiadora:** Programa de Extensão em Gestão Contábil – PEGC, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas – UNACSA, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

## 1 INTRODUÇÃO

A extensão como componente fundamental do princípio da indissociabilidade do tripé universitário, ensino-pesquisa-extensão, busca principalmente o alargamento dos saberes advindo das atividades desenvolvidas em sala de aula com suas aplicações práticas na comunidade onde as Instituições de Ensino Superior (IES) se insere.



Com respaldo na Constituição Federal de 1988, denominada de Carta Cidadã, em seu artigo 207, nota-se a importância conferida a determinado eixo, uma vez que incentiva a melhora do processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos à medida que propicia o desenvolvimento da sociedade.

O elo criado entre universidade-comunidade ultrapassa as barreiras físicas da academia e proporciona a todos seus partícipes incontáveis benefícios. A expansão do conhecimento do aluno que encontra na extensão a oportunidade de exercer os ensinamentos adquiridos em aula; o compartilhamento constante entre professor e o público-alvo, no qual permite o aprimoramento dos saberes de ambos; a viabilidade da concretização da função social da universidade e; o empoderamento da sociedade e seu consequente desenvolvimento.

Ciente da necessidade e dos proveitos de tal prática universitária, o curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), constituiu no final do ano de 2015 o Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC). Sua criação visou institucionalizar as atividades de extensão que já se realizavam e, principalmente, ampliá-las por meio de outras práticas extensionistas.

Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo apresentar as ações realizadas pelo Programa de Extensão em Gestão Contábil e os resultados obtidos. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: descrever o Programa; relatar as ações empreendidas com seu surgimento e; demonstrar os resultados obtidos.

A pesquisa torna-se relevante uma vez que busca socializar as atividades realizadas e despertar nos estudantes e professores, sobretudo da área de contabilidade, a necessidade e importância das práticas extensionistas.

A difusão dos resultados possibilita a propagação das atividades e incentiva a prática em diferenciados locais e, conseqüentemente, a ampliação dos benefícios para demais pessoas e comunidades.

Considerando esta seção introdutória, a pesquisa está dividida em cinco seções. Na segunda seção está compreendida a fundamentação teórica, na terceira apresentam-se os procedimentos metodológicos. A quarta seção expõe e apresenta a discussão dos resultados e, por fim, a quinta seção engloba as considerações finais.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Extensão Universitária foi formalizada no ano de 1931 mediante o Decreto nº 19.851, o qual estabelecia a extensão como organização fundamental da Instituição de Ensino Superior (IES). De acordo com a referida norma, a extensão se propunha a difundir conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e literários para aperfeiçoamento pessoal e geral por meio de cursos e conferências que objetivavam a solução de problemas sociais e a disseminação de ideias e princípios (BRASIL, 1931).

Nos anos 60 a Extensão passou por transformações, no início da década houve o surgimento das áreas de atuação da extensão e inaugurou-se um modelo extensionista fundamentado no desenvolvimento da comunidade (SÍVERES, 2009 apud SILVA et al., 2011). Ao fim desse período, no ano de 1968, em virtude da Reforma Universitária, criou-se a concepção de incorporar à extensão o compromisso social da IES, por meio de cursos e serviços que expandirão os frutos do ensino e da pesquisa à comunidade (BRASIL, 1968).

As mudanças históricas acontecidas no Brasil a partir do final da década de 70, como a consolidação dos movimentos sociais em virtude da inconformidade com o governo ditatorial, a redemocratização do país e abertura da participação cidadã na política, eclodiram em uma atribuição maior às Universidades de suas funções sociais e políticas, incumbência ofertada necessariamente pela Extensão (GONÇALVES, 2015).

A Extensão Universitária apenas foi tratada igualmente no nível do Ensino e da Pesquisa no ano de 1980. Neste momento, ela passou a ser considerada atividade acadêmica fundamental para a construção, fortalecimento e conservação das ações de cidadania e forma-se o tripé ensino-pesquisa-extensão (CABRAL, 2012).

Ao final da década de 80, mais especificamente no ano de 1987, o conceito de Extensão Universitária é revisado, decorrente da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Este Fórum surgiu com o objetivo de institucionalizar a extensão – tanto nas atividades administrativas como na prática acadêmica – para aproximar os exercícios universitários com a realidade concreta e possibilitar a função social da universidade (FORPROEX, 1987). Diante disso, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão cunhou-se um novo conceito de Extensão:



A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 1987, p. 11).

Como visto, a Extensão passou a ser considerada como um processo fundamental para vincular universidade-sociedade, na qual ambos os lados são beneficiados, pela transmissão do conhecimento e pela aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na academia.

Com as ações e incentivos da FORPROEX, o Ministério da Educação (MEC) criou, em 1993, o Programa Nacional de Extensão Universitária (PROEXT), plano que contempla diretrizes e finalidades, ações e metodologias a serem desenvolvidas e, inclusive, os critérios para apoio financeiro para a Extensão (FORPROEX, 2012).

Ressalta-se a elaboração do Plano Nacional de Extensão (PNE) desenvolvido e aprovado pela FORPROEX e publicado em 1999, que fortaleceu a institucionalização da Extensão. Esse plano visa a extensão como interventora dos problemas sociais, a viabilidade de suas soluções, a legitimação da Extensão pelo Poder Público como concepção para uma Universidade Cidadã, entre outras questões (FORPROEX, 2012).

Mais recentemente, foram dois os marcos da Extensão. O primeiro consiste na consolidação da institucionalização da temática extensionistas, principalmente conferida pelo PNE 2001-2010 que estabeleceu como meta a reserva de no mínimo 10% do total de créditos obrigatórios da graduação para a atuação dos acadêmicos em ações extensionistas. O segundo diz respeito à importância dada pelo Governo Federal à temática, por meio de investimentos e programas, como o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) e o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) (FORPROEX, 2012).

O processo histórico transcorrido pela Extensão demonstra sua importância e relevância no contexto universitário e, especialmente, em âmbito social, sendo a principal forma de diálogo entre ambos. À medida que a extensão universitária torna-se cada vez mais necessária e produtiva, ela encontra mais espaço nas universidades e na sociedade e se solidifica no tripé: ensino-pesquisa-extensão.



### 3 METODOLOGIA

O estudo está delimitado em uma abordagem qualitativa que, conforme Richardson (2008) se caracteriza pela percepção dos significados e das características das situações apresentadas sem utilizar instrumentos estatísticos para tanto.

A pesquisa enquadra-se como descritiva, uma vez que objetiva relatar as ações desenvolvidas pelo Programa de Extensão em Gestão Contábil e os resultados obtidos. Para Pinheiro (2010), a pesquisa descritiva consiste na descrição das características das especificidades da população ou fenômeno como também no detalhamento das relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos, elaborou-se pesquisa documental, em virtude da utilização das Políticas de Extensão da UNESC, dos relatórios dos Programas e Projetos da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas e do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UNESC. A pesquisa documental tem como base materiais que fazem referência com o objetivo da pesquisa (SILVA; GRIOLO, 2002).

Realizou-se também pesquisa participante que, de acordo com Gil (2002), é caracterizada pela relação entre os pesquisadores e os participantes das situações objeto de estudo.

### 4 EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

Nesta seção descreve-se o Programa de Extensão em Gestão Contábil, apresenta-se as ações de extensão promovidas pelo Programa e os desdobramentos das práxis extensionistas.

#### 4.1 A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO EM GESTÃO CONTÁBIL - PEGC

Viabilizar a formação de profissionais competentes, dinâmicos e empreendedores, como cidadãos participantes e responsáveis pela promoção do desenvolvimento sustentável da região, em seus aspectos econômico, social e ambiental é o objetivo do Curso de Ciências Contábeis da UNESC.

Para isso, emprega seus esforços com o ensejo de possibilitar a formação de profissionais com raciocínio lógico, crítico e analítico para solucionar problemas da área da



contabilidade e despertá-los para a construção de conhecimentos nos mais variados ambientes de trabalho. Busca ainda propiciar uma formação profissional provida de características como: comunicação, liderança, trabalho em equipe, além de outras competências necessárias para formar um profissional apto a atender as mais variadas demandas do mercado de trabalho.

O Curso de Ciências Contábeis entende que a Extensão Universitária é requisito fundamental para o cumprimento de seus objetivos. Diante disso, até o ano de 2015, o Curso realizava ações pontuais de extensão, a saber: Imposto de Renda na Praça, Contabilizando Saúde e Contabilizando Natal. Além disso, professores e estudantes participavam de forma isolada em outros projetos extensionistas da Universidade, como por exemplo, do Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor (POPE) e do Programa de Ações em Economia Solidária (PAES).

Entretanto, esses programas, apesar de desenvolverem projetos alinhados às competências do profissional de contabilidade, não possuem maior identidade com a área contábil. Contudo, para formação integral do bacharel em Ciências Contábeis é preciso que os estudantes adentrem na dimensão prática por meio do exercício da profissão e principalmente inserindo-se à realidade social.

Neste contexto, por meio do desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso, em sintonia com os debates do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Contábeis e da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA), elaborou-se a proposta de um Programa de Extensão que compreende as especificidades do Curso de Ciências Contábeis e o perfil desejado ao egresso.

Por meio de uma reunião com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão (PROPEX) e com a UNACSA, no mês de dezembro do ano de 2015, foi apresentada a proposta do Programa de Extensão em Gestão Contábil. Aprovada de imediato, incumbiu-se à UNACSA e à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis dar condições para a sustentabilidade do Programa.

Em fevereiro de 2016, por meio da Portaria 01/2016/UNACSA, foi dado posse para a coordenação do PEGC. A professora coordenadora do Programa possui Mestrado em Contabilidade com dedicação exclusiva a universidade, dispendo de 4 horas aula para desenvolver as atividades do Programa, tendo ainda o auxílio de uma aluna bolsista do curso de Ciências Contábeis.



O objetivo geral do PEGC consiste em prestar apoio a pessoas físicas de baixa renda, sociedades civis sem fins lucrativos e micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da contabilidade. O Programa tem os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Promover debates participativos, organizados por professores e estudantes dos Cursos da UNACSA e outros cursos afins da UNESC, sobre as temáticas propostas nos projetos de extensão;
- ✓ Unir as questões de cidadania com a prática pedagógica do Curso;
- ✓ Oportunizar capacitação diferenciada aos estudantes do Curso de Ciências Contábeis e demais cursos da UNACSA;
- ✓ Estreitar relacionamento com instituições, tais como: CRC/SC – Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, empresas prestadoras de serviços de contabilidade da região, contadores de entidades de natureza pública e/ou privada, Receita Federal do Brasil e outros órgãos de governo, em todas as suas esferas;
- ✓ Buscar parcerias com outras instituições a fim de captar recursos externos ao Programa;
- ✓ Identificar demandas individuais e coletivas para ampliar a atuação do programa na Universidade e fora dela; e
- ✓ Divulgar os resultados das práticas extensionistas.

Dentre as temáticas que podem ser abordadas pelo Programa, com base na Política Nacional de Extensão Universitária, tem-se as seguintes: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Considerando o público-alvo do Programa, o PEGC propõe-se a apresentar projetos e ações pertinentes as áreas temáticas expostas no Quadro 1:

**Quadro 1 – Áreas Temáticas que envolvem os projetos e ações do PEGC**

Área Temática	Denominação	Definição
Principal	Tecnologia e Produção	Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciências e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes.
Secundária	Trabalho	Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

Fonte: Adaptado do Plano Nacional de Extensão Universitária (2015).



Diante o exposto, o PEGC tem por finalidade o fortalecimento do vínculo entre teoria e as práticas do exercício profissional, proporcionando aprendizado prático por meio do contato direto com a realidade social local.

Atualmente o Programa abrange dois projetos, estes submetidos e aprovados por meio do Edital 22/2015/UNACSA, aberto em dezembro de 2015, com período de execução entre fevereiro de 2016 e março de 2018. São eles:

a) **Planejamento e controle de custos para formação do preço justo de vendas**, com objetivo de desenvolver metodologia que oportunize a gestão de custos e formação do preço de venda justo aos empreendimentos participantes da Feira da Economia Solidária da UNESC; e,

b) **Programa de assessoria e consultoria contábil e organização das associações de pais e professores - APP's da rede pública municipal**, com o objetivo de apoiar, por meio de orientação, assessoria e consultoria contábil às APP's da rede pública municipal de Siderópolis/SC.

Ambos os projetos receberam apoio financeiro da Universidade no valor de R\$ 4.000,00 para o período de dois anos. As atividades de cada projeto abrangem 4 horas semanais para professores e duas bolsas de estudos equivalente a 20 horas semanais cada. Também há possibilidade do programa receber contribuições de professores e estudantes voluntários, estes receberão certificados de extensão que poderão ser utilizados para computo de horas de Atividades de Formação Complementar (AFC).

#### 4.2 AS AÇÕES DO PEGC

O Programa de Extensão em Gestão Contábil inaugurou suas atividades com a ação “Imposto de Renda na Praça” em abril de 2016. O evento, que é realizado em parceria com a coordenação do Curso de Ciências Contábeis, visa o esclarecimento das dúvidas da comunidade acerca do preenchimento da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Para o desenvolvimento dessa ação, uma estrutura é preparada na Praça Nereu Ramos, localizada no centro do município de Criciúma/SC, para receber os transeuntes. O evento acontece anualmente no mês de abril, em razão da data limite para envio da



declaração, e considerando apenas as últimas 4 edições do projeto foram realizados mais de 200 atendimentos.

Além da orientação aos cidadãos sobre o correto preenchimento da declaração, o evento visa incentivar os contribuintes para doarem parte do imposto devido ao Fundo para Infância e Adolescência (FIA) fundo destinado ao fomento dos projetos sociais voltados aos jovens do município.

Em 2017, em sua 7ª edição, o projeto passou por uma modificação. Além da orientação na Praça Nereu Ramos, a ação também foi realizada no campus da UNESC. Os atendimentos foram efetuados pelos próprios acadêmicos da 8ª fase do curso sob a supervisão de professores.

Outra ação incentivada pelo PEGC foi a ação de extensão “Exposição Conhecer para Preservar”, proposta na disciplina de Contabilidade, Meio ambiente e Responsabilidade Social da 4ª fase do Curso de Ciências Contábeis e realizada semestralmente.

A exposição tenciona-se a incitar nos acadêmicos e no público participante a visão crítica sobre a responsabilidade social e ambiental nas corporações. Questões com grande destaque nacional são abrangidas por meio de recursos didáticos e atrativos a fim de impactar os participantes e demonstrar a importância dessas temáticas no exercício da profissão de contador.

Com o intuito de socializar os saberes adquiridos e desenvolvidos na disciplina de Elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, o PEGC juntamente com os grupos de pesquisa do curso, NECON (Núcleo de Estudos Contábeis) e NEGEO (Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional) organizaram o Projeto Mostra Científica de Projetos Acadêmicos de Ciências Contábeis.

No evento, que no segundo semestre de 2017 estará na 4ª edição, as pesquisas elaboradas pelos acadêmicos da 8ª fase do Curso são divulgadas à comunidade interna e externa o que possibilita a troca de conhecimentos e diálogos entre os expositores dos trabalhos e o público ouvinte.

Outro projeto abrangido pelo PEGC é o intitulado de “Contabilidade Solidária”, que tem como público-alvo as entidades sem fins lucrativos da região, e objetiva a apresentação de propostas para controles financeiros e de estoque dessas instituições. A ação está relacionada a dois outros projetos da Universidade desenvolvidas na 3ª fase do



Curso de Ciências Contábeis da Universidade: Projeto Solidariedade e Atividade Prática Específica (APE) das disciplinas Sociologia e Contabilidade Intermediária I, respectivamente.

Por meio de uma demanda gerada pela própria comunidade, o PEGC, no segundo semestre de 2016, realizou o “2º Minicurso de Capacitação de Gestão de Centros Acadêmicos (CAs)”, com o propósito de capacitar atuais e futuros estudantes-gestores das entidades estudantis. A ação ocorreu em associação com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNESC.

Em 2017, em seu segundo ano de existência, o PEGC firmou parceria com outras três instituições para o desenvolvimento das ações de extensão: Bairro da Juventude, Observatório Social de Criciúma e Empresas Juniores da UNESC.

O Projeto “Ciclo de Investimento Social” surgiu pela parceria com o Bairro da Juventude e visa impulsionar as doações ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) por meio do incentivo fiscal conferido aos contribuintes do Imposto de Renda. As atividades desse projeto foram divididas em dois momentos: primeiramente, tendo como público-alvo as pessoas jurídicas, isto é, contadores e empresários da região de Criciúma e, em segundo momento, destinadas às pessoas físicas contribuintes do Imposto de Renda.

Atualmente, a ação está na primeira etapa, na qual o público-alvo é as pessoas jurídicas. Para atingir o objetivo do Projeto, estão sendo utilizadas duas metodologias: elaboração de cartilha e a realização de Painel de Debate sobre a temática. A cartilha – em fase de impressão – apresenta os benefícios gerados aos envolvidos e à região, o tutorial técnico para a efetivação do incentivo fiscal conferido aos contribuintes-doadores e tem como principal foco o ciclo de investimento social, isto é, a permanência dos recursos devidos do Imposto de Renda no município, o que colabora com a movimentação da economia e o fomento de projetos sociais locais.

A cartilha será lançada em outubro de 2017, durante a Semana Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis, momento também que será realizado o Painel de Debate. Os painelistas serão os representantes de cada instituição integrante do Ciclo de Investimento Social, sendo elas: empresa doadora ao FIA, contador, Secretaria da Receita Federal, Prefeitura e a entidade beneficiada pelo FIA. O evento visa conscientizar os contadores, empresários e acadêmicos do Curso, dos benefícios e a importância da doação ao Fundo



para a Infância e Adolescência, de modo a contribuir para o desenvolvimento social da região.

A recente parceria com o Observatório Social de Criciúma foi firmada com o intuito de examinar as demonstrações financeiras e contábeis do poder público do município. São vários os benefícios gerados com essa cooperação, de um lado os alunos que colocarão em prática os conhecimentos adquiridos nas disciplinas acerca da área pública, de outro os cidadãos que contarão com uma maior análise das contas divulgadas e melhor aplicação dos recursos ao evitar possíveis fraudes ou erros nas informações.

Por fim, a demanda das Empresas Juniores da UNESC que, por meio do PEGC, solicitaram orientação sobre aspectos contábeis e legais acerca da regularização da constituição e manutenção das entidades, foi suprida com a viabilização da Empresa Junior própria do Curso de Ciências Contábeis – a PROCONT, ainda em processo de implantação.

#### 4.3 DESDOBRAMENTOS DAS PRÁXIS DE EXTENSÃO

Nota-se que apesar de sua recente criação, com pouco mais de um ano e meio de existência apenas, o Programa de Extensão em Gestão Contábil, já empreendeu variadas ações e pretende enraizar a Extensão Universitária no Curso de Ciências Contábeis da UNESC.

Com suas ações direcionadas às pessoas físicas de baixa renda, entidades sem fins lucrativos, micro e pequenas empresas, isto é, não se fixando a um público específico, possibilita uma gama maior de pessoas a serem assistidas. Portanto, o diálogo entre comunidade-universidade por meio do PEGC é multifacetado e permite maiores perspectivas de mudanças do contexto social.

Cada atividade realizada, no decorrer do tempo, demonstrou a possibilidade e necessidade de consolidar-se e introduzir-se ao calendário do Curso, visto a renovação constante do público e o impacto promovido. Fato corroborado pelo depoimento da representante de uma entidade sem fins lucrativos (ESFL) de Criciúma sobre o projeto “Imposto de Renda na Praça”:

O projeto é de tamanha contribuição para o FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), pois conscientiza as pessoas, criando uma cultura de participação cidadã ao destinar o recurso para um projeto aqui do município. É fundamental que os contadores sejam formados como participantes do processo, uma vez que são



elementos essenciais na captação dos recursos. O projeto potencializa a formação de um contador consciente, que direcione a empresa para que os recursos permaneçam no município (REPRESENTANTE ESFL).

Observa-se, portanto, a contribuição para formação de um profissional inserido e atento à realidade local e participante ativo nas relações sociais. Resultado também verificado no Projeto “Contabilidade Solidária”, no qual os estudantes passam a compreender as vivências de entidades sem fins lucrativos e têm a possibilidade de fazer intervenções para transformá-la ao propor práticas de organização financeira e de controles.

Além disso, constatam-se outros dois benefícios gerados pela criação do PEGC: a variedade de temas abordados e na conseqüente interdisciplinaridade das ações. Por meio de exposições, debates, minicursos, capacitações, painéis, mostras, o PEGC abrangeu em suas atividades os mais variados tipos de temas: ambiental, social, tributário, gerencial, financeiro, político, científico, econômico, assuntos que tratados de forma simultânea nas ações, possibilitaram ao acadêmico observar a vinculação entre os conteúdos estudados em sala de aula.

À vista disso, verifica-se que o Programa de Extensão em Gestão Contábil cumpre com o propósito ao qual a Extensão se destina: ser uma via de mão-dupla, de um lado a comunidade acadêmica que encontra uma forma da prática dos saberes teóricos, de outro a sociedade que é impactada com as transformações sociais realizadas e retribui à universidade com conhecimentos complementares.

## 5 CONCLUSÃO

A fim de aproximar docentes e discentes com a sociedade e oportunizar a troca de conhecimentos, o Curso de Ciências Contábeis instituiu o Programa de Extensão em Gestão Contábil. Como público-alvo possui as pessoas de baixa renda, entidades sem fins lucrativos e micro pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da Contabilidade.

Apesar do pouco tempo de constituição, o PEGC desenvolveu atividades expressivas na busca da construção do elo entre universidade-comunidade. Nota-se que as ações: Imposto de Renda na Praça, Exposição Conhecer para Preservar, Mostra Científica de Projetos Acadêmicos de Ciências Contábeis, Contabilidade Solidária, entre



outras, foram essenciais ao alcance dos objetivos do fazer Extensão Universitária, no âmbito das Ciências Contábeis.

Verifica-se ainda o alinhamento da Extensão praticada pelo Curso com os demais fazeres acadêmicos – ensino e pesquisa – e não de maneira isolada e distante. Além disso, mediante o contato com as disciplinas do Curso de Ciências Contábeis da UNESC a interdisciplinaridade faz-se visível nas ações empreendidas pelo Programa.

O PEGC oportunizou aos docentes concretizar o diálogo ensino-pesquisa-extensão e trabalhar de forma interdisciplinar e, aos discentes, a abertura para o aprimoramento da formação profissional, para o exercício da cidadania e compreensão da realidade social e sua possível transformação.

Entretanto, conscientes do longo caminho a ser percorrido pelo Programa de Extensão em Gestão Contábil para transformá-lo referência em Extensão Universitária na área da Contabilidade, torna-se necessário cooptar novos professores e estudantes engajados com tal finalidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2017.

CABRAL, N. C. **Saberes em Extensão Universitária:** contradições, tensões, desafios e desassossegos. 2012. 259 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

FORPROEX, **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: Coopmed, 1987.



FORPROEX XXXI, **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Coordenação Nacional do FORPROEX. Manaus: Imprensa Universitária, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVEZ, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva**, Florianópolis v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/37162>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

PINHEIRO, J. M. dos S. **Da Iniciação Científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2010.

Plano Nacional Extensão Universitária. **Renex**: Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. 1. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, A. R. **A contribuição da Extensão na formação do estudante Universitário**. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M. **Metodologia para iniciação científica a prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.